

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA**

CRISTIANE BRAZ PEREIRA

**ENTRE INVISIBILIDADE E MUDANÇAS SOCIOPOLÍTICAS:
práticas de protagonismo e resistência dos povos indígenas na cidade de
Coari-AM**

**MANAUS- AM
2025**

CRISTIANE BRAZ PEREIRA

**ENTRE INVISIBILIDADE E MUDANÇAS SOCIOPOLÍTICAS:
práticas de protagonismo e resistência dos povos indígenas na cidade de
Coari-AM**

Dissertação apresentada ao Programa interdisciplinar de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientador: prof. Dr. Adelson da Costa Fernando
Coorientador: prof. Dr. Bruno de Oliveira Rodrigues

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P436i Pereira, Cristiane Braz

Entre invisibilidade e mudanças sociopolíticas: práticas de protagonismo e resistência dos povos indígenas na cidade de Coari- AM / Cristiane Braz Pereira. - 2025.

132 f. : il., color. ; 31 cm.

Orientador(a): Adelson da Costa Fernando .

Coorientador(a): Bruno de Oliveira Rodrigues.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Soc. e Cultura na Amazônia, Manaus, 2025.

1. Coari. 2. indígenas. 3. protagonismo. 4. resistência. I. Fernando, Adelson da Costa. II. Rodrigues, Bruno de Oliveira. III. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Soc. e Cultura na Amazônia. IV. Título

CRISTIANE BRAZ PEREIRA

**ENTRE INVISIBILIDADE E MUDANÇAS SOCIOPOLÍTICAS:
práticas de protagonismo e resistência dos povos indígenas na cidade de
Coari-AM**

Dissertação apresentada ao Programa interdisciplinar de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Adelson da Costa Fernando – Presidente/Orientador
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof. Dr. Agenor Cavalcanti de Vasconcelos Neto - Membro
PPGSCA/Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof. Dr. Patrício Azevedo Ribeiro – Membro
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

RESUMO

Esta dissertação é resultado de um dos esforços por busca de visibilidade que os povos indígenas na cidade de Coari almejam numa perspectiva mais ampla. Teve como objetivo compreender as práticas de protagonismo e resistência dos povos indígenas na formação da cidade de Coari e como eles têm promovido mudanças na sua condição de invisibilidade sociopolítica. O estudo apontou que os indígenas de Coari também foram vítimas do plano do poder hegemônico de apagamento dos povos originários no Brasil desde a chegada dos invasores em terras brasileiras impulsionada pela expansão marítima, perpassando pela formação da cidade em que a influência indígena sofreu inúmeras tentativas de desaparecimento, chegando aos dias atuais com um cenário um pouco mais propício, porém com novos desafios diante de um plano ainda persistente de apagamento. A metodologia centrou na pesquisa participante segundo a perspectiva do materialismo histórico-dialético e utilizou as técnicas da entrevista compreensiva e a história oral na finalidade de uma sondagem mais profunda e flexível, valorizando as vozes marginalizadas. A pesquisa identificou que apesar desses povos enfrentarem um quadro de invisibilidade histórico, tornando-se alvos de um plano de etnocídio e aniquilação de direitos, o protagonismo e resistência deles os tornaram vítimas ativas ao saber fazer uso dessas ferramentas na busca por mudança de realidade, não permitindo que essa invisibilidade culminasse em extinção desses povos.

Palavras-chave: Coari; indígenas; protagonismo; resistência.

ABSTRACT

This dissertation is the result of one of the efforts to seek visibility that indigenous peoples in the city of Coari desire from a broader perspective. The objective was to understand the practices of protagonism and resistance of indigenous peoples in the formation of the city of Coari and how they have promoted changes in their condition of sociopolitical invisibility. The study pointed out that the indigenous people of Coari were also victims of the hegemonic power's plan to erase indigenous peoples in Brazil since the arrival of invaders in Brazilian lands driven by maritime expansion, going through the formation of the city in which indigenous influence suffered countless attempts to disappearance, reaching the present day with a slightly more favorable scenario, but with new challenges in the face of a still persistent plan of erasure. The methodology focused on participatory research from the perspective of historical-dialectical materialism and used comprehensive interview techniques and oral history for the purpose of a deeper and more flexible survey, valuing marginalized voices. The research identified that although these people face a situation of historical invisibility, becoming targets of a plan of ethnocide and annihilation of rights, their protagonism and resistance made them active victims by knowing how to use these tools in the search for changing reality, not allowing this invisibility to culminate in the extinction of these nations.

Keywords: Coari; indigenous people; protagonism; resistance.

LISTA DE TABELA E FIGURAS

Figura 1- Gravura de Theodore de Bry, de 1593. Domínio público. In: *Duas Viagens ao Brasil*, de Hans Staden

Figura 2- Mapa do Pe. Samuel Fritz- Fonte: livro Nunca mais Coari- Fuga dos Jurimáguas

Figura 3- Aldeia de Tauá- Mirim- Fonte: livro Nunca mais Coari- Fuga dos Jurimáguas

Figura 4- Freguesias de Alvelos, no lago de Coari- Fonte: livro Nunca mais Coari- Fuga dos Jurimáguas

Figura 5- Vila de Coari- Fonte: Panorama Amazônico- Coari (Anísio Jobim)

Figura 6- Bandeira de Coari - Fonte: Livro Estudos Sociais- Coari

Figura 7- Brasão do município de Coari reconfigurado- Fonte:
<https://sapl.coari.am.leg.br/parlamentar/14>

Tabela 1- Composição étnica das comunidades indígenas de Coari

LISTA DE SIGLAS

ACUV	Associação Comunitária Unidos Venceremos
AFIUC	Associação dos Familiares Indígenas de Coari
AUCINIRC	Associação União das Comunidades Indígenas e Não Indígenas do Rio Copeá
BASA	Banco da Amazônia S.A
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
COIAB	Organizações indígenas da Amazônia Brasileira
CONSPIC	Conselho dos Povos Indígenas de Coari
CTL	Coordenação Técnica Local
DMPO	Departamento Municipal dos Povos Originários
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FEPI	Fundação Estadual dos Povos Indígenas
FUNAI	Fundação Nacional dos povos indígenas
GBC	Gestão de Base Comunitária
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
MEC	Ministério da Educação
NEABI	Núcleo de Estudos Afro- brasileiros e Indígenas
NUPA	Núcleo de Formação Humana e Pesquisa Aplicada à Pesca e Aquicultura
PNCC	Programa Nacional dos Comitês de Cultura
SEPROR	Secretaria de Estado de Produção Rural
SUS	Sistema Único de Saúde
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UBS	unidades básicas de saúde
UEA	Universidade Estadual do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UICAM	União dos Povos Indígenas de Coari- AM
UPICMS	União dos Povos Indígenas de Coari e Médio Solimões

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I - Teias ancestrais: a atuação dos povos originários na Amazônia colonial	17
1.1 Horizontes além-mar: a epopeia da expansão europeia	17
1.2 Protagonismo indígena nos desafios da evangelização	29
1.3 Herança Omágua na manutenção do protagonismo e da resistência no Médio Solimões	40
CAPÍTULO II - De Alvelos a Coari: a participação indígena na evolução de uma cidade amazônica.....	49
2.1 Coari: um olhar sobre uma cidade amazônica.....	49
2.2 Força silenciosa na construção da identidade coariense	62
2.3 Do silenciamento à reescrita da narrativa indígena como forma de resistência.....	73
CAPÍTULO III - Mudança de realidade dos povos indígenas de Coari: práticas de protagonismo e resistência na contemporaneidade.....	79
3.1 Coletividade indígena e ocupação de ambientes estratégicos	80
3.1.1 Coletividade indígena e diversidade cultural	80
3.1.2 Os indígenas de Coari e o governo municipal.....	84
3.1.3 Invisibilidade Social	87
3.1.4 A questão do território e demarcação de terras	89
3.1.5 Associação dos Povos Indígenas como resistência.....	93
3.2 Mudando de cenários: parcerias e atuações em espaços de poder.....	97
3.2.1 O campo da educação.....	98
3.2.2 Meio ambiente e Cultura	103
3.2.3 Campo da saúde.....	105
3.2.4 Empreendedorismo	106
3.2.5 Comunicação e divulgação de ações	110
3.3 Práticas de protagonismo e resistência indígena em Coari: reflexões necessárias	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	125

INTRODUÇÃO

A primeira experiência, que culminou na escolha do tema, foi no ambiente profissional, na atuação como membro, juntamente com outros docentes, no Núcleo de Estudos Afro- brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal do Amazonas (IFAM)- *campus* Coari. Esse núcleo, no ano de 2022, retomou suas atividades com nova equipe, num contexto pós-pandemia¹.

Diante da problemática de por onde começar, a equipe recorreu aos meios digitais inicialmente para conhecer os indígenas locais, porém as expectativas foram frustradas, pois as poucas informações encontradas estavam defasadas.

Através de uma atividade acadêmica, uma aluna, que mais tarde se descobriu ser filha de uma liderança indígena, compartilhou sobre a realidade de parte do trabalho dos povos originários na cidade, a partir disso o núcleo conseguiu encontrar o caminho para os primeiros contatos com o movimento indígena coariense, que se estendeu para uma sólida parceria.

A conexão entre o NEABI e o movimento indígena local proporciona benefício para ambos os grupos, mas principalmente para os povos indígenas que vivem um cenário histórico de invisibilidade e luta por direitos. Eles percebem que apesar dos esforços investidos para uma mudança de realidade, os resultados são lentos e não apresentam uma efetiva aplicabilidade no chão das comunidades indígenas, muitas vezes. Isso comprova a situação desafiadora em que vivem de não serem notados. Mesmo diante desse quadro, esses indígenas se articulam politicamente tentando encontrar um norte para que suas ações sejam eficazes.

Portanto, a partir dessa análise, a missão do NEABI é, dentre outras finalidades, auxiliar os indígenas da cidade de Coari a alcançar a visibilidade

¹ A última pandemia que aconteceu no ano de 2020 foi causada por diversos coronavírus, o mais recente causado pelo vírus SARS-Co V-2, ocasionando a doença COVID- 19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/historico-da-emergencia-internacional-covid-19>

almejada que possibilitará uma mudança de cenário. Desde então projetos de extensão, de pesquisa e diversas ações têm sido estratégias para alcançar esse objetivo.

Esta dissertação intitulada “Entre Invisibilidade e Mudanças Sociopolíticas: práticas de protagonismo e resistência dos povos indígenas na cidade de Coari-AM” trata de uma visão mais macro do que o núcleo já vem realizando, a ideia é compreender as práticas de protagonismo e resistência dos povos indígenas na formação da cidade de Coari e como eles têm promovido mudanças na sua condição de invisibilidade sociopolítica.

Com o intuito de tornar as organizações nativas coarienses mais visíveis através desse trabalho, entendendo os seus movimentos de articulação na busca por protagonismo e mudança de realidade, através de uma pesquisa de campo (Goldenberg, 2004), o método qualitativo (Haguette, 1983) se tornou um caminho ideal, pois permitiu uma abordagem abrangente, considerando múltiplas dimensões e perspectivas dos povos indígenas, visto que sua realidade envolve diferentes aspectos da vida, como saúde, educação, meio ambiente, governança e espiritualidade.

A intenção foi usar como base metodológica a pesquisa participante (Fals Borda, 1988), sob o viés epistemológico do materialismo histórico-dialético (Leite, 2017) na busca de uma maior participação e envolvimento dos indígenas no processo de pesquisa, compreendendo que a participação ativa ajuda a garantir que as ações sejam relevantes e respeitadas, assim como também analisar as relações entre os indígenas e outros grupos sociais, como organizações, governos ou outras comunidades indígenas, identificando as dinâmicas de poder, opressão e resistência que afetam os povos originários. Contribuindo assim para entender as implicações e desafios atuais enfrentados pelos povos originários de Coari, bem como refletir sobre estratégias de intervenção feitas por eles.

Nesse sentido, dar voz e visibilidade aos atores indígenas, valorizar seus conhecimentos e promover uma compreensão mais justa e pluralista da realidade, entendendo o processo do protagonismo a partir do ponto de vista deles é que a abordagem descolonial (Castilho, Resende, 2023) se tornou fundamental, auxiliando numa conduta mais inclusiva e colaborativa com essas comunidades no processo de investigação.

Ademais, atentou-se em considerar os conhecimentos e valores das comunidades indígenas, sem submetê-las a uma perspectiva hegemônica ou assimilacionista, por isso houve a preocupação de adotar uma abordagem que se baseasse na interculturalidade (Walsh, 2010). Essa troca de saberes enriqueceu o trabalho, permitindo uma compreensão mais completa e contextualizada das questões indígenas, em que vozes e perspectivas dos povos nativos de Coari podem ser semelhantes ou diferentes, mas que devem ser igualmente valorizadas e levadas em consideração.

Na intenção de coletar os dados relevantes à pesquisa valorizando as narrativas, é que as técnicas da entrevista compreensiva (Kaufmann, 2013) e a história oral (Meihy, 2005) foram adotadas. Projetos parceiros de pesquisa e extensão promovidos pelo NEABI contribuíram para o recolhimento das informações fazendo uso da entrevista compreensiva como forma de ampliar as falas e vivências indígenas que muitas vezes foram marginalizadas e silenciadas ao longo do tempo. É válido destacar que o levantamento bibliográfico também foi uma fonte de busca de informações, principalmente históricas.

Nesse processo, considerando o método de investigação qualitativa, a observação participante (Haguet, 1983) cooperou também para o recolhimento de dados através da observação direta e indireta que, como a entrevista compreensiva, se vale da proximidade que os projetos de extensão e pesquisa, bem como outras ações proporcionaram, levantando informações essenciais com trato imparcial da sondagem.

Vale ressaltar que a coleta de informações para este trabalho também foi realizada por meio da técnica de bola de neve (Dewes, 2013). Inicialmente, foram identificados e estabelecido diálogos com participantes-chave que possuem conhecimento profundo sobre as organizações nativas coarienses e suas dinâmicas. A partir desses diálogos, novos informantes foram indicados, criando uma rede expandida de contatos que contribuiu para uma compreensão mais abrangente e aprofundada das perspectivas, desafios e iniciativas das comunidades indígenas em Coari. Essa abordagem visou garantir uma representação diversificada e inclusiva das vozes indígenas, promovendo um mapeamento mais completo das experiências e realidades locais.

O entendimento de protagonismo e resistência nessa pesquisa converge com o pensamento teórico dos autores Maria Regina Celestino de Almeida e John Manoel Monteiro que compreendem o protagonismo e a resistência indígena como atributos inerentes ao personagem principal da história nacional, ou seja, o indígena e que vai ao encontro do mesmo entendimento do povo indígena coariense sobre a temática.

Logo, a compreensão de protagonismo e resistência adotada é assimilação de uma figura central de uma história que precisa, em diversos contextos, assumir diversas estratégias, que podem ser conhecidas como resistência, para garantir a manutenção de sua existência.

Ser personagem central, na maioria das vezes, não os garantiu posição favorável, contudo, mesmo na subjugação, os indígenas exercem seu protagonismo e resistência todas as vezes que negociam interesses, recuam estrategicamente, estabelecem alianças e reivindicam em situações de adversidade.

Na atualidade, esse protagonismo passa a atuar em novos cenários. Com o olhar mais sensível da academia para a luta do movimento indígena, inicia-se a iniciativa de fazer um reconto da história nacional com uma nova abordagem, dessa vez ampliando as vozes dos povos originários.

Para estabelecer clareza e estruturação, bem como prezando por uma organização temática, o trabalho foi dividido em três capítulos que abordaram as seguintes questões:

Tendo como centro o protagonismo e a resistência indígena, o primeiro capítulo, intitulado “Teias ancestrais: a atuação dos povos originários na Amazônia colonial”, apresenta três subtítulos. A primeira discussão, que recebe o nome de “Horizontes Além-Mar: A Epopeia da Expansão”, tem a intenção de fazer um resgate histórico. Aborda a política atlântica e a transição do feudalismo para o capitalismo por meio do mercantilismo. O sistema colonial é visto como um alavancador para encorajar os Estados Nacionais nessa nova realidade. O subtítulo também apresenta como a crise europeia no século XIV incentiva a expansão marítima iniciada por Portugal e Espanha.

Esse início do capítulo ainda se preocupa em tratar do contexto pré-colonial baseando-se em evidências literárias sobre a realidade indígena em

terras brasileiras, dando destaque a suas práticas de protagonismo e resistência dentro do cenário de disputas e reafirmação cultural.

O segundo subtítulo que traz o nome “Protagonismo Indígena nos Desafios da Evangelização” retrata o ardor missionário e a preparação da ordem jesuítica para atuar em terras americanas, com foco no Padre Samuel Fritz.

É apresentado o trabalho de conversão e catequização dos povos originários desenvolvido por esses padres no Novo Mundo, um processo permeado de missões, desafios e interesses. Ao longo do capítulo é destacado o protagonismo e a resistência dos povos indígenas, como os Omáguas, em situação de colonização em diversas relações.

O subtítulo "Herança Omágua na Manutenção do Protagonismo e da Resistência no Médio Solimões" discute o retrato do povo Omágua/ Kambeba que se inicia com crônicas e chega até a movimentos de afirmação étnica contemporâneos ao longo dos séculos. Nessa trajetória, é possível perceber os traços de protagonismo e resistência na sua história. A organização socioeconômica e política, migrações, impactos da colonização, rituais culturais, mudanças linguísticas, marginalização e ressurgimento identitário são pontos explorados. A ênfase dessa abordagem está centrada no período de silenciamento até a busca por reconhecimento de sua cultura.

No segundo capítulo, “De Alvelos a Coari: a participação indígena na evolução de uma cidade amazônica”, são abordados aspectos que mostram a relação entre os indígenas de Coari e o desenvolvimento da cidade.

O texto trata de como toda a contribuição que as comunidades indígenas realizaram em cada fato histórico da cidade sofreram tentativas de apagamento. Esses acontecimentos vão desde a fundação da cidade até os tempos atuais.

Em um primeiro momento, no subtítulo “Coari: um olhar sobre uma cidade amazônica”, o texto aborda a fundação da cidade e a controvérsia sobre o seu fundador e como a influência hegemônica determinou essa escolha. O nome da cidade também passou pelos mesmos ditames coloniais, vivenciando uma troca compulsória de denominação na tentativa de eliminar ao máximo qualquer vestígio de herança indígena.

Em um segundo momento, no subtítulo “Força silenciosa na construção

da identidade coariense” é possível perceber que a formação do perfil do sujeito coariense está diretamente ligada ao desenvolvimento econômico e social do município. É discutido como o indígena, que é a figura principal desse contexto, contribuiu, por meio de ações e movimentos, ao longo do tempo, no crescimento do município em diversas áreas.

A presença indígena é muito forte em Coari representada por diversas etnias que de uma forma ou outra auxiliaram na formação social e cultural da região. Apesar do etnocídio sofrido, que lhes custou muito caro, os povos originários conseguiram se manter como personagem principal da sua história e figura central para se entender Coari. Por isso, é possível perceber a confluência entre o contexto social coariense e a participação indígenas que é permeada de protagonismo e resistência ao longo da história.

Ainda o segundo capítulo, o seu subtítulo “Do silenciamento à reescrita da narrativa indígena como forma de resistência” enfatiza também a necessidade de mudar o olhar diante das narrativas históricas que influenciadas por ideologia colonialista não tem interesse nenhum em evidenciar os feitos indígenas como contribuição relevante para formação da cidade. Através da mudança de perspectiva, uma nova história pode ser contada de forma honesta, porém dessa vez ouvindo os filhos da terra e tentando enxergar a cooperação dos povos originários na promoção da cidade.

O último capítulo “Mudança de realidade dos povos indígenas de Coari: práticas de protagonismo e resistência na contemporaneidade” se dedica em sistematizar as práticas que configuram protagonismo e resistência no ambiente indígena coariense, bem como as consequências geradas a partir dessas ações.

A finalidade foi acompanhar os caminhos traçados pelos movimentos políticos indígenas e analisar o nível de impactos que essas estratégias geram, ou seja, se promovem transformação de realidade para essas comunidades, mesmo dentro de um cenário de invisibilidade.

O capítulo inicia abordando o quadro atualizado dos indígenas em Coari, apresentando suas comunidades e respectivas etnias. Práticas de protagonismo e resistência perpassam ao longo de todo o primeiro e o segundo subtítulos chamados “Coletividade indígena e ocupação de

ambientes estratégicos” e “Mudando de cenários: parcerias e atuações em espaços de poder”, que têm o objetivo de caracterizar esses feitos e que se traduzem em atuações indígenas dentro de espaços governamentais de forma permanente ou provisória, apresentando-se como sujeitos que existem e têm necessidades.

A estruturação dos atos de protagonismo e resistência também são vistos na articulação do movimento indígena na avaliação de suas urgências e a partir disso criar estratégias, por vezes acertadas, por vezes não, mas que faz parte do processo, que mude a realidade de suas comunidades. Essas estratégias consistem em ocupar espaços importantes que auxiliará ou possibilitará caminhos para a superação dos problemas e estabelecer parcerias significativas que facilitam o alcance de metas e promovem inovação.

No terceiro momento, denominado de “Práticas de protagonismo e resistência indígena em Coari: reflexões necessárias”, o capítulo também se dedica a refletir sobre essas ações à luz dos teóricos que se debruçam sobre a temática de protagonismo e resistência indígena. Essa abordagem não visa buscar uma validação ocidental para eventos promovidos pelos indígenas coarienses, mas dialogar numa perspectiva intercultural. A intenção de articular o conhecimento acadêmico com a realidade dos povos originários é explorar o assunto de forma contextualizada, valorizando os dois saberes de realidades que estão entrelaçadas, principalmente no ambiente coariense. A perspectiva crítica ganha destaque nessa interação, no sentido de inferir questionamentos aos paradigmas dominantes que insistem, até os tempos atuais, subjugar os povos originários por meios explícitos e por meios sigilosos que interferem no protagonismo e na resistência dos indígenas locais.

Dessa forma, essa proposta é criada com o objetivo de fazer coro ao que é proposto nas últimas décadas, sobretudo pela história e antropologia, mas que também já expandiu para outras ciências, que de forma interdisciplinar a história desse país seja recontada, a história de Coari seja reescrita de forma transparente e justa, isto é, numa perspectiva indígena.

Por isso, o problema norteador que conduziu o desenvolvimento dessa pesquisa foi: Quais as práticas de protagonismo e resistência dos povos indígenas na formação da cidade de Coari e como eles têm promovido

mudanças na sua condição de invisibilidade sociopolítica.

CAPÍTULO I

Teias ancestrais: a atuação dos povos originários na Amazônia colonial

O capítulo “Teias ancestrais: a atuação dos povos originários na Amazonia colonial” tem a intenção, nesta dissertação, de fazer um resgate histórico a fim de explicar o início que deu forma ao cenário atual coariense. Inicialmente se busca fazer uma abordagem sobre os motivos que provocaram os europeus a saírem de suas terras e chegarem a terras brasileiras. É feito um exame das duas principais intenções do não indígena em terras colonizadas que consistia na busca por riquezas acompanhada do ardor missionário intenso que influenciou diretamente a colonização. O protagonismo e a resistência indígena perpassam todo o capítulo desde o período pré-colonial, passando pela realidade Omágua/Kambeba chegando aos indígenas do século XX, tratando de sua organização socioeconômica, defesa de interesses, estrutura hierárquica de liderança, práticas culturais e mobilizações políticas.

1.1 Horizontes além-mar: a epopeia da expansão europeia

Em primeira análise, é fato notório que o solo americano, de modo particular o brasileiro, não era desabitado quando os colonizadores chegaram aqui, como apontado por Rodrigues e Santana (2020), contudo não é comum termos contato com as histórias indígenas num contexto pré-colonial, pois a história deles, como a firma Hill (1996), sempre está muito atrelada a história do europeu.

Mesmo assim, autores como Cruz (2017) expõe que através dos relatos de missionários, e evidências linguísticas e arqueológicas é possível compreender os modos de vida, as cosmovisões e as relações dos povos originários antes da chegada dos europeus.

É possível fazer um remonte da vida material e social dos povos

indígenas antes do contato com europeus através de vestígios de cerâmica, assentamento e tantos outros elementos que nos faz entender a dinâmica social, religiosa e econômica desses povos. Bem como o estudo da linguística revelam informações sobre as diferenças de grupos étnicos, as relações de parentesco e maneiras de organização em diversos contextos.

Os registros missionários também são um apoio para desvendar como os povos indígenas viviam antes da influência europeia, mesmo que os discursos tenham o ponto de vista europeu que é muitas vezes “colonialista, evolutiva e preconceituosa sem considerar as especificidades locais e regionais” (Cruz, 2017, p.147).

Especialmente no contexto de protagonismo e resistência, a ciência auxilia também nessa percepção pré-colonial, pois através de registros é possível perceber que alguns povos indígenas exerciam controle sobre outros povos, inclusive essa situação se tornou favorável aos colonizadores posteriormente, porque eles se utilizavam dessas rivalidades e conflitos entre as comunidades, que já eram comuns entre eles, para facilitar o processo de dominação (MultiRio, 2024).

Figura 1: A gravura de Theodore de Bry, de 1593, registra um episódio de combate entre elas. Domínio público. In: *Duas Viagens ao Brasil*, de Hans Staden



Fonte: MultiRio

Como expõe Nogueira (2018), nas guerras entre comunidades indígenas era comum ataques preventivos, visto que esses conflitos estavam em uma ideia de necessidade de empreendimento belicoso. Um grupo via o outro como um potencial agressor.

Esse fato demonstra o papel ativo que as comunidades indígenas tinham com a proteção de suas terras e com a sua cultura. A manutenção de sua autonomia dependia do comportamento defensivo, evidenciando um protagonismo genuíno que demonstrava que havia uma consciência de sistema de poder e interesses territoriais.

A atitude de não assumir uma postura passiva de apenas proteger o seu povo diante de possíveis ataques, mas proativamente se antecipar em ataques preventivos configura resistência, pois entende-se que a sua organização de ataque fazia parte de uma estratégia de manutenção da vida e afirmação cultural que precisavam de persistência para continuar existindo.

É percebido que o protagonismo e a resistência indígena sempre foram algo inerente nos povos originários e que ganham destaque quando existe a ameaça externa ou qualquer desafio adverso.

Uma nova ameaça externa seria iniciada por meio da política atlântica que mudaria toda uma realidade e exigiria desses povos práticas de protagonismo e resistência para garantir sobrevivência.

Entende-se política atlântica como um conjunto de relações e interações entre as potências europeias, suas colônias e o comércio nas rotas do Atlântico durante os períodos colonial e pós-colonial (Silva, 2007). Com a finalidade de expandir impérios e controlar rotas comerciais lucrativas, as principais potências europeias da época, como Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda estabeleceram colônias nas Américas e em outras regiões do mundo.

Como o controle das rotas do comércio atlântico eram necessárias para a transferência de bens, pessoas e ideias entre as colônias e as metrópoles, as potências europeias disputavam entre si. As rotas atlânticas conseguiam formar uma expressiva rede comercial e cultural conectando as Américas, a África e a Europa. As colônias forneciam matérias-primas, como açúcar, tabaco, algodão e metais preciosos para as metrópoles europeias, que, por sua vez, enviavam manufaturas e outros produtos de volta às colônias.

Complexa rede de relações entre as colônias, as metrópoles e as sociedades ultramarinas foram impulsionadas a partir da troca de mercadorias. Para o trabalho nas plantações foram importados africanos em condição de escravidão para as Américas, ao mesmo tempo que europeus se transferiam para as colônias almejando melhores oportunidades econômicas.

Dessa maneira, o conceito de política atlântica traduz todo esse contexto de intercâmbio cultural desigual, disputas de mercados internacionais e transferência de pessoas e ideias que ocorreram nas rotas do comércio atlântico. A história das Américas e a forma das sociedades e nações que existem hoje na região foram moldadas por esse cenário.

Analisando o estudo de Stuart B. Schwartz e James Lockhart (2002), é possível destacar que Portugal e Espanha compartilhavam várias características culturais durante o período de colonização. Percebe-se que esses dois países ibéricos possuíam uma experiência cultural semelhante, principalmente em termos de organização social, apesar de serem compostos por diferentes reinos e idiomas, além de não possuírem uma relação tão harmoniosa.

Um aspecto relevante em relação à identidade e à forma como os ibéricos se organizavam socialmente era a conexão com a origem geográfica e ancestralidade. Isso acontecia, porque eles possuíam uma forte ligação com a província de origem e a família. A identificação e lealdade em relação à região de nascimento e à linhagem familiar existia tanto em Portugal, como na Espanha.

As cidades costumavam ser centrais para a organização social nos dois países, apesar de possuírem propriedades rurais também. Os principais centros administrativos, onde os órgãos governamentais funcionavam e onde as famílias prestigiadas possuíam suas residências eram as áreas urbanas. Além de serem lugares de encontro para interações sociais e locais de concentração do poder político e econômico.

Tendo supremacia nos séculos XVI a XVIII, o mercantilismo, doutrina econômica, trouxe mudança de mentalidade significativa no que se refere a valores e concepções ideológicas em relação ao trabalho e ao empreendedorismo para a Europa. Anteriormente, durante o período medieval, o trabalho manual era frequentemente menos prezado em

comparação com às atividades intelectuais e aristocráticas (Silva,2007).

Entretanto, o sujeito empreendedor começou a ser exaltado, com o surgimento do mercantilismo, ganhando valor o seu espírito criativo e seu papel na busca de lucros e no desenvolvimento econômico. Essa mudança de valores refletiu uma transição do feudalismo para o capitalismo, em que a busca por riqueza e o comércio desempenharam um papel fundamental (Pomer, 1994).

Superar as estruturas feudais existentes foi necessário para que os Estados Nacionais pudessem emergir e se fortalecer. O sistema colonial foi uma das soluções encontradas para que isso acontecesse, pois esse modelo se adequava perfeitamente ao capitalismo comercial e à política mercantilista, já que envolvia a exploração de colônias por parte das potências europeias, que buscavam recursos naturais, mão de obra barata e mercados para seus produtos manufaturados.

A colônia realizava dois papéis: da mesma forma que desempenhava a função de fornecedor ofertando tabaco, algodão, açúcar e diversas outras matérias primas de muito valor, funcionava também como consumidores dos produtos que tinham como origem os recursos naturais tirados da própria colônia. Foi dessa maneira que os países colonizadores se desenvolviam.

Analisando o processo de desenvolvimento dos países europeus nesse período, é correto afirmar que não havia uma receita pronta em uma cartilha em que todos seguiam, cada país teve suas vivências e formas de conduzir seu sistema colonial. O andamento da ocupação foi orgânico e específico dentro de cada realidade.

Silva (2007) afirma que o descobrimento das terras a oeste do Atlântico, durante os séculos XV e XVI, precisa ser compreendido dentro de um contexto mais amplo relacionado à crise enfrentada pela Europa Ocidental no século XIV. Vários acontecimentos definem essa crise que afetaram drasticamente a população e a economia do continente.

Um dos principais fatores que causou a morte de muitas pessoas, resultando em uma diminuição significativa da mão de obra disponível, consequentemente afetando a produção agrícola e as atividades econômicas em geral, foi a Peste Negra. Essa epidemia de peste bubônica que se espalhou pela Europa, resultou em uma enorme devastação populacional.

Outra situação, adicionada a esse contexto, que diminuiu muito a população, foi a chamada Guerra dos Cem Anos². Esse fato foi prejudicial, porque exigiu homens para lutar na guerra, tendo como consequência menos vidas humanas.

A transição do sistema de pagamento do tributo servil para a renda monetária também influenciou a crise econômica. Apesar de ter aliviado a pressão sobre os camponeses em relação aos pagamentos obrigatórios em produtos, sobrecarregou-os com a necessidade de obter dinheiro para cumprir suas obrigações. Esse fato gerou uma insegurança no campo e perspectivas incertas para o futuro. Devido a isso, uma tensão chamada revoltas camponesas, consequentemente uma instabilidade social, aconteceu.

Em decorrência disso, em busca de melhores condições de vida, muitas pessoas deixaram o campo e migraram para as cidades. As indústrias em crescimento, especialmente a indústria têxtil, eram os principais alvos na busca por emprego. Esse desenvolvimento econômico foi mais evidente na Inglaterra, onde a criação de ovelhas e a indústria de lã já tinham tradição, e onde o cercamento de terras para a criação de ovelhas era mais intenso. Na França, a indústria estava mais voltada para a produção de artigos de luxo, que tinham uma demanda limitada na Europa.

O aumento do comércio na Europa, além dos fatores internos já citados, somado a necessidade crescente de metais preciosos foram o incentivo que os países em desenvolvimento tiveram para buscar novas fontes de matérias-primas. Os mulçumanos exerciam um controle do comércio no Atlântico, isso limitava a atuação dos europeus, por isso eles tiveram que buscar rotas alternativas para o comércio.

Como o objetivo dos países da Europa era conquistar novas terras que fossem lucrativas, tornou-se mais que urgente driblar a situação em que se encontravam avançando em suas rotas comerciais.

² Guerra dos Cem Anos foi uma disputa prolongada entre Inglaterra e França que começou com reivindicações ao trono francês e evoluiu para um conflito maior envolvendo várias nações, impulsionado pelo nacionalismo emergente.

Silva (2007) continua esclarecendo que a mudança do foco econômico que antes era no Mediterrâneo e depois passou a ser o Atlântico e consequentemente alavancou as negociações comerciais entre o Ocidente e o Oriente foi o fruto mais significativo dessa ação ousada chamada expansão marítima.

A intenção dos europeus era romper com o monopólio exercido pelos Árabes em dominar com exclusividade a importante fonte de riqueza fornecida pelo Oriente em seus produtos de luxo. Por isso, o desejo de ter o controle dessas mercadorias de alto valor foi também a motivação para realizar expedições que permitissem o acesso direto ao Oriente.

Portugal e Espanha foram os primeiros países a fazer as primeiras expedições, graças ao apoio do Estado, que foi o maior interessado nessas missões, através de financiamento.

Mesmo nos primeiros contatos com os novos territórios, era visível o bom negócio que as expedições marítimas proporcionaram, pois a entrada de recursos naturais valiosos propiciou um desenvolvimento do comércio, resultando no aumento notável da economia.

Esse fortalecimento da economia a partir da bem-sucedida expansão marítima possibilitou um robustecimento dos Estados Nacionais, que após o controle das colônias, saiu de uma outrora fragilidade conforme já foi supracitada para uma situação de influência tanto dentro do país, como internacionalmente.

Dentro dessa situação, surge os impérios coloniais europeus a partir das explorações marítimas e a descoberta de novas terras. Essas colônias se tornaram uma extensão dos impérios europeus, colaborando para a expansão e a consolidação do poder dessas nações ao explorar seus recursos naturais, estabelecer rotas comerciais e exercer domínio sobre esses territórios.

É válido ressaltar que durante o período das grandes navegações, as viagens de exploração também foram impulsionadas, em grande parte, pela busca dos espanhóis e portugueses por uma parcela no lucrativo comércio com o Oriente. Naquele momento, o comércio com o Oriente era dominado pelas cidades italianas de Veneza e Gênova, que mantinham um monopólio sobre essas rotas comerciais (Silva,2007).

Isso significa dizer que os preços dos produtos vendidos na Península Ibérica oriundos do Oriente, como porcelana, especiarias, seda e outros bens de luxo, eram muito altos. Por isso, a população local, descontente com a situação, viu nas viagens de descobrimento uma oportunidade de contornar os intermediários italianos e obter acesso direto às mercadorias orientais.

Isso representava, para os grupos mercantis da Península Ibérica, uma oportunidade de aumentar os lucros e ganhar vantagem competitiva, uma vez que não haveria mais a necessidade de pagar altos preços para os intermediários italianos. Ao buscar diretamente as mercadorias no Oriente, eles poderiam torná-las mais baratas e, assim, desafiar o monopólio comercial do Mediterrâneo.

É necessário salientar que o fervor missionário dos espanhóis também desempenhou um papel significativo nas viagens de descobrimento. A reconquista da Península Ibérica pelos cristãos das mãos das forças islâmicas, conhecida como "Reconquista"³, foi um processo longo e desafiador que durou séculos. Essa luta contra o Islã gerou um fervor religioso entre os espanhóis e fortaleceu sua identidade cristã (Silva,2007).

O desejo de espalhar a fé cristã para além das fronteiras da Península Ibérica encontrava-se no fervor religioso. Para os espanhóis, a conquista de terras além-mar era uma chance de converter os "gentios", ou seja, os povos não cristãos em seguidores de Cristo nesses locais distantes.

Portanto, as expedições marítimas também eram vistas como uma missão sagrada, uma forma de alcançar a salvação espiritual. Percebe-se que o desejo de espalhar a sua fé tinha o mesmo grau de importância que a ideia de explorar novas terras e riquezas.

Nesse contexto, os exploradores e conquistadores espanhóis, como Cristóvão Colombo e Hernán Cortés, ao levarem consigo padres e missionários para propagar o cristianismo entre os povos indígenas que encontraram durante suas viagens, desempenharam um papel duplo na missão: navegadores e evangelizadores.

³ A Guerra de Reconquista refere-se ao período histórico na Península Ibérica, durante o qual os cristãos buscaram recuperar territórios anteriormente ocupados por muçulmanos. Essa campanha ocorreu ao longo de vários séculos, desde o século VIII até o século XV.

Considerando ainda os fatores que impulsionaram as viagens de descobrimento, além das causas mencionadas anteriormente, é válido destacar os avanços no conhecimento geográfico e tecnológico.

O conhecimento sobre a forma esférica da Terra já era amplamente aceito entre as pessoas instruídas, a partir do século XII. Isso representou uma mudança significativa em relação às concepções antigas de uma Terra plana. Uma visão mais clara de como explorar os mares em busca de novas rotas passou ser uma realidade para os navegadores a partir dessa compreensão.

O desenvolvimento de engenhos tecnológicos também foi um marco nesse período e desempenhou um papel fundamental. O astrolábio, por exemplo, ajudava a traçar rotas mais precisas, pois permitia determinar a latitude pela observação dos astros. Já a bússola, instrumento de navegação, permitia aos marinheiros determinarem a direção do norte magnético, proporcionando orientação confiável durante as viagens.

Apesar dessas tecnologias já existirem antes das viagens de Cristóvão Colombo, ocorreram avanços adicionais durante esse período. As caravelas, por exemplo, eram navios mais ágeis e versáteis, permitindo explorar áreas desconhecidas com maior segurança, favorecendo possibilidades (Black, 2005). A invenção da imprensa de tipos móveis por Gutenberg foi algo muito importante, porque contribuiu para a disseminação mais rápida do conhecimento e das informações cartográficas, possibilitando a produção em massa de mapas atualizados.

O governo de Portugal que atuou de 1385 a 1580, dinastia de Avis, em relação a descobertas marítimas, desempenhou um papel essencial no impulsionamento dessa missão. Portugal experimentou, durante essa dinastia, um período de estabilidade política e econômica, o que permitiu que o país se concentrasse em empreendimentos marítimos ambiciosos (Silva, 2007).

Antes do reinado da dinastia de Avis, os portugueses já haviam iniciado suas explorações marítimas no Atlântico. Eles já haviam navegado até as ilhas dos Açores e conquistado a cidade de Ceuta, no norte da África, entre 1350 e 1415. Porém os avanços mais expressivos nas descobertas marítimas portuguesas foram, durante o reinado da dinastia de Avis, especialmente entre

1434 e 1498.

Expedições idealizadas, durante esse período, ao longo da costa africana, liderada por navegadores, como Henry, o Navegador, e Bartolomeu Dias, em busca de rotas marítimas para o Oriente, onde se encontravam as desejadas especiarias e outras mercadorias valiosas, eram realizadas pelos portugueses.

Bartolomeu Dias provou, em 1488, que era possível chegar às Índias navegando pelo Oceano Atlântico. Ele conseguiu esse feito contornando o Cabo da Boa Esperança, no extremo sul da África. Vasco da Gama, em 1498, valendo-se do caminho descoberto por Bartolomeu Dias alcançou com sucesso as Índias, estabelecendo um caminho direto para as lucrativas zonas comerciais do Oriente.

Essa conquista de Vasco da Gama trouxe uma nova era de exploração e comércio para Portugal, revelando o potencial das rotas marítimas diretas para o comércio com o Oriente. A expansão do império português se deu a partir das descobertas marítimas portuguesas durante o reinado da dinastia de Avis como já citado, em que foi possível estabelecer colônias e consolidar o poder econômico e político de Portugal na época.

Um cenário propício para as grandes expedições marítimas estava criado: conhecimento geográfico e tecnológico, juntamente com a crescente curiosidade e ambição dos europeus. Essa combinação de fatores empoderaram os navegadores, fazendo-os mais confiantes em aventurar-se em águas desconhecidas, explorando novas terras e estabelecendo rotas comerciais que revolucionariam o comércio global e dariam origem aos impérios coloniais europeus.

Lopes (1986) esclarece que Portugal não conseguiu alcançar uma posição notável entre os Estados capitalistas emergentes da época, embora tenha sido um dos pioneiros na "descoberta" do caminho para as terras do Novo Mundo em 1500. Portugal seguiu repassando sua riqueza colonial em vez de capitalizá-la para impulsionar seu próprio desenvolvimento econômico. Os lusitanos não adotaram políticas mercantilistas que visassem fortalecer sua economia nacional e acumular riquezas por meio do comércio colonial, conforme fizeram outros países europeus, como Inglaterra, França e Holanda.

Acredita-se que o motivo para esse atraso no desenvolvimento

econômico tenha sido devido ao fato de haver uma estrutura feudal que ainda predominava em Portugal naquela época. Portugal manteve um sistema social e econômico que ainda era baseado em relações feudais, com uma classe dominante privilegiada que explorava os recursos coloniais para seu próprio luxo, em vez de investir em uma economia capitalista em expansão. Enquanto isso, outros países europeus estavam passando por uma transição para uma economia capitalista, com uma crescente classe mercantil e uma maior mobilidade social.

Enquanto Inglaterra, França e Holanda capitalizavam os proventos do comércio colonial para financiar seus projetos de expansão e desenvolvimento, compreendendo que estavam em uma verdadeira competição comercial e territorial (Silva, 1996), Portugal estava mais preocupado em manter sua estrutura feudal e sustentar a classe parasitária privilegiada (Silva, 2007). Essa falta de evolução para uma classe capitalista limitou o potencial de crescimento econômico de Portugal.

Em consequência disso, nesse período, outros países europeus se tornavam potências coloniais e acumulavam capital, porém Portugal não conseguia se beneficiar plenamente das riquezas coloniais que conquistou, porque permanecia relativamente estagnado, dependendo do comércio mercantilista controlado por outras nações. O resultado dessa falta de adaptação de Portugal às mudanças econômicas e sociais da época foi a posição secundária que ele ocupou em relação aos Estados capitalistas nascentes.

A ideia de que os portugueses foram os mais preparados descobridores ultramarinos com base em sua posição geográfica ou experiência marítima é contestada por Charles Boxer (2002). Boxer argumenta que, na realidade, a experiência marítima dos portugueses era bastante limitada e não seria suficiente para credenciá-los para empreendimentos tão grandes como as descobertas ultramarinas.

Mesmo apresentando essas limitações, eles conseguiram fazer expedições, que contaram com alguns fatores, em busca de novas terras. Em novos solos, os portugueses se mostraram colonizadores adaptáveis (Silva, 2007). Eles reconheceram desde o início que para obter vantagens, a abordagem mais viável seria estabelecer contatos pacíficos com as

populações locais e absorver alguns traços da cultura local. Essa estratégia foi fundamental para o sucesso de suas explorações e colonizações, pois permitiu que eles estabelecessem relações comerciais e alianças com as comunidades nativas.

Esse episódio revela que embora houvesse desigualdade de poder entre os dois grupos, os habitantes locais conseguiam interagir de forma estratégica com o grupo invasor revelando que os povos nativos conheciam a importância da sua influência na relação e comportavam-se como agentes ativos na moldagem das interações.

No contexto da descoberta da América, como já mencionado, ainda segundo Silva, a tradição militar das Cruzadas, que exaltava a ideia de lutar por motivos religiosos, teve influência na mentalidade dos espanhóis, especialmente na Castela medieval. A conquista do Novo Mundo era vista como uma missão divina, uma forma de estender a influência e os valores da religião cristã, visto que a ideia de expandir o reino de Castela para além das fronteiras conhecidas, conquistando novas terras, foi associada à expansão do reino de Deus sobre a Terra.

Com esse pano de fundo, entende-se que o papel da Igreja Católica na legitimação da conquista foi fundamental. Ao emitir uma série de bulas papais, como a famosa bula *Inter coetera*⁴, que concediam à Espanha o direito exclusivo de colonizar e evangelizar as terras recém-descobertas a oeste, o papa Alexandre VI, que era espanhol, desempenhou um papel significativo, porque essas bulas davam um caráter sagrado à conquista, considerando-a uma missão divina e conferindo poder e autoridade à coroa espanhola, representada pela rainha Isabel.

Dessa forma, a ideia de expandir o reino de Castela e espalhar a fé cristã, com o respaldo religioso e político, contribuiu para o empreendimento das expedições, o estabelecimento de colônias e a exploração dos recursos das terras recém-descobertas, fazendo com que a tradição militar das Cruzadas e o apoio da Igreja Católica fossem fatores importantes na motivação e na justificativa da conquista das terras do Novo Mundo.

⁴ *Inter coetera* (sendo duas), *Eximiae devotionis* e *Dudum siquidem* (Boxer, 2002).

Ao considerarmos todos os elementos que deram forma à realidade da expansão marítima, é evidente que as terras colonizadas, especialmente a América, foram "descobertas" em um contexto permeado de interesses em diversos aspectos de acordo com as potências europeias que se contradiziam em seus diferentes projetos de dominação, transformando a realidade do Novo Mundo, sem considerar as fronteiras sociais e culturais indígenas (Silva, 1996). A reflexão sobre esse período revela que motivações econômicas, políticas e religiosas desempenharam papéis significativos ao nortear essa exploração, já que a busca por riquezas, a disseminação da fé católica e a ânsia por poder emergem como fatores fundamentais que impulsionaram esse processo.

1.2 Protagonismo indígena nos desafios da evangelização

Como expõe Silva (2007), a reconquista da Península Ibérica pelos cristãos das mãos das forças islâmicas, conhecida como "Reconquista", foi um processo longo e difícil que durou séculos. Essa luta contra o Islã gerou um fervor religioso entre os espanhóis e fortaleceu sua identidade cristã. Foi com esse mesmo fervor que os espanhóis se lançaram na busca por novas terras, sendo um fator significativo nas viagens de descobrimento.

A ideia da superação das necessidades, que foi o motivo para a saída a fim de conquistar terras ultramarinas, era acompanhada de um ardor missionário. A crença de que uma obrigação evangélica estava associada a missão era uma verdade que permeava as mentes dos exploradores.

Nessa situação, a organização religiosa fundada no século XVI por Inácio de Loyola, a Ordem dos Jesuítas, também conhecida como Companhia de Jesus, desempenhou um papel importantíssimo nas expedições, permitindo que o caráter religioso da proposta fosse atendido. A ordem dos Jesuítas foi escolhida, talvez, por ter uma estrutura mais centralizada e internacional do que as outras ordens religiosas.

Conforme Silva (2007) atesta, os jesuítas tinham uma abordagem mais voltada para o trabalho missionário e a educação, diferente de algumas ordens monásticas que seguiam uma vida contemplativa e clerical em

claustros. Após o estabelecimento dos impérios europeus em terras colonizadas, os jesuítas se engajavam ativamente no contato com as populações nativas nessas terras, buscando estabelecer missões, consequentemente converter os indígenas ao cristianismo.

Essa proximidade dos jesuítas com as populações nativas causou insatisfações por parte dos colonizadores, porque, muitas vezes, os jesuítas se opunham à exploração dos colonos agindo em defesa dos indígenas. Além de protegê-los da função de mão de obra de forma abusiva, os padres jesuítas também procuravam converter os nativos ao cristianismo, educá-los e integrá-los à sociedade colonial de maneira mais humanizada (Costa; Menezes, 2009).

Entretanto, essa relação amigável nem sempre era bem-vista pelos colonos, porque apesar da missão também ter um caráter religioso, este fato não poderia ser um empecilho no trabalho e na geração de riquezas. Devido a isso, tensões e conflitos eram ocasionados. O choque entre os grupos se dava justamente pela visão distinta de trabalho que possuíam do nativo. Enquanto para o jesuíta o indígena era visto como uma espécie de bom funcionamento da catequese tanto no aspecto administrativo como econômico da colônia, para o homem branco colonizador esse indígena era fundamental para garantir subsistência e prosperidade (Pinheiro, 2003).

Embora haja essa linha de pensamento supracitada sobre a relação dos jesuítas e colonos na tratativa dos indígenas, outra corrente de pensamento afirma que havia um segundo interesse que motivava os jesuítas em terras brasileiras. O objetivo de primeira ordem dos jesuítas era catequizar, contudo esse processo gerava obediência e isso era fundamental para a perpetuação do sistema mercantilista do sistema colonial, isto é, manter indivíduos disciplinados a fim de manter o *status quo*. Portanto havia uma conexão entre a pregação do evangelho e interesses mercantilistas, em que esta tinha uma predominância sobre aquela (Bettini, 2006).

A boa comunicação que os jesuítas possuíam como os povos nativos se deu graças a eficiente formação acadêmica e espiritual que eles recebiam em suas capacitações que os preparava para missões em terras distantes, como a Amazônia.

Essa formação incorporava mais do que aspectos intelectuais, incluía também elementos práticos e físicos para enfrentar condições desfavoráveis, como a comunicação com outras culturas, recursos limitados e desafios climáticos. Os jesuítas estavam preparados para qualquer situação adversa, sabendo se adaptar às circunstâncias encontradas durante suas missões (Silva, 2007).

Silva cita a aspiração política e imperial que os jesuítas possuíam, que nos remete a ideia de que esse treinamento que recebiam visava também formar os sacerdotes jesuítas para desempenhar um papel de liderança e autoridade nas comunidades que encontrariam.

A Companhia de Jesus possuía um perfil que a distinguia das outras ordens, eram religiosos que não se debruçavam somente em assuntos teológicos, mas também em diversos temas da área do conhecimento que eram relevantes socialmente e que cooperavam no trabalho realizado por eles (Piero, 2008).

Apesar de haver essa flexibilidade, a intenção primeira da ordem era a formação espiritual baseada nos princípios de Inácio de Loyola. Prezava-se por um discurso religioso coerente e convincente para os fiéis (Piero, 2008), por isso os sermões necessitavam ser baseados na teologia e na filosofia moral.

Segundo Laranja e Pessoa (2022), havia um povo indígena de muita relevância no vale Amazônico, citado por alguns viajantes e missionários chamado Omágua/Kambéba, durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX.

Essa grande etnia tanto em número de membros, quanto na sua cultura e em suas diversas habilidades, principalmente nas artes e no comércio, foi percebida e teve sua realidade registrada, conforme Laranja e Pessoa (2022), por diversos nomes que passaram pelo vale Amazônico, como Acuña, Samuel Fritz, Charles La Condamine, Laureano de La Cruz, José Chantre Y Herrera e Alexandre Rodrigues Ferreira. Esses autores conseguiram evidenciar não só a existência desse povo, como a influência que eles exerciam no cenário amazônico e que contribuía para a história.

A partir dos registros deixados, é possível perceber que o povo Omágua/Kambeba tinha a sua estrutura de sociedade bem definida, possuía uma dinâmica espiritual desenvolvida, demonstravam uma capacidade para o comércio e a produção de produtos utilizados na sua rotina.

Mudando a ótica ao ler os relatos, superando o ponto de vista europeu, é percebido traços de protagonismo e resistência dos Omáguas/Kambeba ao analisar a sua atuação em diversas áreas, como no comércio, na sua cosmologia e na manutenção da vida social, mesmo imersos num contexto de subjugação.

Mesmo entendendo que os relatos feitos sobre os Omáguas foram de extrema importância, o pensamento moderno, que denuncia a assimilação e aculturação dos povos originários, atenta-nos para análise das obras com um olhar mais crítico, entendendo que a realidade Omágua pode ter sofrido limitações, pelos registros terem sido produzidos por mentalidades a serviço do poder hegemônico, assim como Florestam Fernandes concluiu sobre os escritos feitos por europeus a respeito dos Tupinambás (Santos, 2018). A proposta é que a história seja recontada a partir da mudança de perspectiva, trazendo o indígena para participar do reconto.

Os jesuítas foram fiéis aliados no processo de colonização. Desde o início, auxiliaram no levantamento de informações e no projeto de catequização, mesmo diante de uma terra e uma realidade totalmente desconhecida para os europeus. Em um papel de destaque, um padre missionário, à serviço da Companhia de Jesus, realizou um importante trabalho com indígenas no alto Amazonas, no século XVII. Esse padre se chamava Samuel Fritz e tanto o seu relato, como o mapa que desenhou em 1691 são fontes valiosas para a localização dos grupos étnicos nessa região (Porro, 2003).

O interesse em interagir com o contexto de diversos povos indígenas, como os Jurimáguas, os Omáguas e os Aisuares, entre outros é evidente a partir do esforço que Fritz faz de registrar a geografia da região, as relações interpessoais, as práticas culturais e a língua.

Esses registros permitiram entender a conjuntura amazônica atual considerando a contribuição de Fritz em muitas coisas, principalmente a diversidade étnica e cultural da região (Pinto, 2006).

Em uma concepção linguística, Santos (2015) esclarece que alguns missionários jesuítas envolvidos na catequização e conversão dos povos indígenas dedicaram-se em desenvolver gramáticas e listas de palavras da língua Omágua/Kambéba.

Dentre muitos autores que contribuíram com registros em relação à língua Omágua, pode-se destacar Lorenzo Hervás, um missionário jesuíta espanhol, que fez registros nesse sentido. O padre Jose Chantre y Herrera também compilou uma coletânea de palavras e frases da língua Omágua, oferecendo mais percepções sobre a estrutura e o vocabulário da língua.

Não só missionários, mas também outras pessoas tiveram interesse na documentação dessa expressão vocabular, como os naturalistas Castelnau em 1950 e Paul Marcoy em 1866 que publicaram suas descobertas. Entretanto, é importante salientar que muitos desses trabalhos se perderam ao longo do tempo, restando apenas citações dos autores e a data de sua existência.

Paul Rivet, através do seu trabalho de pesquisa em 1910, sugeriu uma possível relação linguística entre as línguas Kokama e Omágua/Kambéba ao perceber afinidades lexicais entre elas. Somado a isso, ele apontou que tanto o Kokama quanto o Omágua/Kambéba tinham uma profunda afinidade com o Guaraní brasileiro.

Para os jesuítas, a vida na Terra era vista como um estágio para alcançar o reino dos céus, e essa compreensão incluía uma cartografia moral que orientava suas ações e condutas (Silva, 2007). Para isso eles compreendiam que para cumprir sua missão apostólica de converter os povos do Novo Mundo ao cristianismo, era essencial entender profundamente a sociedade e a natureza das regiões em que atuavam.

Silva continua esclarecendo que esse conhecimento sobre os novos territórios vinha a partir dos registros feitos por eles. A preparação intelectual e espiritual começava nos colégios jesuítas na Europa, onde os missionários estudavam a realidade dos povos a serem evangelizados. A flexibilidade na formação jesuítica permitiu uma “facilidade” no entendimento do Novo Mundo, no sentido de ter interesse em interpretar a realidade americana. Os escritos feitos por eles geraram duplo benefício: na informação para os europeus no geral, e, no caso dos jesuítas, para além da informação, mas também da

formação de novos missionários.

Desafios consideráveis foram enfrentados ao longo do percurso de evangelização, como, por exemplo, o nomadismo. Porém a cristianização dos povos indígenas era a principal motivação da Companhia de Jesus e mesmo havendo resistência inicial, os jesuítas estabeleceram um processo gradual de catequese, que envolvia a instrução religiosa e conversão dos indígenas.

Para os Omágua, o padre não era apenas uma figura religiosa, mas também um líder político e protetor, refletindo a interligação entre religião e política na visão dos povos da bacia amazônica. Samuel Fritz, ao atuar entre os indígenas Omáguas, buscava a cristianização e a pacificação das comunidades na região evidenciando bem esse duplo papel (Pinto, 2006).

A região amazônica testemunhou, durante os séculos XVI a XVIII, a reunião do povo Omágua em missões estabelecidas pelos jesuítas. Sob a influência da colonização europeia e da evangelização católica, essas missões buscavam propagar a religião cristã e aplicar o processo de "civilização" às comunidades indígenas.

Uma das missões notáveis, como expõe Santos (2015), foi a Missão São Paulo Apóstolo, posteriormente denominada São Paulo dos Kambeba, localizada na região que hoje é conhecida como município de São Paulo de Olivença, no estado do Amazonas. Essas missões eram extensas e organizadas para abrigar várias famílias indígenas, incluindo os Omáguas, e foram elevadas à categoria de província. Ao supervisionar a vida cotidiana das comunidades, oferecendo ensinamentos religiosos, promovendo a agricultura, a construção de habitações e a organização social, os jesuítas desempenharam um papel central nesse processo.

Contudo, devido a perseguições e outros desafios enfrentados, o número de Omágua nas missões diminuiu significativamente ao longo do século XVII. Para garantir a sobrevivência, muitas famílias Omágua foram forçadas a abandonar as missões e assimilar a identidade de famílias ribeirinhas locais.

Seabra (2022) reafirma que a atividade missionária católica influenciou fortemente a política colonial na Amazônia durante a ocupação portuguesa. Além do extrativismo vegetal, a transformação dos indígenas em comunidades sedentárias e a imposição da língua portuguesa foram

estratégias adotadas pelos colonizadores.

Essa estratégia visava homogeneizar a sociodiversidade amazônica, ou seja, tornar as diversas comunidades indígenas da região mais uniformes e alinhadas aos interesses e padrões da colonização portuguesa. Isso incluía transformar os grupos indígenas nômades em comunidades sedentárias, estabelecendo núcleos com características urbanas. Preparar os indígenas para o trabalho na economia colonial era o objetivo principal, tê-los como mão de obra para atividades extrativistas, agrícolas e outras demandas da época (Witkoski, 2010).

Em uma perspectiva semelhante, Bettini (2006) aponta que a condição para permanência dos jesuítas nas colônias a fim de manter o trabalho de catequização compreendia na necessidade da companhia se alinhar aos moldes do sistema mercantilista, evidenciando que a intenção não era única e exclusiva evangélica.

Essas políticas de colonização na Amazônia tiveram impactos profundos na cultura, na organização social e nas relações dos povos indígenas com a sociedade envolvente. Até os dias atuais é possível observar o legado que elas deixaram na região amazônica.

Um desses legados foi a língua que desempenhou um papel fundamental na comunicação e no estabelecimento de relações entre colonizadores e populações indígenas. Nesse contexto, por várias razões, os indígenas mostraram-se mais dispostos a aprender a língua dos colonizadores do que o contrário.

Em primeiro lugar, os indígenas viam a língua do colonizador como uma ferramenta de acesso a benefícios comerciais. As trocas e o comércio entre as populações nativas e os colonizadores eram facilitados quando havia uma comunicação efetiva, criando, assim, oportunidades econômicas.

Como aprender a língua dos indígenas era fundamental para a evangelização, permitindo que os missionários se comunicassem diretamente com as populações nativas, ensinando-lhes os princípios da fé cristã e estabelecendo uma conexão cultural mais profunda, muitos missionários dedicaram-se a aprender a língua geral, um idioma comum que facilitava a comunicação entre diferentes grupos indígenas e com os colonizadores.

Uma língua chamada Nheengatu⁵, resultante do contato entre os colonizadores portugueses e as populações indígenas locais, surgiu especificamente na região amazônica. O Nheengatu se tornou uma língua franca amplamente utilizada na região, desempenhando um papel importante na comunicação e no intercâmbio cultural entre os indígenas e os colonizadores.

Assim como Ximenes (2010) percebe traços de protagonismo no movimento indígena dos Terena em sua análise, considerando a adaptação às demandas do governo como uma forma de estratégia de sobrevivência diante da expropriação violenta de seus territórios tradicionais, assim é possível ver a adequação do Nheengatu como língua franca na região amazônica também como um ato claro de protagonismo dos indígenas diante do contexto colonial.

A dominação é um assunto que nunca saiu de pauta, quando o tema é colonização e isso era feito de diversas formas. Na contramão do que expõe muitas literaturas corroborando com o pensamento supracitado, Borges (2004) firma que o nheengatu não foi nada mais do que uma estratégia política e teológica criada pelos jesuítas a fim de garantir a permanência dos povos indígenas sob os interesses da companhia, a mesma coisa teria acontecido com a língua geral Tupi.

Dentro dessa perspectiva, o uso da língua é um instrumento valiosíssimo, porque sugerindo uma forma única de linguagem é possível padronizar a fala, formalizar o aprendizado, facilitando a dominação, pois detém a autoridade quem propõe, ou seja, quem detém o conhecimento sobre essas línguas. Por isso, a implementação do nheengatu também é vista com uma outra óptica não tão positiva.

Esse raciocínio vai ao encontro do que esclarece Bettini (2006) em que expõe que uma das hipóteses sobre a expulsão dos jesuítas, por Marquês de Pombal em 1759, teve como motivo a forte falta de confiança que a coroa

⁵ Bessa Freire (1983) discute a importância do nheengatu como língua geral na Amazônia, destacando seu papel histórico como meio de comunicação entre indígenas, colonizadores e missionários.

tinha em relação a Companhia de Jesus por causa do seu fortalecimento proporcionado pelo domínio de terras e recursos. Analisando essa hipótese, infere-se que a implementação do *nheengatu* era uma das práticas que geravam desconfiança da coroa, visto que com o domínio da língua, Portugal necessitaria dos jesuítas para estabelecer ligação com os nativos, fazendo-nos subentender que, talvez, os interesses dos colonos não tivessem preeminência sobre os interesses da companhia para os jesuítas.

Apesar das intenções obscuras que também são consideradas com a criação do *nheengatu*, entende-se que a aceitação de uma língua que facilitasse a comunicação com os colonizadores, mesmo que por questão de necessidade, demonstra, por parte dos indígenas, não apenas a habilidade de se adaptar às novas circunstâncias, mas também uma estratégia proativa para enfrentar os desafios impostos pela colonização europeia.

Segundo Silva (2007), a cultura corporativa dos jesuítas era profundamente influenciada por sua missão apostólica, que incluía a conversão e catequização dos nativos nas regiões onde atuavam. Por proporcionar um vasto campo de conhecimento sobre sociedades, costumes, línguas e crenças distintas, eles viam o contato com as culturas indígenas como uma oportunidade valiosa para esse enriquecimento intelectual. As cartas desempenhavam um papel essencial nesse contexto, uma vez que mantinham a comunicação e o intercâmbio de conhecimentos entre os missionários em diferentes regiões.

Os jesuítas utilizavam as cartas para influenciar seus destinatários, buscando apoio, recursos e compreensão para suas atividades missionárias, revelando o caráter persuasivo desse ato. As cartas também eram instrumentos de propaganda missionária, destinadas a relatar os benefícios da presença jesuíta, os sucessos na conversão dos nativos e a expansão do cristianismo a fim de motivar os demais.

Por meio das cartas e relatórios, debates e reflexões, que iam além do âmbito religioso, contribuindo para a produção de conhecimento dentro da ordem, eram realizados, graças a compartilhamento de conhecimentos, experiências e descobertas sobre diversos aspectos da natureza e cultura das regiões onde os jesuítas estavam presentes.

É necessário ressaltar, entretanto, que os interesses missionários

ditavam os escritos jesuíticos. Os discursos eram cuidadosamente elaborados, pois tinham o propósito de consolidar e promover a causa missionária, diminuindo os fracassos e elevando os sucessos para manter o apoio financeiro e o recrutamento de novos membros.

Em 1692, Samuel Fritz, pessoalmente, dirigiu-se à Audiência de Quito, uma instituição colonial na região, para declarar as necessidades enfrentadas por suas missões. Nessa audiência, ele solicitou recursos para seus objetivos, bem como buscou apoio financeiro para garantir o sucesso de suas atividades de evangelização.

Ele requisitava recursos financeiros também para a ornamentação das igrejas, além da subsistência das missões, pois considerava que a estética possuía um papel central na evangelização. A realização dos rituais religiosos e a conversão dos indígenas também dependiam do fator decoração nos templos.

Entende-se que as autoridades coloniais reconheciam a importância das missões jesuíticas na região e estavam dispostas a apoiá-las ao responderem favoravelmente as solicitações de recursos por parte de Fritz. Dessa forma, a subsistência dos missionários e a manutenção das igrejas eram garantidas.

Contudo, a resposta às solicitações feitas demorava meses para serem dadas e muitas vezes eram até ignoradas, como aconteceu na região de Maynás, relatado por Fritz em seu diário, que enfrentava diversas dificuldades, incluindo precariedade material e comunicação complicada. Nessas situações, soluções alternativas que estivessem fora do controle da ordem religiosa ou do Estado eram buscadas.

Era necessário haver uma ameaça real de perda de território para que a área em questão recebesse algum tipo de atenção, como o envio de dinheiro e missionários, a fim de conservar o território em nome da Coroa. Se não houvesse nenhuma ameaça nessa proporção, a região continuava com os pedidos de ajuda e recursos negligenciados.

A falta de apoio sistemático fornecidos às missões propiciava um ambiente de incerteza e dificuldades acentuadas, pois essa atenção nem sempre era garantida, e muitas missões passavam anos sem receber novos missionários para auxiliar no serviço religioso.

De acordo com Silva (2007), a chegada do padre Samuel Fritz ao complexo de Maynás em 1686 foi um evento aguardado e celebrado pelos Omágua, revelando que a presença dos missionários era vista com bons olhos pelos indígenas. Os Omágua demonstravam interesse em receber a figura de um sacerdote cristão, já que eles mesmos haviam solicitado por um longo período. Essas visitas proporcionavam diversos benefícios à comunidade, como espirituais e políticos.

Esse episódio evidencia mais uma vez o protagonismo do povo Omágua em saber avaliar a sua condição de vida e necessidades. A leitura de realidade que foi feita por eles em que precisavam de proteção e buscar um atendimento para aquilo que precisavam, principalmente espirituais foi opção deles, ressaltando o engajamento ativo na condução de suas próprias escolhas, desconstruindo toda velha e equivocada narrativa de que o indígena era um ser incapaz (Bicalho, 2010).

O Diário de Fritz relata um episódio em que uma anciã da aldeia apareceu diante de seu filho após seu falecimento, transmitindo uma mensagem espiritual. A senhora indígena assegurava ao filho que não havia motivo para lamentar sua partida, pois sua alma brilhante havia sido salva graças ao batismo. Ela estava contente pelo fato de ter recebido o batismo das mãos do padre antes da morte.

Esse evento místico serviu como uma validação divina da presença do missionário em meio ao povo Omágua, introduzindo os elementos da fé católica entre os indígenas. Embora possa parecer contraditório à primeira vista pelo fato narrado contrariar o que é crido pela fé cristã, a estratégia missionária da Companhia de Jesus frequentemente envolvia a adaptação e incorporação de elementos da cultura local para facilitar a conversão dos indígenas. Esse evento místico fortaleceu a posição do padre Samuel Fritz e permitiu que estabelecesse uma base para seu trabalho religioso na região.

Os missionários também atuaram como colonizadores, utilizando da catequização como estratégia de conquista com o seu símbolo de apropriação de território: a cruz.⁶

⁶ Os missionários, além de evangelizar, ajudaram na colonização ao impor a cultura europeia, usando a catequização para dominar os povos indígenas e consolidar a ocupação territorial, simbolizada pela cruz (Laranja, Pessoa, 2022).

A presença e o trabalho dos jesuítas em novas terras foi um ganho real tanto para os colonizadores que usufruíram da passividade indígena no serviço de exploração influenciada pela obediência conquistada através da catequização em muitas situações, quanto para enriquecimento cultural e intelectual promovido pelos seus relatos a toda humanidade. Para os indígenas, a permanência e a atividade dos missionários também foi um bem, pois a proximidade de um jesuíta era a face mais humanizada que eles tinham de um colonizador, além dos diversos benefícios que essa permanência gerava a eles depois da difícil realidade de vida causada pela presença dos europeus. Portanto, entende-se que a aceitação da presença religiosa pelos indígenas em seu meio não se trata de um apego a fé católica, mas sim uma estratégia, que é resultado do seu protagonismo e resistência, para proteção e mediação nas relações com os demais colonizadores.

1.3 Herança Omágua na manutenção do protagonismo e da resistência no Médio Solimões

Durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, segundo Laranja e Pessoa (2022), informações valiosas sobre a história dos Omáguas/Kambebas foram fornecidas pelas crônicas históricas, especialmente no que diz respeito à perspectiva territorial. A extensão do território ocupado pelo povo Omágua/Kambeba, sua organização socioeconômica e política, bem como a forma como o território foi dividido em Aparia maior e Aparia menor são os temas abordados nessas crônicas.

O território dos Omáguas/Kambebas era vasto e se estendia por uma área significativa na região amazônica, apesar da localização e extensão territorial não ser consenso entre os cronistas⁷. Uma área ao longo do rio Solimões (também conhecido como rio Amazonas) e seus afluentes eram ocupados por eles. Sua presença nessa região mostrava sua adaptação às condições ecológicas específicas da Amazônia.

⁷ MACIEL, Benedito. Kambeba. Disponível em: < <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kambeba>>. Acesso em: 13nov. 2023.

Betty Meggers, uma arqueóloga e antropóloga norte-americana, estudou a região amazônica e suas populações indígenas (Laranja; Pessoa, 2022). Ela baseou-se na crônica do explorador espanhol Gaspar de Carvajal para localizar um grupo de Omágua/Kambeba em uma área entre a várzea do rio Japurá e parte do trecho entre os rios Coari e Purus.

Um movimento migratório dos Omágua/Kambeba teria ocorrido por volta de 1690, e essas populações passaram a habitar os rios Napo, Putumayo e Içá, segundo Meggers. Esse entendimento aponta uma mudança na localização e extensão territorial dos Omágua/Kambeba em relação às informações previamente conhecidas.

Uma nova perspectiva sobre a trajetória dos Omágua/Kambeba é apresentada a partir da visão proposta por Meggers, evidenciando a possibilidade de movimentos migratórios ao longo do tempo. Essas migrações podem ter sido influenciadas por diferentes fatores, como mudanças ambientais, conflitos com outros grupos étnicos, perseguição dos portugueses ou busca por novas oportunidades de subsistência.

Em termos de organização socioeconômica e política, Santos (2015) destaca que os Omáguas/Kambebas viviam em aldeias dispersas ao longo dos rios e florestas. Era na pesca, na caça, na coleta de frutas e no cultivo de alimentos, como a mandioca que se desenvolvia a economia deles. Como os rios amazônicos ofereciam uma grande diversidade de espécies aquáticas, a pesca era especialmente importante para sua subsistência.

Porro (1995) afirma que, em relação ao poder político, a autoridade estava centralizada na figura do "grande senhor Aparia", líder do povoado principal. Do rio acima até os confins ocidentais da província, a influência desse líder era reconhecida.

Em uma visão mais completa da organização política, Santos (2015) esclarece que a organização política dos Omágua/Kambeba era baseada em uma estrutura hierárquica, com diferentes níveis de autoridade. O tuxaua era um chefe local que liderava cada aldeia. No que tange a tomada de decisões e a resolução de conflitos dentro da aldeia, esses chefes desempenhavam um papel fundamental. Percebe-se que em um contexto de organização política, os Omágua exerciam também seu protagonismo.

Várias aldeias da mesma região, além das aldeias individuais,

agrupavam-se para formar uma província. Um chefe chamado Aparia governava cada província. Havia uma diferença entre o Aparia maior, localizado no rio Amazonas, e o Aparia menor, localizado no rio Napo, no Peru. O Aparia maior exercia autoridade sobre ambas as regiões e era considerado o chefe supremo de todo o povo Omágua/Kambeba.

Segundo Laranja e Pessoa (2022), com base na localização geográfica das comunidades e influenciadas pelos rios que atravessavam a região, nos primeiros dois séculos de colonização, os Omágua/Kambeba eram divididos em dois grandes grupos: os Omágua-Yetê ou Omáguas Verdadeiros e o grupo conhecido como La Gran Omágua ou Omágua das Ilhas.

Habitando a região do Alto Napo, que corresponde ao território atualmente pertencente ao Equador, encontrava-se o grupo dos Omágua-Yetê, também chamados de Omáguas Verdadeiros. Os Omágua-Yetê estabeleceram suas comunidades nessa área que era caracterizada por ser uma região de florestas tropicais e rios.

Ocupando uma área mais extensa, que se estendia desde o município de Fonte Boa, no Brasil, até o território peruano, encontrava-se o grupo conhecido como La Gran Omágua ou Omágua das Ilhas. Essa extensão territorial abrangia aproximadamente 700 km ao longo dos rios amazônicos.

No passado, o termo "Omágua" era utilizado pelos próprios indígenas para se autodenominarem. A palavra significava "cabeça de homem", segundo o padre Lorenzana, citado por Hervás. Mais tarde, outros grupos indígenas falantes da Língua Geral Amazônica, como os falantes de Nheengatu, deram a eles a denominação "Kambeba", que significa "cabeça chata" em Nheengatu. Essa denominação está relacionada ao antigo costume ancestral de remodelação craniana praticado pelo povo (Santos, 2015).

Especialmente durante os séculos XVI e XVII, a vinda dos colonizadores europeus teve um impacto significativo na forma de vida dos Omáguas/Kambebas e na apropriação de seu território. Explorar os recursos naturais da região, estabelecer postos comerciais e missões religiosas nas proximidades das aldeias indígenas era o que os colonizadores fizeram.

Os Omáguas/Kambebas sofreram com a imposição da cultura, com os valores e com os sistemas econômicos trazidos pelos colonizadores. Buscaram um controle do território e das riquezas naturais através de suas

práticas econômicas e políticas. A imposição da religião dos europeus, que utilizavam da catequização pelos missionários para isso, também teve o objetivo de consolidar o controle e a apropriação do território, conforme Laranja e Pessoa (2022).

Os autores prosseguem afirmando que a presença dos missionários, embora tenha trazido mudanças significativas para a vida dos Omáguas/Kambebas, também teve impactos culturais profundos, pois, como já dito, a catequização promovida pelos missionários estava ligada à imposição de uma nova cosmovisão, símbolos e práticas religiosas. Para isso, eles utilizaram o símbolo cristão, a cruz, como um meio de apropriação simbólica do território, reforçando a dominação dos colonizadores não só sobre os Omáguas/Kambebas, mas também de toda a população indígena naquela região.

A história desses povos indígenas na região de Coari, no Amazonas, é marcada por essas dinâmicas de colonização, exploração econômica e resistência cultural. Isso mostra que os processos de apropriação territorial e imposição cultural tiveram um impacto duradouro sobre a identidade e a memória dos Omáguas/Kambebas.

Dentro do contexto histórico dos Omáguas/Kambebas, os autores Laranja e Pessoa (2022) ainda mencionam a forma de suprimento alimentar que desempenhava um papel essencial em sua sobrevivência. Os Omáguas/Kambebas não se limitavam a áreas de várzea na busca por recursos alimentares, onde moravam, eles avançam para terra firme. Devido a essa investida, os Omáguas/Kambebas entravam em conflito com povos que habitavam essas áreas, resultando em guerras como uma forma de defesa territorial.

Dessa forma, não só a batalha pela subsistência, como também a defesa destemida de seu direito ancestral de explorar e preservar as vastas terras que sustentavam não apenas seus corpos, mas também suas tradições e modos de vida revelam atitudes de resistência.

É ressaltado por Santos (2015) que existem registros históricos que mencionam a prática da remodelação craniana entre os Omáguas/Kambebas. Essa prática consistia na modificação intencional da forma do crânio. Os indígenas, desde a infância, tinham suas cabeças apertadas, geralmente, por

meio de faixas. Essa era uma forma de diferenciação em relação a outros povos e demonstrava que os Omágua/Kambeba não eram antropófagos, ou seja, não praticavam o consumo de carne humana⁸. Uma maneira de afirmar sua identidade e se distinguir dos outros povos da região era exercendo essa prática cultural. Esse costume possivelmente desapareceu ao longo das últimas décadas do século XVIII⁹.

Quanto à vestimenta, apesar de andarem nus como as demais etnias, os autores Carvajal, Rojas e Acuña (1941) registraram que era comum também que os Omáguas andassem de maneira decentemente vestida, tanto homens quanto mulheres, sendo estas habilidosas na tecelagem não apenas para produzir suas próprias roupas, mas também para comercializar com suas vizinhas. Ressaltou-se ainda a beleza das peças, destacando que produziam tecidos coloridos ou pintados de forma tão perfeita que quase não se distinguiam uns dos outros. Laureano de La Cruz, que esteve entre os Kambeba em 1647, descreveu as vestimentas dos Omágua como camisetas de algodão pintadas para os homens, alcançando os joelhos e sem mangas, enquanto as mulheres usavam mantinhas curtas e estreitas, pouco decoradas.

Os Omágua, conforme traduzido e afirmado por Porro (1992), têm orgulho de possuir, desde antes de adotarem o cristianismo, uma forma de civilidade ou governo, evidenciada pela vivência de uma vida sociável e pela demonstração de considerável submissão e obediência aos seus líderes. Dessa forma, eles emergem como protagonistas incontestáveis do seu modo de vida e das suas relações ao preservarem sua autonomia e valores.

Compreende-se que a percepção sobre os Kambeba, provavelmente, varia de acordo com as interpretações dos cronistas. Contudo, devido ao fato de os Kambeba apresentarem elementos culturais mais alinhados ao universo europeu, prevalece a ideia de uma imagem "mais civilizada" em comparação a outros grupos indígenas, sendo, por conseguinte, mais prontamente compreendidos e até admirados. Diferentemente de outros povos indígenas que foram muitas vezes estigmatizados como "mais selvagens", pois sua estrutura social divergia significativamente dos padrões ocidentais.

⁸ MACIEL, Benedito. Kambeba. Disponível em: < <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kambeba>>. Acesso em: 13nov. 2023

⁹ *Ibid.*

Os Omágua/Kambebe demonstraram ter uma rede de intercâmbio e contato com outros povos indígenas da região amazônica em que estabeleciam relações comerciais tanto localmente quanto internacionalmente. Essa sofisticada compreensão comercial mostra um notável protagonismo dos Omágua até mesmo dentro dessa área. Essas relações comerciais eram facilitadas pelas constantes idas e vindas de grupos Omágua que viviam no Peru e nas proximidades da fronteira política com outros países (Santos, 2015).

A autora continua esclarecendo que os Omágua/Kambebe praticavam diversos rituais que desempenhavam um papel significativo em sua cultura e organização social. Alguns desses rituais eram especialmente importantes e expressivos, como o ritual da primeira menstruação e o ritual do casamento.

No ritual da primeira menstruação, as meninas passavam por um período de recolhimento e transição para a vida adulta. Elas eram colocadas em redes suspensas no alto das casas, durante cerca de oito dias. Nesse período, o seu alimento era apenas mandioca seca e bebidas preparadas pelas mulheres da família em um contexto ritualístico. Enquanto estavam nas redes, também recebiam algodão para fiar.

Ao final dos dias de recolhimento, as meninas eram levadas ao rio para banhar-se. Seus corpos, após o banho, eram pintados até a metade e adornados com plumas. Logo depois, elas eram transportadas em andores de volta para suas casas, acompanhadas por danças e música. Durante esse retorno festivo, as mulheres presentes ofereciam bebidas às meninas, e um ancião lhes dava um nome, marcando assim sua entrada oficial na vida adulta. Após esse ritual, os guerreiros da comunidade podiam tê-las como esposas.

O ritual do casamento também era uma cerimônia significativa para os Omágua/Kambebe. Nesse ritual, o noivo precisava trabalhar por cinco anos para o pai da noiva, além de pagar um preço para obtê-la. Todos os indígenas das redondezas eram convidados a participar do banquete que era preparado para a ocasião.

Por perceberem a ausência de gêmeos ou pessoas com deformidades nas aldeias, os missionários descobriram que as crianças que nasciam com alguma má-formação ou doença congênita identificável no nascimento não

eram permitidas a crescer e viver na aldeia. Da mesma forma, se nascessem filhos gêmeos, um deles seria sacrificado, como ainda relata Santos (2015).

As mulheres da aldeia entravam em desespero quando recebiam a notícia do nascimento de gêmeos, pois acreditavam que estavam em perigo de "contágio". Os utensílios utilizados pela mãe dos bebês eram quebrados por essas mulheres e se lavavam abundantemente no rio como uma forma de purificação. Acreditando que assim estariam livres do risco de ter mais de um bebê, essas ações eram feitas.

O sacrifício de uma das crianças gêmeas era necessário, pois era preciso livrar a comunidade do agouro de ter irmãos gêmeos vivendo num mesmo lugar. Porém esse sacrifício não consistia em matar o bebê, mas sim entregá-lo ao acaso para que os espíritos se encarregassem do destino dele. Isso era feito através de uma base improvisada forrada de algodão, onde era colocada a criança ainda recém-nascida para ser levada pelo rio.

O século XIX para os povos originários na Amazônia, incluindo os Omáguas, continuou sendo de desafios, com uma roupagem um pouco diferente, mas com o mesmo objetivo de silenciar e marginalizar. A nova estratégia de ataque aos povos indígenas foi chamada de Diretório Pombalino executado entre 1757 e 1798, e que foi responsável por diversas ordenanças que tinham como finalidade a assimilação e a integração compulsória da população nativa ao sistema colonial (Santos, 2015).

Como ainda afirma a autora, muitas decisões do decreto geraram consequências que se perpetuaram e trouxeram grande prejuízos para as comunidades tradicionais, como o abandono da sua tradição, das práticas culturais, da língua materna; bem como a adoção de sobrenomes não indígenas que corrompe muito a identidade, a história e a ancestralidade desses povos.

A obrigação do uso da língua portuguesa em contextos sociais somada a dispersão forçada das etnias propiciou uma perda paulatina da língua materna. Mesmo que a língua da etnia fosse ainda falada nos meios mais íntimos, o desmembramento das comunidades devido à ataques e a substituição cada vez maior pelo português geraram perdas irreparáveis para esses povos, pois muitas etnias não conhecem mais a sua língua, tendo o nheengatu a única forma de comunicação mais próxima de uma língua

indígena.

A perda da língua para o povo Omágua carrega consigo outras perdas ligadas diretamente às práticas culturais, pois muito da sua cultura, como os cânticos e ritos fazem uso dessa língua que se perdeu e consequentemente parte da cultura também.

Segundo Santos (2015), no século XX, a Igreja Católica entra no contexto indígena novamente com uma nova proposta. Dessa vez os missionários surgem para estimular o movimento indígena auxiliando na afirmação da identidade não só dos Omágua/Kambeba, mas também das demais etnias, graças a carência de fontes históricas (Silva, 2012) e a repercussão da quase destruição dessa etnia que ganhou força nos anos de 1980.

O período de ocultação forçada deu lugar ao protagonismo e a resistência desses povos originários que sempre existiram como forma de preservação da cultura e identidade, mas que passaram a ganhar interesse e visibilidade por parte dos não indígenas proporcionando o empoderamento desses povos.

O nome de identificação da etnia definido por eles foi Omágua/Kambeba. Observou-se que eles estavam distribuídos em cinco aldeias, quatro dessas aldeias se encontravam às margens do rio Solimões e uma estava localizada no rio Cuieiras. Um personagem central entre os Omágua/Kambeba, chamado Valdomiro Cruz, foi o fundador dessas comunidades.

Um importante encontro na aldeia Miratu, localizada na região do rio Solimões, ocorreu na década de 1980. Esse evento marcou o início do movimento de consolidação cultural dos Omágua/Kambeba e de outros povos indígenas da região. Representantes da Igreja Católica e indígenas de diversas etnias se reuniram com o objetivo de promover o diálogo e a busca por melhores condições de vida e valorização das culturas indígenas.

Esse evento desempenhou um papel fundamental na conscientização e mobilização dos Omágua/Kambeba e de outros grupos indígenas (Maciel, 2023), estimulando o fortalecimento do movimento indígena na região do rio Solimões. A partir desse encontro, os indígenas passaram a se unir em torno de questões comuns, como a defesa de seus direitos territoriais, a preservação

de suas línguas e culturas, a luta contra a discriminação e o preconceito, bem como acesso adequado aos serviços básicos.

A partir desse encontro transformador, os indígenas não apenas reafirmaram seu protagonismo, mas também a sua resistência intrínseca em face das adversidades históricas e contemporâneas, que abrange novas questões e desafios.

O capítulo revela os efeitos da colonização causados por europeus a partir da reflexão feita do que foi exposto durante o período de dominação que o Brasil sofreu, contudo não só atos e estratégias desumanas promovidos pelos colonizadores, mas ao mesmo tempo amigáveis por meio dos jesuítas, porém que de uma forma ou outra estabelecem dominação, foram pontuados, mas sobretudo o contínuo protagonismo e resistência dos povos indígenas nas relações, características essas que estão atreladas ao longo da análise histórica. Mesmo diante de tantas adversidades, os povos originários mostraram sua resiliência apresentando capacidade de adaptação sob injusta subjugação e com o passar do tempo, em uma realidade menos cruel, ganham empoderamento conseguindo avançar, no sentido de se organizarem a fim de unir forças para mobilizações de pautas comuns e significativas para população indígena no médio Solimões.

CAPÍTULO II

De Alvelos a Coari: a participação indígena na evolução de uma cidade amazônica

O presente capítulo aborda a formação do município de Coari, uma cidade da Amazônia amazonense. Apesar do local ter sido ocupado, inicialmente, pelos indígenas Jurimágua no século XVII, sofreu interferência europeia através da colonização, sobretudo com a atuação dos missionários, especialmente a pessoa do padre Samuel Fritz. Essa situação sujeitou esses indígenas a um processo de aculturação e deslocamento forçado por parte dos portugueses.

O nome da cidade, que por um tempo ficou conhecida por Alvelos, tem um histórico de discordância quanto a origem. Uma teoria atribui a procedência do nome ao Nheengatu, outra teoria defende que o nome tem procedência Quéchua.

Coari, ao longo dos séculos, passou por uma verdadeira metamorfose na sua formação, não somente em sua estrutura, como a transição de aldeia até um município, encarando desafios que envolviam não só disputa de terras e alterações econômicas, mas também a formação identitária do seu povo que também contou com a contribuição indígena nesse aspecto.

A presença indígena na formação da cidade se dá de forma bem intensa durante todo o período da história da cidade até os tempos atuais. Eles cooperaram significativamente com a economia local, contudo não foram isentos da exploração e marginalização.

A história da cidade traz marcas de uma intrincada interação entre culturas, ganhando destaque a cultura indígena que apesar de ser expressiva e importante, ainda sofre um apagamento persistente.

2.1 Coari: um olhar sobre uma cidade amazônica

No trecho entre Coari e a foz do rio Purus, existia uma etnia que

ocupava aquela região chamada Jurimágua, conhecida também por Solimões pelos portugueses, que, assim como outros colonizadores, realizavam expedições utilizando a mão de obra desses indígenas naquele local. Essas missões tinham a finalidade de descobrir a cidade de ouro (El Dourado), além de conhecer as lendárias Amazonas, que muitos deles acreditavam ser mulheres Jurimágua.

Os Jurimágua foram citados pela primeira vez por Carvajal em 1542, que na ocasião os associou aos Omáguas, contudo a língua era diferente, o que sugere não haver uma relação entre os dois povos.

Em 1641, em alusão a esses indígenas, o trecho geográfico supracitado ficou conhecido como Província de Yoriman, porém ao longo do tempo receberam outros diferentes nomes: “Joriman (de La Cruz 1653), Sorimões (Heriarte 1662), Jurimáguas (Fritz 1686-1700) e Sorimão (Sampaio 1775)” (Góes, 2022a, p. 16). O nome do rio Solimões é oriundo dos Jurimágua.

Conforme Góes (2022a) cita em sua obra, por volta do século XVII, os Jurimágua já ocupavam a região da foz do lago de Coari, onde se localiza a cidade atualmente. A etnia migrou para o alto Solimões devido à influência do missionário pe. Samuel Fritz. Nessa nova localização, foi fundada a missão Nossa Senhora das Neves. Em conversa casual, o autor, participante da pesquisa, informa que essa transferência dos Jurimágua tinha a finalidade de proteger a entrada do rio Japurá, região conhecida pela extração de ouro.

Esses deslocamentos, como eram conhecidos os deslocamentos de indígenas, eram possíveis graças a influência que os missionários passavam a ter sobre os indígenas. Nessas novas realidades, os indígenas sofriam um processo de aculturação resultando na perda da sua identidade cultural. O escritor completa a informação revelando, em diálogo informal, que o processo de aculturação era acompanhado de exploração da produção das drogas do sertão, como urucu, salsaparrilha e cacau.

O autor prossegue elucidando em “Do Ouro Vermelho ao Ouro Negro: o crescimento econômico de Coary – Parte 01” que em 1703 a nação Jurimágua, juntamente com os Catauixi (ou katauwixi), Juma, Iriju, Uaupés, Cuchivara retornam à região do lago de Coari através dos missionários carmelitas.

Na obra “Topônimos Amazonense” de Octaviano Melo, Goés (2022a)

continua esclarecendo que de fato os Jurimágua fundaram e habitaram o espaço que hoje conhecemos como a cidade de Coari e que devido a perseguições de tropas portuguesas, essa etnia necessitou voltar ao Peru. Nessa região do Peru, os Jurimágua estabeleceram a sua cidade “capital da Província de Alto Amazonas, localizada no Departamento de Loreto, pertencente à Região de Lima, e caracteriza a origem quéchua dos Jurimágua” (Goés, 2022a, p.22).

A teoria de que o pe. Samuel Fritz fundou a cidade de Coari, defendida por tantas literaturas é questionada, pois Fritz afirma em seu diário que fundou trinta aldeias pelos rios Solimões, Japurá e Negro (não é citado Coari ou lago de Coari). Porém no seu mapa só é possível ver quatro: “San Joaquín de Omáguas (no Peru), Nuestra Señora de Guadalupe (Fonte Boa), San Pablo de Omáguas (São Paulo de Olivença) e Nuestra Señora de las Nieves de Yurimaguas” (Goés, 2022a, p.27). A partir dessas fundações, ele fazia missões em atendimento a outras realidades circunvizinhas. Acredita-se que a atuação com os Jurimágua iniciando na foz do lago Coari seja uma dessas missões.

Figura 2: Mapa do P. Samuel Fritz



Fonte: livro Nunca mais Coari- Fuga dos Jurimáguas

Para o participante da pesquisa, autor Góes, pe. Samuel Fritz não fundou aldeias na região do Médio Solimões, pois já havia nações estabelecidas no local. O que ele fez foi colocar cruzes em cada uma delas. O que o intriga é que Fritz em nenhum momento cita a cidade de Coari em seus registros, mas cita as barreiras que são elevadas em barrancos vermelhos, que ficam depois de Coari.

Infere-se que o fato de Fritz não ter citado Coari, não quer dizer que ele não tenha pisado nessas terras, visto que a sua jornada foi bem itinerante na região do médio Solimões. O que Fritz provavelmente fez nessas missões em áreas adjacentes foi tentar influenciar em moldes ocidentais núcleos de povoamento ou algo muito próximo disso, visto que as tradições indígenas sempre resistiram, apesar da interferência europeia na sua organização social.

Provavelmente a escolha de Fritz como fundador da cidade de Coari, e não os Jurimágua seja resultado de uma herança cultural envolvida em um historicídio (Hill, 1996) em que se tem como objetivo reduzir a figura indígena no desenvolvimento da nação brasileira. Podemos estar diante de algo mais do mesmo, ou seja, a marginalização e exclusão de povos indígenas; o grupo hegemônico atribuindo fatos relevantes a apenas a sujeitos pertencentes ao seu grupo.

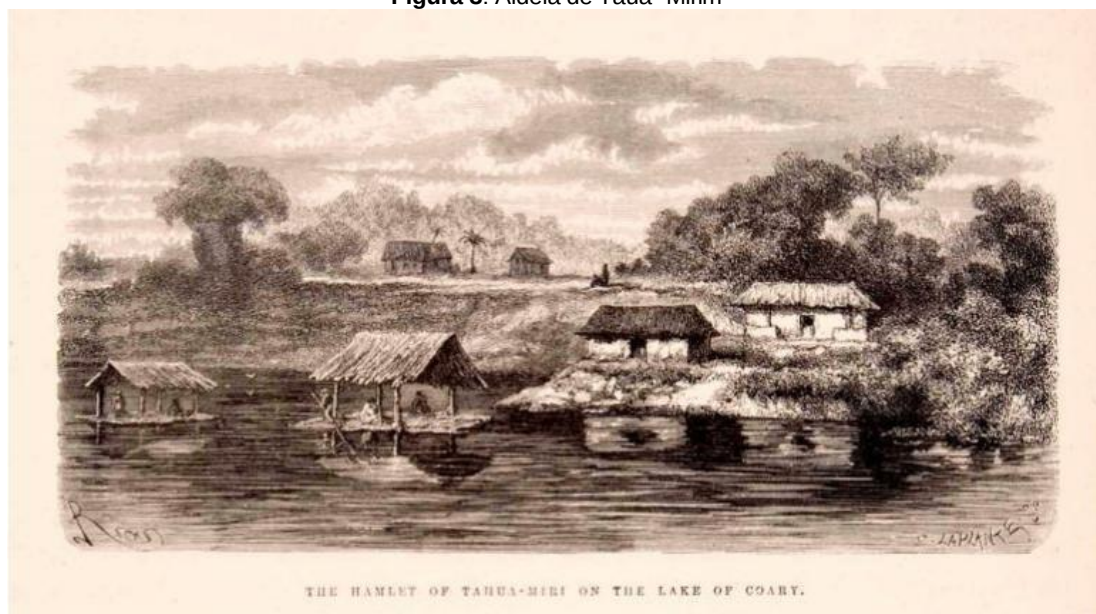
Diante da divergência entre as literaturas a respeito da fundação da cidade de Coari, como os Dados descritivos do município de Coari de 1900 que afirmam ser o pe. Samuel Fritz o responsável por dar origem à cidade no fim do século XVI e a Carta XXXVIII - Alto-Amazonas, Solimões, datada de 2 de agosto de 1883, que atribui ao Jurimágua a criação da cidade (Góes, 2022a), acredita-se que o real fundador são de fato os indígenas Jurimágua conforme alguns escritos afirmam, mesmo não permanecendo nesse território devido aos descimentos e aos ataques de tropas portuguesas. Nessas terras, eles se desenvolveram realizando seus rituais ao deus Sol na Praia de Jurupari, próxima à atual sede do município de Coari (Góes, 2022a).

Essa herança indígena que a cidade de Coari recebeu não é só vista na sua criação, mas também é percebida em diversos elementos vividos pela população coariense, como o nome das localidades, pois muitas dessas denominações têm origem indígena, evidenciando na história a presença

continua dos povos originários nessa região bem antes da chegada e influência dos europeus. Manter o nome das áreas até os tempos atuais possibilita uma conexão da população coariense com a sua tradição e cultura que é em sua boa parte indígena.

Itapéua é um exemplo disso, significa "pedra chata" ou "pedra achatada" e sugere uma provável referência a um perfil geológico ou a uma formação rochosa importante para os indígenas locais. O bairro de Tauá-mirim se traduz como "Aldeia Pequena" ou "Aldeiazinha", que também representa aldeias indígenas que ocupavam uma localidade específica dentro da cidade antes da urbanização moderna.

Figura 3: Aldeia de Tauá- Mirim



Fonte: livro Nunca mais Coari- Fuga dos Jurimáguas

A ilustração, que tem como origem um desenho feito por Paul Marcoy em sua passagem pela região em 1848 (Góes, 2024), mostra que o atual bairro de Tauá-mirim iniciou como um pequeno lugarejo com construções bem simples, fazendo correspondência com o nome que os indígenas deram. Atualmente, a partir de uma análise empírica, o bairro sofreu mudanças em sua estrutura apresentando crescimento populacional e uma dinâmica social intensa.

Goés (2022a) revela que a região, onde está incluída a cidade de Coari, fez parte de uma importante disputa territorial, quando em 1693 o rei de Portugal, Dom Pedro II, determinou uma divisão de terras entre várias ordens

religiosas, dando fim ao monopólio jesuítico.

Essa decisão gerou um conflito entre o pe. Samuel Fritz e o Frei Vitoriano Pimentel, cronista e Vigário Provincial do Carmo, responsável por enviar missionários para o rio Solimões. Essa tensão, na verdade, era uma disputa entre as duas coroas: de um lado Pimentel defendendo a coroa portuguesa e de outro Fritz reivindicava a posse espanhola baseando-se no Tratado de Tordesilhas.

Para Fritz, Portugal estava ultrapassando o limite de ocupação, porém Pimentel rebateu essa contestação utilizando a expedição de Pedro Teixeira¹⁰ de 1639 e fez ameaças de prisão a Fritz. O caso foi formalmente e definitivamente decidido em 1750 com o Tratado de Madrid¹¹ e Tratado de Santo Ildefonso¹² 1777 que ratificaram o direito português de posse até a ligação do rio Javari.

Sobre a origem do nome Coari, Góes (2022a) expõe uma discordância, revelando duas possibilidades de origem. Alguns acreditam que o nome Coari é oriundo do Nheengatu, como Gaspar de Guimarães e Octaviano Mello. Outros, como Ulisses Penafort, defendem que o nome da cidade tem origem na língua Quéchua, falada pelo povo Inca.

Para Ulisses a palavra Coari ou Huari significa "Rio de Ouro" em Quéchua, derivada de "Coya" ou "Cory". Ele entende que há duas possibilidades: Coari pode vir de "Coya" ou "Cory", que seria o mesmo de "rio de ouro" ou "Huary-yu", que se traduz como "rio dos deuses".

Algo que corrobora com a tese de que o nome Coari pode ter origem Quéchua é compreender que a região de Coari foi pontuada por algumas etnias que migraram das regiões andinas, como os Jurimágua, e trouxeram heranças linguísticas como o Quéchua e o Aimará. Essas comunidades indígenas possuíam diversos troncos linguísticos, como Tupi, Karib, Tukano, Jê, Pano e Aruaque.

¹⁰ O português Pedro Teixeira liderou uma expedição que conquistou para o Brasil a maior parte da Bacia Amazônica.

¹¹ Portugal e Espanha assinaram em 1750 o Tratado de Madri a fim de superar antigas disputas territoriais, em que Portugal conquistou boa parte das atuais fronteiras do Brasil.

¹² O Tratado de Madri foi confirmado pelo Tratado de Santo Ildefonso 1777. Nesse acordo, a ilha de Santa Catarina passou a ser de Portugal e a Colônia de Sacramento e a região dos Sete Povos ficou em posse da Espanha.

A teoria que defende a origem do nome Coari em Nheengatu é questionada, pois considera-se que a tradução seria "pequeno buraco" ou "buraquinho" fazendo referência a um lago com uma entrada pequena. Contudo o lago de Coari tem uma característica que vai de encontro com a teoria. Ele possui a mesma profundidade do rio Solimões, fato que não é percebido nos canais que ligam ao rio, por isso a foz do lago fechado por terras e florestas é incoerente com o perfil do lugar. A observação das descrições dos viajantes nos séculos XVII e XIX ratificam essa conclusão.

Retomando o contexto de dominação portuguesa, dentro de uma situação de colonização, influenciado pela reforma pombalina, era natural e habitual que os colonizadores alterassem os nomes dos lugares que outrora tinham uma denominação indígena para novos nomes de origem portuguesa (Neto, 2019). Essa prática tinha a intenção de enfatizar o clima de dominação que Portugal já tinha sobre a sua colônia, além de uma intenção clara de promover um genocídio cultural indígena, dando continuidade ao projeto assimilacionista.

Por esse motivo, o Governador da Capitania de São José do Rio Negro, Francisco de Melo e Póvoas, promove a aldeia de Coari ao nível de lugar em 1759 e muda o nome para Alvelos (Seabra, 2022) de acordo com o planejado, que é realizar ações com a finalidade de substituir a cultura indígena para uma identidade portuguesa, atendendo a um controle simbólico que fazia parte da proposta de dominação, alterando o contexto local de acordo com seus interesses e visão de mundo.

Góes, em diálogo casual, afirma que Alvelos era composto por sete ou oito nações indígenas que chegaram ao local convencidos pelos Carmelitas através de descimentos. O controle simbólico previsto no plano pombalino era feito justamente por essa ordem religiosa, num período que ele chama de regimento das missões.

Os registros de como era a vida no lugar Alvelos são escassos, na primeira metade do século XIX (Góes, 2020), contudo sabe-se que esse pequeno lugarejo pertencia a Corte de Salomão conhecida como Villa de Ega, atual município de Tefé e funcionava como uma divisão administrativa da coroa (Santos, 2016).

Com essa informação é possível inferir que Alvelos imerso nessa

condição, sendo parte integrante da corte de Salomão e sendo controlado por ela, era persuadida politicamente e socialmente pelas dinâmicas e estruturas da época, além de sugerir possíveis laços comerciais e administrativos com Villa de Ega.

Jobim (1933) fornece um discreto quadro de Alvelos através de relatos do coronel Wilkens de Mattos que passou por essas terras. Ele descreveu Alvelos com poucas casas de palha e uma igreja em ruínas. A sua população não passava de 1100 habitantes e boa parte vivia dispersos em seus sítios, tendo a região uma economia muito limitada.

Ele ainda completa:

A posição, em que está este povoado, não oferece proporção para o seu desenvolvimento; é açoutado de ventanias fortes, o solo é arido e a distancia em que está da foz do rio dificulta o acesso, principalmente no tempo da secca, por haver uma cachoeira na parte mais estreita da bahia, que só permite passagem á montaria. (Jobim, 1933, p.18-19).

Frei Caetano Brandão também, ao subir o Solimões, deixou registros sobre a situação precária que se encontrava Alvelos em 1789.

As casas são de palha e muito danificadas; a igreja, ainda que coberta de palha, não fora má (...) é muito pobre de ornamentos e alfaias. Os soldados vindos do reino e casados com índias, vivem pobremente por falta de braços para cultivar a terra, além de ser esta muito infestada de formigas, chamadas saúvas, inseto que (...) não deixa vingar nenhuma casta de plantação. (Vasconcelos, 2002.p.150).

Dois médicos alemães, J. B. Von Spix e C. F. P. Von Martius, em sua obra chamada "Viagem pelo Brasil" narram alguns fatos sobre a cidade de Alvelos. Segundo eles, Alvelos, chamada ainda de Coari pelos indígenas, era uma das missões fundadas pelos carmelitas, ordem religiosa que tinha a finalidade de evangelizar os indígenas (Goés, 2020).

De acordo com Seabra (2022), o nome da cidade é trocado novamente para Coari em 1833. Além de ter o nome trocado, a região foi promovida a freguesia, nome atribuído ao menor território administrativo no período monárquico. Contrapondo Seabra nessa informação, Goés afirma que a denominação Alvelos permaneceu nesse período, sendo a região conhecida como freguesia de Alvelos, tendo seu nome alterado para Coari somente

décadas mais tarde.

Figura 4: Freguesias de Alvelos, no lago de Coari



Fonte: livro Nunca mais Coari- Fuga dos Jurimáguas

A imagem, feita também por Paul Marcoy em 1848 e mais tarde transformado em quadro por Édouard Riou (Góes, 2022a), consegue nos dar uma noção da precariedade da região de Alvelos citada pelos coronéis Wilkens de Mattos e Frei Caetano Brandão em relação a sua geografia.

De certo a localidade tinha seus pontos positivos como é possível ver no relato de James Henderson em 1821. Ele cita que a região era habitada por, em sua maioria, descendentes dos Uamanys, Solimões, Catauixis, Jumas, Irijus, Cuchiuaras e Uaupés, provando que a cidade de Coari sempre foi essencialmente indígena, bem como as suas principais atividades de subsistência, como a produção de manteiga de ovos de tartaruga, colheitas de cacau e confecção de louças de barro e tecidos (Góes, 2022a). Contudo os pontos negativos ganharam mais destaque no que tange ao avanço de um desenvolvimento habitacional como já foi supracitado, resultando no deslocamento do centro.

Essa freguesia, em 1848, foi desvinculada da Villa de Ega administrativamente, porém apesar de estar em evidência, a realidade de autonomia não trouxe mudanças efetivas no cotidiano do povo, visto que o problema que estava diretamente ligado ao desenvolvimento da região permanecia: a localização geográfica, conforme afirma Goés (2020).

Embora tenha entrado para o mapa do país, essa freguesia não possuía seu próprio governo local, bem como um grupamento jurídico próprio, pois não foi dada autorização para isso, demonstrando uma posição ainda de dependência.

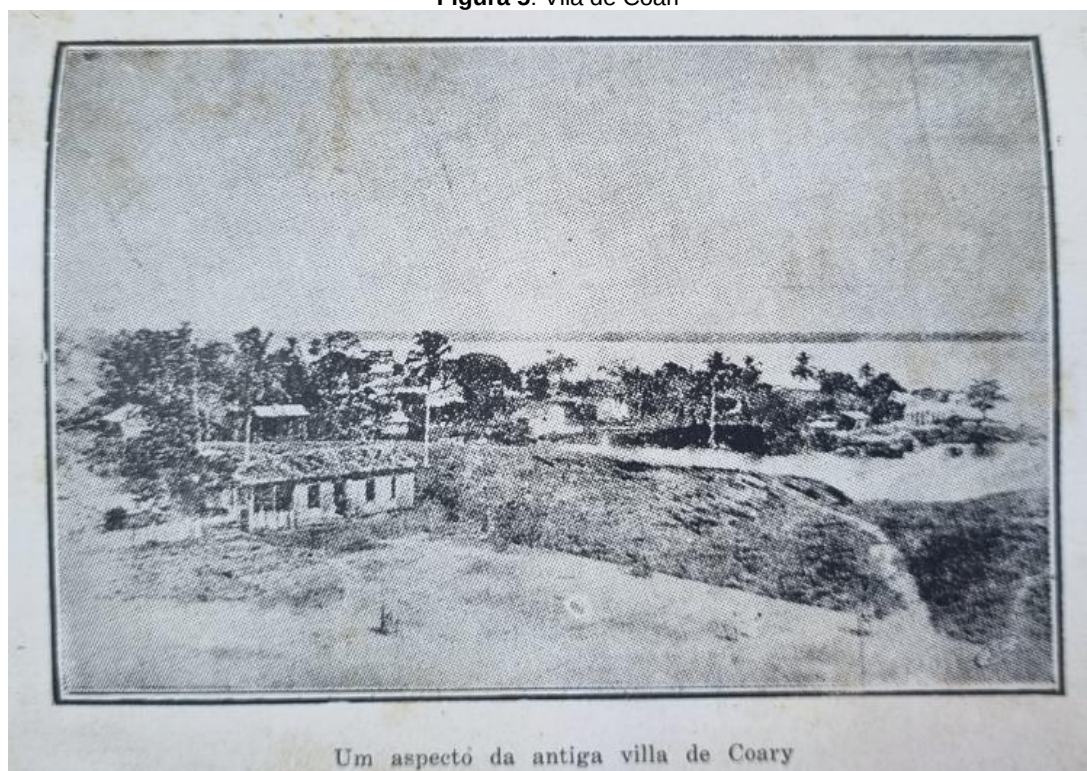
Por volta de 1854, a região começou a ser conhecida como “freguesia velha” informalmente pela população, pois esta passou a ser o antigo centro. A sua sede é transferida para próximo da foz do rio Coari, por esta área apresentar melhor estrutura, segundo alguns cronistas, permanecendo até os dias atuais (Seabra, 2022) e passa a ser chamada de “freguesia de Coari”, resgatando o antigo nome indígena (Goés, 2020).

A topographia da antiga povoação, a distância de quatro léguas, em que se achava a foz, a aridez do terreno, foram as causas que levaram os seus antigos moradores a solicitarem do poder público a sua mudança para outro local, que o presidente determinasse (Jobim, 1933, p. 91).

Goés (2022) informa que a mudança de Alvelos para o local que hoje se encontra a área central de Coari teve como iniciador o religioso Gregório José Maria de Bene. A fim de fugir das variadas adversidades geográficas que a antiga Alvelos possuía, Bene incentivou o deslocamento realizando a construção da nova capela dedicada a Santana no bairro Tauá-mirim com o sino e diversas ornamentações da antiga igreja.

Os irmãos Thomaz e Antônio José Pereira Guimarães são apontados como os primeiros moradores da cidade de Coari após a transferência da igreja matriz, segundo o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro de 1921.

Coari tem a sua realidade alterada ao ser promovida à vila pela Lei Provincial nº 287 que também a colocou em condição de município, modificando a sua estrutura político- administrativa e institucional em 01 de maio de 1874 (Góes, 2020).

Figura 5: Vila de Coari

Fonte: Panorama Amazônico- Coary (Anísio Jobim)

Pela imagem é possível compreender o formato inicial da cidade de Coari após o deslocamento da área central. A população marcada por uma pequena área urbana em processo de desenvolvimento evidenciando o início de um grupo habitacional, concentrou-se na foz do rio Coari, como foi anteriormente citado. As casas eram simples, feitas com materiais locais.

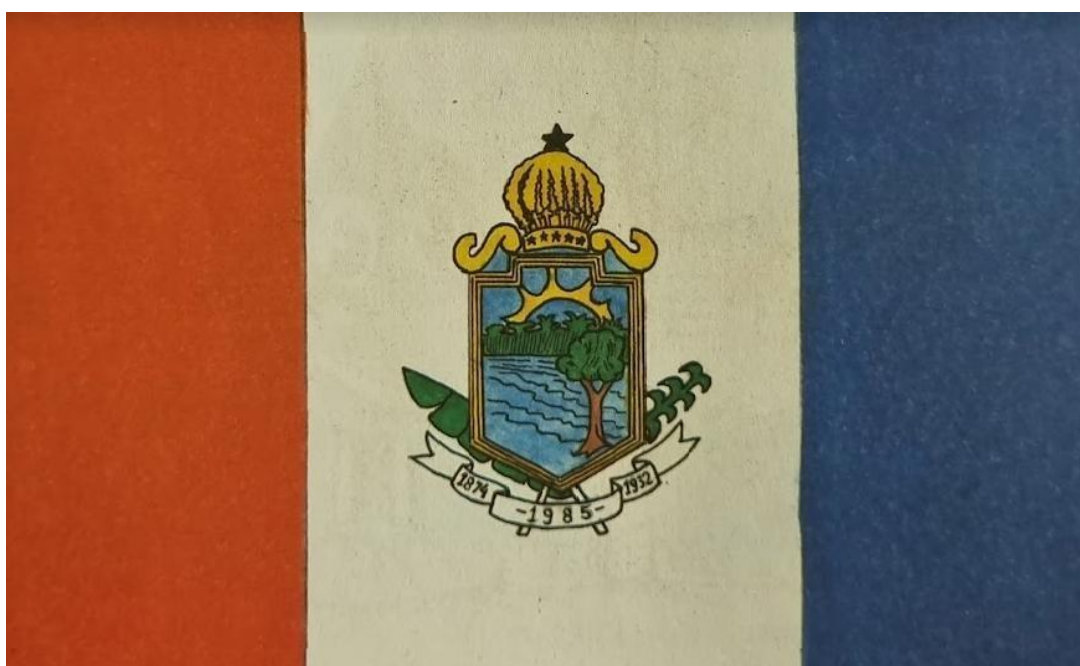
A antiga posição de dependência começa a ser mudada nesse período, porque num contexto de vila foi garantido à região um governo local próprio com autorização para administrar assuntos municipais, firmar políticas locais e atender a população com serviços públicos.

Curiosamente, Waldemar Pedrosa, interventor interino, através do Ato Estadual nº 1665 eleva Coari à Cidade em 2 de agosto de 1932 (Góes, 2022a), mesmo a cidade já ter sido emancipada. Essa mesma data foi escolhida como o aniversário do município e não a data de emancipação. Segundo Guimarães (1900), o município só passou a possuir um juiz de direito e um juiz municipal em 1891.

Jobim (1933) revela o conteúdo do ato nº 1665 que explica os motivos que levaram Coari receber o título de cidade. Coari apresentou um progresso

crescente depois da sua elevação à vila que foi percebido pelo: aumento da população; aumento do ensino primário; evolução do comércio; avanço da exploração dos recursos naturais; desenvolvimento urbano com prédios, ruas e praças bem delimitadas, e iluminação elétrica. Ganha também destaque na agricultura em se tornar o centro agrícola mais importante do estado; passa a possuir uma estação de radiotelegrafia; há um crescimento da população de mais de 1200 pessoas ordeiras e trabalhadoras e conquista uma receita anual ultrapassando 100 contos de réis.

Figura 6: A bandeira de Coari apresenta as duas datas: 1874 e 1932



Fonte: Livro Estudos Sociais- Coari

Segundo o livro Coari- Estudos Sociais (Amazonas,1990), a bandeira de Coari possui três partes com suas respectivas cores: azul, branco e vermelho. No centro da bandeira, é possível ver o brasão da cidade que teve como idealizadora a professora Etelvina Batista Batalha (Góes, 2018).

Góes esclarece que a coroa localizada na parte superior simboliza o título que a cidade recebe de “Rainha dos Solimões”. Sobre essa coroa, encontramos uma estrela que representa a sede do município. Na parte inferior da coroa, é possível observar sete cruzeiros fazendo referência ao início da cidade e a perfeição bíblica. Abaixo das cruzeiros, há cinco estrelas representando os cinco distritos da cidade: Itapéua, Camará, Barro Alto,

Copeá e Piorini.

Logo abaixo encontramos um escudo, cuja imagem é explicada com muita propriedade pelo autor:

No centro há um escudo, em que dentro há uma paisagem típica, emblemática e histórica de Coari. Observamos uma mangueira que ficava próxima ao sobradinho dos Dantas, e mais distante, as águas do lago de Coari, o pôr-do-sol que acontece entre a ponta do Jurupari e o Buquará. Cena bucólica de uma lembrança da juventude da autora do símbolo e de muitos coarienses (Góes, 2018).

Ainda se constata na bandeira três datas: 1874 data referente a sua elevação à vila; 1932 que faz alusão à elevação à cidade; 1985 data em que foi oficializada a bandeira através do decreto legislativo 015 e da lei municipal 067 de 13 de julho de 1985. Os ramos à margem representam o período da banana e do guaraná que tiveram muita relevância no município.

O brasão da cidade sofreu sutis modificações na sua composição. As alterações aconteceram no topo da imagem, em que as cruzes foram retiradas permanecendo apenas três estrelas na base da coroa. Os ramos localizados às margens do símbolo também sofreram alteração, bem como a faixa com a data “1965” foi redesenhada. Com essa nova reconfiguração, as datas que outrora faziam parte da bandeira “1874”, “1932” e “1985” foram substituídas pela data “1965”.

O motivo da alteração não foi divulgado por meios oficiais. Góes, em conversa informal, considera que houve equívocos nessa mudança, carecendo de, por parte dos responsáveis, apropriação histórica.

Figura 7: Brasão do município de Coari reconfigurado



2.2 Força silenciosa na construção da identidade coariense

Goés (2022a) esclarece que Alvelos abrigava originalmente indígenas de diversas etnias, como os Jurimágua, Juma, Juri, Pacé (ou Passé), Uaiupí, Irijú, Purus e Cautaunixís, além dos Omágua (Witkoski, 2010). Esses grupos ocupavam a área ao longo do rio Solimões na Amazônia brasileira.

Devido à miscigenação entre homens brancos europeus e mulheres indígenas, e o processo assimilacionista, a língua e cultura dessas etnias foram banalizadas e a adoção da cultura branca foi abraçada, evidenciando a transformação cultural que é uma das características que contribuiu na formação do povo coariense.

Jobim (1933), informa que já no século XVIII, o casamento com indígenas era algo incentivado pelo governo com o objetivo integrar as populações visando o desenvolvimento da região. Esse incentivo aconteceu com a promulgação do Alvará de 4 de abril de 1755, que declarava principalmente o recebimento de preferência em terras e ocupações aos membros que se unissem a indígenas. Também recebiam diversos materiais como recompensa os que realizavam casamentos interétnicos, como ferramentas agrícolas e tecidos.

O autor continua esclarecendo que, durante um tempo, o casamento com indígenas foi proibido com a finalidade de evitar abusos, porém ele não indica quais seriam esses abusos. Contudo em 1785 a proibição foi anulada, dando uma clara intenção de manter a estabilidade e desenvolvimento da colônia.

A obra de Jobim (1933) mostra que um naturalista chamado Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira fez registros da área que resultou na obra "Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro". Ferreira informa que alguns soldados europeus destinados a demarcação de território, ao se instalarem na região, casaram-se com mulheres indígenas. Essas uniões favoreceram a expansão do comércio, da agricultura e da manufatura na região.

Ferreira também retrata que esses europeus eram oriundos de várias províncias de Portugal, como Trás-os-Montes, Alentejo e Algarve. Colonos de outras capitanias e descendentes dos primeiros colonizadores também se

faziam presente na região.

Essa interação contribuiu satisfatoriamente para o desenvolvimento social e econômico desse local, pois a partir da mistura de raças surgiram os mamelucos, que como descreve a obra, eram considerados vigorosos, inteligentes e adaptáveis ao clima e aos trabalhos pesados.

A informação acerca da interação entre homens militares e mulheres indígenas é completada por Góes, em conversa informal, esclarecendo que esses grupamentos familiares costumavam se concentrar às margens dos rios assumindo um modo de vida ribeirinho.

Com base na obra “Corografia Brasília” de Manuel Ayres de Casal em 1817, a população de Alvelos era predominantemente decendente dos indígenas Uamany, Catauixi, Juma, Irijú, Cuchiura e Uayupé e estes colaboravam na dinâmica da economia na região através do extrativismo, em que colhiam cravo, cacau, copaíba e salsaparrilha, além de produzir muita manteiga de ovos de tartaruga. Pequenas indústrias de olaria dedicadas à produção de tijolos e tecelagem também foram percebidas na região (Goés, 2022a).

Essas práticas indígenas expõe um protagonismo econômico relevante dos indígenas nesse período, pois o extrativismo sempre teve muita importância na produção local, além do controle no gerenciamento sustentável dos elementos da natureza ao demonstrarem uma habilidade experiente no manuseio dos ovos de tartaruga para a produção de manteiga.

A análise realizada por Goés (2020) mostra que a partir do século XIX o processo de assimilação cultural e aculturação se tornou mais explícito nos descendentes dos povos indígenas de Alvelos, ou seja, a cultura europeia ganhou mais peso e os indígenas se viram obrigados a adotar mais os padrões culturais dos colonizadores.

É interessante destacar que a presença de mulheres brancas na região de Alvelos começou a ocorrer de forma mais intensa a partir da segunda metade do século XIX, no primeiro ciclo da borracha e a chegada de nordestinos, estimulando uma diversificação genética e cultural da população local.

É notório que o processo de aculturação não é unidirecional, isto é, os europeus absorveram muita da cultura indígena, algo normal em uma troca e

fusão de culturas. O ouvidor e intendente geral dr. Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio dizia, segundo Jobim (1933), "Os casamentos dos brancos com as índias não têm sido pela maior parte afortunados". Isso porque os brancos estavam se adaptando aos costumes de suas esposas indígenas.

A questão mais relevante sobre esse tema é que o processo de aculturação dos povos indígenas, que muitas vezes foi imposto aos povos originários com violência, não só gerou uma modificação da cultura local, como também ocasionou prejuízos irreparáveis, como a perda das línguas nativas.

Um trabalho recente desenvolvido com os indígenas coarienses das etnias Apurinã, Arara, Mura, Miranha, Kambeba, Kokama, Catauixi e Tikuna constatou que seus membros não falam mais fluentemente a sua língua materna tornando -se monolíngues, dominando apenas o português brasileiro (Lima et al., 2024). "A história de uma língua é a história de seus falantes" (Calvet ,2002, p.12), sem o contato dessas etnias com a sua língua materna, toda a sua história e cultura estão comprometidas, sujeita a um apagamento cultural.

O estudo continua apontando que mesmo diante desse crítico quadro, as etnias coarienses reagem apresentando ações que demonstram desejo de revitalização das suas línguas através da educação formal nas escolas de suas comunidades. Percebe-se que a tentativa de resgate de sistemas simbólicos que mais se aproximam da sua ancestralidade é um ato de resistência para romper com o sentimento de perda que resultou em prejuízo identitário, bem como acessar direitos, como a demarcação de terra.

Em 1853 havia a presença das etnias Catauixi, Irijú, Jurimaua, Puru-Purús, Solimões, Waupé, Uamani (ou Uamany) e Mura na cidade, segundo levantamento feito pelo presidente conselheiro Herculano Ferreira Penna (Jobim,1933).

Embora já não houvesse a tentativa compulsória de migrar os indígenas para povoados, a violência contra eles ainda era uma realidade, além das perseguições e fraudes, mesmo já havendo esforços contra essas práticas pelas autoridades. Portanto o processo de civilização dos indígenas nos moldes ocidentais se tornou um grande desafio para essas autoridades.

O autor continua citando que, em 1865, os povos originários eram vítimas de tráfico humano. Eram trocados por mercadorias, resultando em

abusos e mortes.

Em Coary, ainda em 1865, verificava-se o cativeiro de índios descidos do Japurá e do Içá. O insigne Tavares Bastos conta, que quando passou em Teffé, a 13 de novembro de 1865, o juiz municipal formava culpa a um negociante português, que praticava esse commercio criminoso. Os regatões enchiam as suas canoas de missangas, tecidos grosseiros, machados e aguardente de canna e subiam aquelles rios desertos. E , ou a troco desses objectos, ou á força, conseguiam trazer selvagens ás povoações do litoral, onde os cediam ou vendiam a quem os desejasse. Descreve o grande publicista a lamentavel mortandade que dizimava os índios reduzindo á escravidão. “chegavam fracos e abatidos; uma profunda nostalgia, molestia, e sevícias arrabatavam por centena os Miranhas, empregados nos estabelecimentos de Teffé e Coary”. (Jobim, 1933, p. 74-75).

Constantemente os povos indígenas eram explorados por autoridades subalternas, em que não eram remunerados pelos trabalhos que realizavam, ademais recebiam pressões cruéis. Todo esse sofrimento fazia-os fugir para a floresta e evitar contato com a civilização ocidental.

Em geral, eram os índios tratados despoticamente pelas autoridades subalternas, que lhes exploravam o trabalho sem lhes pagar o salário, pelos particulares e pelos proprios directores , com uma ou outra excepção. Estes eram quasi sempre outros traficantes desapiedados, que exerciam sobre os índios uma pressão brutal, e utilizavam-se do seu trabalho na lavoura, na extracção dos productos da natureza em proveito proprio , fazendo que elles desenhasssem a civilisação, que se lhes oferecia, abandonando as povoações e desertando para os mattos. (Jobim, 1933, p. 75)

Essa informação vai ao encontro de relatos atuais fornecidos pelo povo Apurinã que destaca o doutrinação antigo recebido pelos mais velhos em evitar ao máximo o contato com os não indígenas, ao ponto de fugirem para a floresta ao perceber a presença deles devido aos constantes ataques que recebiam. Inclusive esse foi um dos fatores que influenciou o contato tardio da etnia com a Fundação Nacional dos povos indígenas (FUNAI) “Assim, muitas vezes eles pediam, assim pra nós ser reconhecido. O meu pai não nos deixava ser reconhecido como indígena, porque tinha medo da morte que matavam muitos indígenas” (Braz Pereira, Peres, Abreu, 2023).

Foi relevante a contribuição indígena nesse período nos serviços de navegação, agricultura, colheita de produtos do sertão e de serviços internos nas residências, visto que eram a única opção para essas funções.

Diante de situações de opressão nessa época, os povos indígenas

daquela região, atual Coari, demonstraram seu protagonismo ao decidirem romper com aquela injusta relação e fugirem para as matas, decidindo escolher suas próprias formas de vida. Esse protagonismo percebido através da sua decisão evidencia também resistência, pois migrar se tornou sinônimo de sobrevivência e resgate da dignidade, consequentemente preservação do seu modo de vida e cultura.

A história revela a participação indígena na indústria da tecelagem de pano em Coari e Tefé. De acordo com Alexandre Rodrigues Ferreira, a etnia Kambeba teve uma contribuição notável nessa área com a produção de tapoeironas, que eram manufaturas feitas com tecido de algodão (Jobim, 1933). O autor esclarece que os conhecimentos e as habilidades indígenas foram uma influência para o desenvolvimento têxtil na cidade.

Um fato interessante sobre isso foi a captura de Desertores da povoação de Sant'Anna, na província de Santa Cruz de la Sierra. Cinco indígenas foram levados a presença do comandante de Borba ao serem flagrados no comércio de manteiga de tartaruga.

Devido à qualidade das vestimentas dos indígenas, o comandante foi orientado por seu superior, Governador do Pará, a estabelecer teares e fornecer algodão para que os indígenas produzissem os tecidos na região (Jobim, 1933). Percebe-se que o desenvolvimento da indústria de tecidos se deu pela transferência de tecnologia realizada por indígenas demonstrando a contribuição desses povos no crescimento de Coari.

O autor complementa que redes de fios de tucum ou maqueiras proporcionaram outrora uma indústria relevante para a cidade, embora já não existisse mais. Provavelmente essa atividade é herança dos indígenas da própria região salientando que os povos nativos já contribuíam em suas terras através de sistemas autossuficientes e sustentáveis.

Em relação à pesca, a cooperação indígena nas práticas de pesca desenvolvida na cidade é evidente, conforme Jobim (1933). Mesmo com pequenas modificações feitas pelo homem branco, houve uma continuidade das técnicas.

A utilização do evento natural chamado piracema, que proporciona fartura de peixes, era algo que abrangia toda a aldeia e resultava em festas nas comunidades. Técnicas adaptadas e sofisticadas eram usadas pelos

povos nativos na captura dos peixes no período da piracema. Os esteios e vales inundados eram fechados para facilitar o recolhimento de peixes em grande quantidade.

Os indígenas utilizavam diversos recursos ajustados para a pesca de cada tipo de peixe e suas condições, ressaltando a inovação e o conhecimento do ambiente por esses povos.

A influência indígena na culinária e no preparo dos alimentos, como o muquem, a mixira e o preparo do pirarucu também foi um patrimônio deixado para a população coariense pelos povos indígenas.

A obra de José Coelho da Gama e Abreu Marajó, publicado em 1896, chamada "As Regiões Amazônicas", descrita por Góes (2022a), dá destaque a presença indígena na região de Coari nessa época. O livro revela que em Coari, anteriormente, habitavam os indígenas Catauixi e Juma, e que nesse período os Mura e os Miranha predominavam na cidade. A obra infere para a dinâmica populacional e econômica da região naquela época devido ao auxílio que os indígenas proporcionavam ao estarem empregados em diversos tipos de serviço.

Goés (2022a) continua revelando em sua obra algumas realidades indígenas, como os Mura que possuíam uma reputação de rebeldia contra as investidas colonizadoras no agrupamento fluvial Solimões-Japurá e no rio Negro, que inclusive deu muito trabalho aos europeus no século XVIII. As ações dos colonizadores, como os patrulhamentos liderados pelo capitão Aniceto Francisco, para afastar essa etnia não logravam êxito muitas vezes.

O ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio relata os ataques promovidos pelos Mura em seu diário, durante sua passagem por Coari nos anos de 1774 e 1775:

Ao chegar do dia fomos logo avistando as altas e escarpadas barreiras, compostas de barro vermelho, que rodeiam aquela costa: lugares próprias para as assaltas dos Muras, e aonde têm tirado muitas vidas: por isso se duplicou a nossa vigilância (Vasconcelos, 2002.p.13).

Apesar da postura de resistência que os Mura sempre tiveram em relação à colonização, demonstraram considerável capacidade de adaptação e estratégia ao de maneira inesperada pedir paz aos colonizadores. Essa postura que revela seu protagonismo compeliu as autoridades a criar núcleos

de povoações em diversas regiões, colaborando no crescimento demográfico de tantos municípios, inclusive de Coari.

O autor prossegue a abordagem apresentando que nos "Dados descritivos do município de Coary (1900)" é construído um quadro da população indígena da cidade, em que as etnias Catauxi, Irijú, Juma, Jurimáua, Passé, Purús, Sorimões, Uaiupi, Uamani e Uaupés contribuíram na formação étnica e cultural que montaram a composição populacional do município.

No material, os indígenas Passé eram vistos como os mais avançados intelectualmente, pois aceitavam a ideia de um Deus supremo e a imortalidade da alma. O entendimento de uma elevação intelectual a essa etnia está intrinsicamente ligado à visão hierárquica cultural que é herança dos relatos coloniais, em que uma etnia era considerada mais ou menos civilizadas com base em parâmetros europeus que não considera as tradições da cultura dos povos indígenas dentro de um contexto de diversidade, submetendo a esses povos a uma posição irrelevante.

Durkheim e Mauss (1981) nos faz compreender que apesar das classificações primitivas de organização social europeia não serem arbitrárias e que apenas refletiam a realidade social daquele grupo europeu, essas classificações, por outro lado, ignoraram que os indígenas também possuíam o seu próprio sistema de pensamento complexo que só pode ser entendido dentro do contexto de vida de cada etnia, sendo assim injusto determinar que uma ou outra etnia fosse mais avançada.

Góes (2023) expõe em sua publicação "Do Ouro Vermelho ao Ouro Negro: o crescimento econômico de Coary – Parte 01" que devido a um aumento considerável do uso da borracha em diversas demandas industriais no mundo no final do século XIX, o comércio desse material no Brasil foi exponencial, porque a região amazônica era a única no mundo que possuía o crescimento natural da seringueira, árvore que provém o látex. Esse fenômeno ocorreu entre os anos de 1879 e 1912 e ficou conhecido como o primeiro Ciclo da borracha.

Em Coari, o ciclo da borracha não foi diferente, obteve o mesmo sucesso como em outros espaços da Amazônia e foi um dos marcos fundamentais na economia da cidade. Jobim (1933) relata que, no contexto de

início e meados do século XX, a borracha assim como a castanha e o peixe seco eram os principais elementos que movimentavam a produção na cidade e geravam dinheiro. A borracha ganhou mais destaque em Coari devido à riqueza de heveas de boa qualidade e posteriormente foi substituído pela produtiva indústria da castanha por a região ter grandes reservas naturais. Outros recursos como óleos vegetais e animais, canoas, cerâmicas e fibras têxteis também eram desenvolvidos na cidade, porém não eram expressivos.

Essa realidade extremamente lucrativa atraiu pessoas à região amazônica, principalmente os nordestinos a partir 1878, que fugiam da condição limite de seca e pobreza na região nordeste, na época. Muitos desses nordestinos eram pescadores, artesões e agricultores que almejavam ter uma vida melhor, longe da miséria em que viviam no sertão.

Os nordestinos também chegam a recém-criada Vila de Coari e estabelecem a sua colônia. Após dois anos da chegada da primeira leva de nordestinos, a cidade de Coari recebeu mais cento e vinte dois cearenses para somar no trabalho junto as seringueiras, segundo o jornal Amazonas.

Apesar do período de prosperidade da borracha trazer muitos benefícios para a região, inclusive para Coari que se tornou um centro extrativista em ascensão, acentuou-se bem o lado negativo no cenário ambiental e social. A busca cega por riqueza gerou um grande impacto ambiental, não houve a preocupação por um planejamento a longo prazo com práticas sustentáveis, que anos depois seria um dos motivos do declínio do império da borracha (Lima, 1937).

Ademais o crescimento de exploração dos seringais atingiu comunidades indígenas tendo como consequência a violência e o extermínio de muitos indígenas que habitavam em terras próximas.

Conforme Góes (2023), nesse período, a força indígena para o trabalho estava desgastada por causa dos ataques que sofriam por anos, a sua potência precisou ser concentrada em atos de resistência contra o acatamento compulsório que era imposto a eles, muitas vezes custando a própria vida. Farias (2010) corrobora revelando que as áreas de florestas onde se encontrava os seringais eram terras indígenas e estes sempre entravam em conflito com os posseiros por causa das invasões. Devido a isso, os nordestinos se tornaram o principal braço que promoveu o desenvolvimento

da economia local no período do ciclo da borracha

Diferente do que expões Góes, o membro da etnia Arara, em diálogo casual, revela que o seu povo também foi protagonista nesse processo oferecendo uma contribuição significativa no período da borracha, pois participaram da extração do látex e auxiliaram na instalação dos novos moradores seringueiros na cidade. Os indígenas ajudavam na orientação, procura e extração de madeiras adequadas para a construção de moradias para essas pessoas, visto que conheciam os elementos e funcionamento da região.

Essa informação sobre o povo Arara no período da borracha, possibilita a reflexão de como é presente a influência dos conhecimentos e habilidades indígena no desenvolvimento de uma região. Entende-se que o andamento das funções da indústria da borracha fez uso dos saberes tradicionais tanto como mão de obra, como em compartilhar os saberes sobre o local. Compreendendo essa colaboração, é possível afirmar a posição central do povo indígena na sustentação de comunidades desenvolvidas na cidade e reconhecer a importância da sua participação na formação histórica e cultural.

Ainda sobre o quadro econômico de Coari entre o meado do século XIX e início do século XX, Góes (2023) continua explicando que com o fim do apogeu do ciclo da borracha, surge com destaque a produção de castanha-do-pará em Coari. A partir da década de 1920, ele se torna o principal produto de exportação da cidade e garante o desenvolvimento econômico até a primeira metade do século XX. Em 1940, Coari alcança o título de maior produtor de castanha no Amazonas.

Algumas situações se tornaram parecidas entre os dois ciclos, como a produção e comércio da castanha-do-pará que seguiam os mesmos moldes da borracha, ou seja, atender o mercado internacional; bem como os grupos dominantes que se mantiveram no poder também no período do comércio da castanha, que inclusive ocuparam grandes faixas de terra na cidade de Coari.

Dessa vez a força de trabalho se concentrou nas mãos dos ribeirinhos, que provavelmente incluía os nordestinos, indígenas e mestiços, que eram os sujeitos que menos se beneficiavam com o lucro do produto devido à situação de exploração em que estavam condicionados. Segundo o indígena do povo Arara, em conversa informal, o seu povo também teve uma participação ativa

na atividade de extração de castanha nesse período, além de paralelamente desenvolver outras produções para o próprio sustento.

Sobre o declínio do ciclo da castanha em 1968, Góes (2024) informa que a decadência se deu devido ao que foi conhecido como a grande depressão coariense. Iniciou-se, na época, uma diminuição abrupta do valor da castanha- do-pará, que era o maior bem primário da Amazônia negociada no exterior. O problema instaurado eram os valores muito inferiores que as empresas exportadoras passaram a pagar aos produtores e comerciantes, e que não cobria o combinado estabelecido em contrato de financiamento feito por eles, geralmente, no caso de Coari, com o Banco da Amazônia (BASA).

Os comerciantes (regatões) possuíam uma estreita ligação de dependência com os produtores de castanha e muitas vezes dependiam de empréstimos bancários para realizar suas transações, contudo com a queda do preço do produto, a crise ficou generalizada, pois eles não conseguiam acertar suas dívidas. Como a cidade estava fortemente vinculada à exportação de castanha, o impacto desse colapso em Coari tornou a economia vulnerável.

Na década de 1970, Coari passa ter destaque com a produção de banana no estado do Amazonas. Em 1988, o município consegue enviar um milhão de cachos de banana para a capital e para impulsionar ainda mais os produtores foi criada a primeira festa da banana em 1989. A cidade permanece com o seu êxito no cultivo do fruto, atingindo a marca de um milhão e duzentos cachos no ano de 1990, por isso promoveram a segunda festa da banana na cidade como forma de incentivo (Góes, 2022a).

Coari chegou a enviar três milhões de caixas de banana para a capital e outras cidades em 1991 (Góes, 2022b). Nesse mesmo ano acontece a terceira festa, tornando-se a segunda maior festa do estado. O ciclo da banana se encerrou no município devido ao surgimento da doença Sigatoka-negra causada por fungo (The blogger, 2008).

O participante da etnia Tikuna corrobora a informação que o ciclo da banana foi um período bem relevante não só na economia da cidade, como também na valorização cultural. Ele acrescentou relatando que os indígenas tiveram participação na produção e venda de bananas nesse período, além de participarem dos festivais em desfiles, danças etc.

Contudo, ele salienta que nessa época eram poucas comunidades indígenas identificadas. É observado que a narrativa do indígena Tikuna está em concordância com a informação dada pelo indígena Arara ao relatar que, durante o ciclo da banana, a sua família morava em aldeia e o seu pai costumava trazer a sua produção de banana até a cidade para ser vendida, porém ele se sentia constrangido em ser identificado como indígena e ter de fazer essa transação em um ambiente diferente do seu. Por isso, costumava levar as suas produções à noite e contava com a colaboração de um membro da sua etnia, que residia temporariamente na cidade, para fazer a venda do produto.

Isso pode explicar o motivo de não se encontrar registros sobre a participação indígena nesse importante fenômeno econômico do município. Esse fato mostra a falta de notabilidade desses povos que foi resultado da mistura de identidades presentes na cidade por causa da miscigenação somado à desvalorização que a figura indígena já tinha naquela época.

O ciclo da banana em Coari foi substituído pelo petróleo e o gás natural descobertos na região do Urucu, no ano de 1986, permanecendo até os dias atuais. Com a possibilidade econômica de escoar petróleo, a Petrobrás se instala, através de um província produtora, oficialmente na região em 1988 (Novo, 2008).

A Petrobrás elaborou um programa de gestão e monitoramento ambiental que contou com vários especialistas para mitigar os danos ambientais através estudos e ações (Novo, 2008).

Apesar dessa tentativa de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental na Amazônia, os impactos causados pela Petrobrás são inevitáveis, como já se espera em uma interferência de um corpo estranho em um determinado bioma. Quando se pensa em comunidades indígenas e ribeirinhas, o prejuízo é maior.

Góes, em conversa casual, revela que as comunidades ribeirinhas (incluindo os indígenas) possuíam uma relação informal antiga de posse e uso de terras na região do Urucu. Pelos moradores não terem instrução para um processo de regularização por causa da baixa escolaridade, a propriedade dessas terras não foi formalizada. Isso facilitou que terceiros adquirissem as terras e as revendessem para a Petrobrás.

Ele completa informando que as consequências da instalação do gasoduto atingiu de forma preocupante essas comunidades e cita como exemplo a vila Lira. Essa vila foi praticamente destruída devido a presença do gasoduto, sendo preciso que a empresa iniciasse um processo de recuperação da comunidade.

As práticas tradicionais, como agricultura de várzea e uso dos igarapés, foram seriamente afetados pelos vazamentos do gasoduto que comprometeu o local. Isso resultou em um êxodo de pessoas da área rural para a área urbana, aumentando a concentração de pessoas na zona periférica da cidade.

Ele menciona também o caso ocorrido em 2016 no rio Aroã, em que moradores denunciaram o vazamento de petróleo e a empresa se antecipou para maquiar os efeitos do acontecido antes da fiscalização. Esse fato foi confirmado pelo participante da etnia Arara, revelando que comunidades indígenas e ribeirinhas daquela localidade também foram afugentadas para o centro urbano da cidade.

2.3 Do silenciamento à reescrita da narrativa indígena como forma de resistência

Sabe-se que a característica do povo brasileiro é composta por três culturas: indígena, europeia e africana, como bem aborda Gambini (2000). Em diversos contextos brasileiros, sobretudo o amazônico, a cultura indígena ganha maior força nessa composição.

Apesar de haver uma grande influência indígena na formação da mentalidade do povo brasileiro, a significância que isso tem foi historicamente ignorado. As marcas indígenas tornaram-se duradouras na alma brasileira estando presentes na linguagem, comportamento e em relações sociais.

Em relação à formação do povo de Coari, é possível perceber a expressiva contribuição indígena na moldagem do sujeito coariense. Gambini (2000) aponta que a intimidade que o povo possui com os rios, matas e recursos naturais é herança indígena que sempre manteve uma forte conexão com a natureza, não só para subsistência, como para o exercício de sua espiritualidade.

O autor continua mostrando outras relações, como o espírito comunitário que o brasileiro possui, e aqui é dado destaque ao povo coariense,

que também possui origens indígenas se contrastando com os valores individualistas e hierárquicos da cultura europeia; bem como a capacidade do povo improvisar e flexibilizar situações que se assemelham bem mais a cultura indígena que sempre fez uso do seu tempo de maneira mais periódica seguindo o ritmo da natureza do que um uso linear e cumulativo na cultura europeia.

Um dos principais legados do povo indígena para a população brasileira foi a capacidade de se adaptar a diversas situações. Isso demonstra resistência que faz parte da essência indígena e os auxilia na sobrevivência de suas etnias ao longo dos séculos, superando toda invisibilidade imposta.

Percebe-se que a invisibilidade dos povos originários de Coari, que tanto os incomoda, possui raízes profundas. A busca por informações sobre contribuições significativa dos indígenas na formação da cidade não é uma tarefa muito fácil, pois o papel dos povos originários coarienses está em volto a um apagamento histórico, que, assim como a realidade de tantos povos originários, tenta ser superado (Almeida, 2017).

As informações buscadas, muitas vezes, não evidenciam a participação indígena em tantas áreas da sociedade ao longo da história como se não houvesse interferência indígena ou quando apresentam, estão constantemente ofuscadas com relatos simplistas que se limitam em apenas descrever como se portavam e o que faziam.

Nota-se que a perpetuação de silenciamento dos povos indígenas se reflete até mesmo no estudo formal oferecido em espaços escolares desde sempre. Ao analisar um antigo livro didático que trata especificamente da cidade de Coari, observou-se que há uma ausência de referência considerável dos povos indígenas em suas páginas.

Por mais que o livro aborde todas as áreas de Coari a fim de transmitir informações como era a proposta do material, a intenção foi fracassada quando na prática foi ofertado uma visão incompleta sobre a cidade ao não citar, da forma que se deveria, os personagens principais e fundamentais do município e toda a relevância que eles possuem desde a fundação da cidade até os tempos atuais, ou seja, para a história eles não são vistos como protagonistas, mesmo sendo a cultura mais significativa na formação do povo.

A ocultação da influência indígena na formação da cidade de Coari é

percebida até mesmo nos símbolos representativos do município. Como uma cidade da Amazônia amazonense, é sabido que a presença indígena é algo marcante, principalmente quando esses indígenas são os fundadores da cidade, além de colaborar com a sua formação. No entanto, não há nenhuma alusão à figura indígena ou algo que lembre isso na bandeira municipal. Mesmo em uma tentativa de alteração desse símbolo em tempos modernos, o desinteresse parece permanecer.

Por isso o reconto da nossa história precisa ser promovido para que se busque os atores principais de cada solo; entender o porquê de suas vozes serem silenciadas por séculos; compreender as correlações de força existentes nas relações sociais e a partir disso conseguir contar a história novamente de maneira transparente.

É necessário repensar a história de Coari considerando a participação indígena ativa e atuante na formação da cidade, como de fato foi. Rompendo com a herança de historicídio que incentiva uma óptica que apresenta os povos originários apenas como sujeitos passivos de mudanças culturais e históricas.

Outras evidências de tentativa de apagamento dos povos originários podem ser percebidas na história do município, principalmente em questões fundamentais, e que, infelizmente, por causa do poder hegemônico ganham maior destaque, como, por exemplo, a teoria que defende o pe. Samuel Fritz como o fundador da cidade de Coari possuir mais peso do que a teoria que tem os Jurimáguas como verdadeiros fundadores.

Não havia a expectativa de se encontrar figuras indígenas em espaços políticos em contexto de tomada de decisão ao longo dos séculos, já que para a sociedade e a história, geralmente, os indígenas nunca passaram de apenas bons selvagens (Carneiro da Cunha, 1992), por isso que a perspectiva adotada foi observá-los como filhos da terra e analisar a sua participação ativa na formação da cidade numa realidade simples do cotidiano.

A percepção que se tem ao longo da investigação é que se tentou, mesmo sem intenção dos autores, homogeneizar as histórias, no sentido de se considerar ações promovidas por mestiços, por exemplo, o mesmo que ações feitas pelos indígenas, ou seja, falar de mestiços é o mesmo que falar de indígenas por causa da miscigenação. Essa fusão racial também é um fator

que favoreceu o apagamento indígena em Coari. Segundo Góes, em conversa informal, o povos originários tiveram a sua composição alterada, primeiramente com os militares europeus, depois com a chegada dos nordestinos, turcos, libaneses e judeus.

Entende-se que a assimilação cultural é bastante danosa para os povos indígenas, pois as suas marcas distintivas vão se perdendo ao ponto de perder suas características, culminando em um etnocídio (Baniwa, 2006), isto é, em um extermínio total das etnias.

Fazendo uma análise da atualidade, compreende-se muito do passado, mesmo diante de fatos ofuscados. Segundo o artigo “Indígenas Arara da Aldeia Itaboca II de Coari-AM: Memórias, Desafios e Superações”¹³, que está em processo de publicação, o Tuxaua da etnia Arara relata que ao longo da sua vida necessitou utilizar constantemente do seu protagonismo e da sua resistência enquanto indígena e representante do seu povo em espaços públicos coarienses a fim de não permitir ser calado e não permitir ter os direitos do seu povo negligenciados, bem como defender a validade da identidade do seu grupamento Arara diante de órgãos oficiais que tentaram negar suas origens, como a dificuldade que tiveram em ser reconhecidos como indígenas pela FUNAI.

Surpreende, diante desse relato, perceber que no século XXI, com tantas conquistas e avanços em direitos indígenas, etnias ainda sofrem tentativas de apagamento pelos poderes públicos ao não terem suas vozes consideradas na busca por reconhecimento e atendimentos com abordagem compreensiva dentro da sua necessidade.

Com um quadro atual indígena na cidade de Coari, que será tratado no próximo capítulo, é possível fazer um paralelo e entender o porquê da figura indígena não ter a sua participação evidenciada da forma que deveria ou simplesmente nem aparecer em tantos momentos e acontecimentos relevantes na formação da cidade nos séculos anteriores e a realidade contemporânea. Compreende-se que as comunidades indígenas de Coari

¹³ Artigo produzido por Cristiane Braz Pereira, Claudio Afonso Peres e Ademar dos Santos Lima, e enviado para publicação no ano de 2024.

levam em seus ombros o grande fardo de romper com a herança de exclusão e apagamento que podem ser vistos na história e que insistem em se perpetuar na atualidade.

A contribuição dos povos indígenas de Coari ao longo da história não fica a cargo das literaturas feitas por tantas pessoas sobre a cidade e que são contadas a partir de uma perspectiva hegemônica, mas é enxergada a partir do olhar sensível que tenta reescrever a história do nosso país de forma honesta, evidenciando a participação indígena na narrativa histórica nacional (Cardoso; Vainfas, 1997; 2012).

Portanto, a abordagem feita neste capítulo tratou de aspectos que mostram a relação que há entre o protagonismo e a resistência dos indígenas coarienses e o desenvolvimento da cidade de Coari. Isso se deu na fundação do município com a etnia Jurimágua, no nome da localidade, na formação do povo coariense e no desenvolvimento econômico do território.

A sondagem revelou que a origem da cidade é indígena, pois foi fundada pelos povos originários com um nome de mesma natureza e que apesar das tentativas de apagamento dessa origem, a resistência indígena garantiu a sobrevivência da presença e da influência deles ao longo da formação do município. Apesar dos coarienses possuírem outras composições na sua formação, a contribuição indígena é a que se faz mais presente na identidade desse povo, porque de forma intrínseca perpassa não só a estrutura social, mas a estrutura cultural e histórica da região também.

O desenvolvimento econômico de Coari dependeu, em grande parte, do braço indígena para progredir, mesmo que o conceito de desenvolvimento econômico para o ocidental não entrasse na lógica indígena ao ponto de causar-lhes prejuízos. Nessa situação, a resistência dos povos originários de Coari precisou ser ativada em forma de adaptação, foi necessário que eles se ajustassem ao raciocínio do poder hegemônico para ter a chance de continuar existindo, isso reflete habilidades estratégicas para equilibrar as suas tradições com a necessidade de tratar com o poder dominante.

Mesmo que a presença indígena seja evidente na formação da cidade de Coari, o reconhecimento das contribuições que são consequências dessa presença sofre tentativas de apagamento. Dessa forma, entende-se que a análise histórica explica o quadro de invisibilidade atual que esses indígenas

enfrentam.

A tentativa de ocultação da participação indígena no progresso da cidade é recorrente, como a memória sobre a fundação do município que evidencia, dentre tantas coisas, uma marginalização persistente dos povos originários, utilizando da narrativa histórica para manter a exclusão do indígena na formação identitária da cidade. Esse plano de dominação cultural movido por intenções colonialista se estende a outros pontos fundamentais, como a tentativa de mudança de nome do local de Coari, origem indígena, para Alvelos, origem portuguesa; o não reconhecimento ou o não destaque da participação ativa indígena na economia da cidade e a miscigenação que gerou uma aculturação dos povos indígenas, resultando em sérios danos.

Com o reconto dessa história, que consiste em mudar o olhar sobre os fatos históricos através de diferentes lentes, é possível enxergar a convergência que existe entre a configuração do contexto social, cultural e histórico coariense com a herança indígena que é permeada de protagonismo e resistência.

CAPÍTULO III

Mudança de realidade dos povos indígenas de Coari: práticas de protagonismo e resistência na contemporaneidade

O terceiro capítulo se propõe a discutir de maneira específica práticas de protagonismo e resistência dos indígenas de Coari nos tempos atuais, especialmente no século XXI. Visibilizou-se mudanças de realidade sociopolítica, geradas a partir dessas práticas, que também, aqui, foram analisadas à luz de uma estrutura teórico-intelectual, que não necessariamente foram utilizados para validar os feitos indígenas na cidade de Coari, mas auxiliou na compreensão de como as ações dos referidos povos tradicionais e seus desdobramentos funcionam e se relacionam com o contexto sociopolítico, mesmo estando tais povos imersos em uma situação de invisibilidade.

Os povos originários da cidade ainda vivem em um cenário de apagamento social, cultural, político e econômico que dificulta muito a condição de vida dessas comunidades indígenas; contudo, essa situação funciona como uma espécie de impulsionador que desperta a força necessária para a reconfiguração de suas vidas.

A consciência de coletividade foi o primeiro passo para esses povos se unirem e se estruturarem para a resistência, com a criação da primeira associação indígena da cidade de Coari. Essa trajetória intensa, permeada de desafios que ocasionam perdas e ganhos, possibilita a presença desses indígenas em outros espaços importantes que ajudam a configurar um caminho, que apesar de estar ainda em construção, pode ser considerado persistente e adaptável.

Movimentações estratégicas dessas populações, que estabelecem parcerias com as instituições de ensino superior e demais instituições comprometidas com a justiça social e ambiental, evidenciam um alinhamento de suas ações e recursos não só para o presente, mas também a longo prazo. Assim como a necessidade de fazer a sua manifestação ultrapassar as fronteiras de Coari, alcança novos ambientes essenciais na luta para otimizar

os serviços ofertados, favorecendo, assim, um atendimento de qualidade em seu território.

O protagonismo e a resistência continuam tecendo a história dos indígenas coarienses em um cenário paradoxal, pois na contemporaneidade os seus feitos são vistos de forma evidente, sem precisar entender o implícito como no passado, enxergando suas iniciativas em busca de espaço e respeito; no entanto, eles ainda precisam lutar contra a falta de notabilidade que afeta diretamente a condição de vida e o desenvolvimento das comunidades indígenas.

3.1 Coletividade indígena e ocupação de ambientes estratégicos

Esta seção inicia apresentando uma atualização do quadro indígena de Coari e suas constantes mudanças, que embora nos faça perceber que há uma tradição indígena na referida região, pela presença de etnias tradicionais, como pôde ser visto no primeiro e segundo capítulos, a comunidade indígena tem a sua história complementada por etnias de outras regiões que se instalam no município.

Essa presença indígena, que possui um histórico de protagonismo e resistência, ganha espaço dentro da sociedade coariense através de coletivos organizados, que possui sua história permeada não só de desafios, mas de muitas conquistas também, dentre elas setores dentro da prefeitura municipal para tratar de assuntos exclusivamente indígenas.

A abertura do sistema ocidental, que é considerada uma mudança, um resultado positivo das práticas desses povos, é acompanhada da incoerência dentro do ambiente coariense, pois mesmo diante das conquistas, a invisibilidade social, que é um dos aspectos abordados, ainda se mantém, além da insegurança e constante estado de fragilidade que são expostos devido a não demarcação de suas terras.

3.1.1 Coletividade indígena e diversidade cultural

As etnias Miranha, Tikuna, Kulina, Kokama, Arara, Caixana, Mura, Juma, Kambeba, Katauwixi, Apurinã, Tukano e Palmari formam a população

indígena na cidade de Coari atualmente, segundo informações da União dos Povos Indígenas de Coari-AM (UICAM). Em pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Educação do Amazonas (IFAM) - *campus* Coari, em 2022 (Pereira, Peres, Fernando, 2024), todas as etnias supracitadas apareciam no levantamento, exceto a etnia Palmari. Conforme a UICAM, a identificação da etnia Palmari na cidade é recente, apesar de já serem conhecidos em outras regiões do país.

A mesma associação forneceu o nome das comunidades indígenas, presentes no município, com as suas respectivas etnias e número de membros. As aldeias marcadas na cor vermelha (ver: TABELA 01) se encontram em contexto urbano. Pelo fato de não existir aldeias urbanas, o movimento ainda está analisando termos adequados para essas comunidades. As aldeias marcadas de azul são as que já possuem registro no cadastro fundiário da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e as verdes são as que estão localizadas no único território indígena homologado. A tabela apresenta lacunas a respeito do número de famílias em algumas aldeias, devido à ausência de informação por parte de seus representantes.

TABELA 01 – Composição étnica das comunidades indígenas de Coari

Nº	ALDEIA	ETNIA	Nº FAMÍLIA
01	BOM JESUS DO IGAPÓ GRANDE (IG. GRANDE)	TIKUNA	180
02	VILA MORIZ DO TAXI (LAGO DE COARI)	TIKUNA	09
03	SERAFIM DO LAGO DO APAURA (SOLIMÕES)	MURA	13
04	DIVINO ESPIRITO SANTO DO BOARI (LG. COARI)	TIKUNA	35
05	VILA MONTEIRO (LAGO DE COARI)	MIRANHA	36
06	NOVA ESPERANÇA DO JACAMIM (LG. COARI)	TIKUNA	09
07	PURQUE ESPERANÇA II (SOLIMÕES)	CAIXANA	27
08	CAJUIRI ATRAVESSADO DE BAIXO (SOLIMÕES)	MIRANHA	15
09	CAJUIRI ATRAVESSADO DE CIMA (SOLIMÕES)	MIRANHA	19
10	ARAPARI (LAGO DE COARI)	TIKUNA	10
11	ARAÇARI (SOLIMÕES)	TIKUNA	32
12	N.S. DE NAZARÉ DO ITABOCA (LAGO COARI)	ARARA	24
13	ITABOCA II (POVO ARARA) (LAGO COARI)	ARARA	28
14	BOA ESP. DO COPEA (RIO COPEA)	TIKUNA	100
15	NAZARIO REIS (GARAPÉ DO IZIDORIO)	TIKUNA	38
16	MONTE SIÃO DO MAMIA (LAGO DO MAMIA)	TUKANO	56
17	SÃO LAZARO DA ILHA DO GERAL II (SOLIMÕES)	TIKUNA	15
18	SÃO JOSÉ DO DURURUA (FURU JENIPAPO)	TIKUNA	31
19	SÃO JOSÉ DA FORTALEZA (RIO COPEA)	APURINÃ	59
20	VILA TRADICIONAL (RIO COPEA)	TIKUNA	47

21	TIBIÃ (LAGO DE COARI)	MIRANHA	19
22	AMANAIM DO JADUA (SOLIMÕES)	KAMBEBA	48
23	SÃO SEBASTIÃO DO PATOA (LAGO DE COARI)	KATAUWIXI	36
24	VISTA ALEGRE DO SAMAMBAIA (LG. DE COARI)	MURA	37
25	DIVINO ESP. S. DO ANGELIN (LAGO DE COARI)	TIKUNA	53
26	SÃO JOSÉ DO INAJA (LAGO DE COARI)	JUMA	39
27	MENINO DEUS DO CARAPANATUBA (SOLIMÕES)	TIKUNA	54
28	ESPERANÇA I (SOLIMÕES)	TIKUNA	74
29	NOVO PORTO DO TIPIEMA (LAGO DE COARI)	TIKUNA	30
30	SÃO MIGUEL DO PARANÁ DO DURURUA	TIKUNA	56
31	TUPÃ DA FAZENDA (T.I CAJUIRI) (LG. DE COARI)	MIRANHA	17
32	SÃO SEBASTIÃO DA LIBERDADE (RIO COPEA)	TIKUNA	48
33	NOVA ALIANÇA DO ACAPU (MAMIA)	KOKAMA	26
34	NOVO TEMPO (MAMIA)	KOKAMA	60
35	SANHAÇU (COSTA DO JUSSARA SOLIMÕES)	KOKAMA	101
36	SANTA TEREZINHA (C. JUSSARA SOLIMÕES)	KOKAMA	28
37	SÃO SEBASTIÃO MONTE VERDE (COPEA)	KOKAMA	36
38	ALDEIA CANAÃ (RAMAL DO CORUJA)	TIKUNA	31
39	VILA CASTANHA	TIKUNA	11
40	ALDEIA BUCUARA	TIKUNA	112
41	ALDEIA NOVO HORIZONTE URBANO	KOKAMA	147
42	ALDEIA GAVIÃO URBANO	KOKAMA	40
43	BEIJA FLOR AZUL URBANO	KOKAMA	100
44	ALDEIA VITORIA REGIA URBANO	KOKAMA	92
45	ALDEIA URBANA UIRAPURU	TIKUNA	55
46	ALDEIA BICO DE BRASA URBANO	KOKAMA	63
47	NICARÃO URBANO	MIRANHA	150
48	CAJU URBANO	MURA	11
49	CAJUIRI ATRAVESSADO DE BAIXO URBANO	MIRANHA	05
50	ALDEIA KOKAMA SURUCUA URBANO	KOKAMA	92
51	ALDEIA KOKAMA AGUIA REAL URBANO	KOKAMA	48
52	ALDEIA KOKAMA SANTA MARIA POÇO DO FUNDO(PARANÁ DO BOTO)	KOKAMA	47
53	SÃO PEDRO DA VISTA ALEGRE (SOLIMÕES)	TIKUNA	21
54	NOVA ESPERANÇA DO PARANÁ DO SURUBIM	MIRANHA	13
55	ALDEIA KOKAMA RAIZ CABOCLA (IG. DO JACITARA)	KOKAMA	93
56	ALDEIA CUJUBIM	KOKAMA	70
57	DIVINO ESPIRITO SANTO DA RENOVACÃO	KOKAMA	17
58	BACABAL DO LAGO DO MAMIA	KOKAMA	63
59	DIVINO ESPIRITO SANTO DO IZIDORIO	KOKAMA	176
60	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO BOÃ	KOKAMA	75
61	SÃO JOSÉ DO ESTIRÃO DE SANTO ANTONIO	ARARA	21
62	NOVO RENASCER DO ITABOCA III “LAGO DE COARI	ARARA	10
63	ALDEIA JOSINO C. JUSSARA (MEDIO SOLIMÕES)	TIKUNA	11
64	MONTE SIÃO DO TIRIRICA (RIO PIORINI)	MIRANHA	30
65	ALDEIA CUTIA (RIO PIORINI)	TIKUNA	56
66	SÃO JOSÉ DO LAGO DO CATUA (ALTO SOLIMÕES)	MIRANHA	23
67	PLANO DE DEUS DAS OLIVEIRAS (L. DO MAMIA)	KOKAMA	30
68	SANTA MARIA DO IGAPÓ GRANDE (L. JUÇARA)	TIKUNA	40
69	ALDEIA CANDIDA NASCIMENTO (LAGO MAMIA)	KOKAMA	16
70	DIVINO ESP. SANTO DA FAZENDA (IZIDORIO)	TIKUNA	11

71	SÃO FRANCISCO DO ARANAI (M. SOLIMÕES)	KOKAMA	39
72	SÃO Fco. DA BOCA DO APAURA(A. SOLIMÕES)	MURA	32
73	BOM JESUS DO JAPIIM (LAGO DO MAMIA)	KOKAMA	34
74	BEIJA FLOR DO PEITO AZUL (LAGO DO MAMIA)	KOKAMA	65
75	BEIJA FLOR AZUL (LAGO DO MAMIA)	KOKAMA	34
76	SARACURA (ESTRADA COARI-ITAPEUA)	KOKAMA	09
77	ROUXINOL	KOKAMA	Não informado
78	SEMENTES KOKAMA	KOKAMA	Não informado
79	BEM- TI-VI	KOKAMA	Não informado
80	ARAWA	KULINA	Não informado
81	SUCURI DO LAGO DE COARI (URBANO)	TIKUNA	37
82	UICAM-UNIÃO INDIGENA DE COARI	ETNIAS -VÁRIAS	753
83	JAMARI DA BOA VISTA (MEDIO SOLIMÕES)	TIKUNA	28
84	SÃO JOSÉ DO URUBURETAMA (MAMIA)	KOKAMA	42
85	NOVA ESPERANÇA DO SOLIMÕEZINHO(COPEA)	MIRANHA	16
86	BOA ESPERANÇA DO CARAPANATUBA	TIKUNA	11
87	ALDEIA OURO VERDE	KOKAMA	08
88	ALDEIA SANTA LUZIA DO BUIÇUZINHO	TIKUNA	31
89	CRISTO BOM PASTOR (IQUIR RIO PIORINI)	CULINA	09
90	NOSSA SENHORA DO P. SOCORRO DA BOA FÉ	TIKUNA	40
91	SANTA MARIA DO POÇÃO (RIO COPEA)	TIKUNA	21
92	SANTA FÉ DA SANTA CRUZ	TIKUNA	10
93	SANTA LUZIA DA LIBERDADE	TIKUNA	19
94	ALDEIA BEM-TIVI DA TERRA PRETA	TIKUNA	Não informado
95	ALDEIA JACARÉ	KOKAMA	35
96	ALDEIA SANTA TEREZA DO PAIXIUBAL	TIKUNA	16
97	RAMAL SÃO FRANCISCO EST. COARI MAMIA	PALMARI	10
98	MÃE DO RIO	KOKAMA	27
99	ALDEIA SAUBA (ESTRADA DO ITAPEUA)	KOKAMA	103
100	NOSSA SENHORA DE NAZARÉ DO QUANARU	KOKAMA	31
101	CORAÇÃO DE MÃE	KOKAMA	21
102	ALDEIA CURIARÃ	MURA	45
103	ALDEIA UBINTUBA	TIKUNA	11

Como visto no capítulo anterior, algumas dessas etnias estavam presentes nos primeiros momentos da formação histórica do município; outras não foram vistas no segundo capítulo, porque se deslocaram até Coari ao longo da formação da cidade. Todas contribuíram na construção da história em todas as áreas do município, independentemente do seu período de chegada.

O crescimento da população indígena em Coari é percebido através de registros. No projeto supracitado desenvolvido pelo NEABI foi identificado oitenta e quatro comunidades indígenas na cidade em 2022 (Pereira, Peres,

Fernando, 2024), com cerca de dez mil indígenas, segundo o IBGE 2022 (Podcast Coariense, 2024). No ano de 2024, a cidade já contava com cento e três comunidades, conforme a UICAM, apresentando um percentual de crescimento de comunidades de aproximadamente 22,62% em dois anos.

O aumento da presença desses povos garante a diversidade indígena, pois cada etnia possui suas tradições, identidade e organização social. A crescente presença deles também assegura desenvolvimento, porque os indígenas coarienses, além de promoverem atividades que auxiliam na promoção do município, procuram sempre estar envolvidos em vários setores da sociedade local, inclusive em espaços governamentais e posições de liderança.

Apesar desses indígenas irem para além das aldeias e estarem em lugares que suas vozes podem ser ouvidas, percebe-se que não há um interesse de reconhecimento por parte do Estado e da sociedade. A intenção de estarem presentes em diversas áreas surge da necessidade de serem vistos e, conseqüentemente, terem suas necessidades atendidas, tendo em vista, muitas vezes, serem negligenciadas por falta de visibilidade. Nessa mesma direção, Almeida (2012, p. 23) afirma que apesar dos indígenas serem invisibilizados com base em um plano ideológico e político nos séculos passados (que visava o seu total apagamento), no século XX esse quadro muda e através da coletividade os indígenas fazem-se notar, colocando-se em espaços relevantes. Portanto, a abertura aos indígenas não é algo somente permitido, mas sobretudo conquistado.

3.1.2 Os indígenas de Coari e o governo municipal

Atualmente, os indígenas de Coari estão representados por dois setores no governo municipal. O primeiro é a Gerência de Educação Indígena, ligada à Secretaria Municipal de Educação de Coari, criada em 2002. Segundo o documento institucional do Programa de Educação Escolar Indígena, a gerência, que na época era conhecida por Coordenação de Educação Escolar Indígena, foi criada com a intenção de ofertar uma educação formal aos povos originários da cidade de maneira específica e diferenciada, livres de

assimilação e integração como é de direito (Santos, 2021).

Outro setor governamental marcado por presença indígena é o recente Departamento Municipal dos Povos Originários (DMPO) que é vinculado à Secretaria Municipal de Produção Rural. Conforme o membro da etnia Tikuna, que ocupa o cargo de vice- coordenador do departamento e é presidente da Associação dos Familiares Indígenas de Coari (AFIUC), o objetivo inicial do grupo era a criação de uma secretaria, porém, a oferta realizada pelo governo foi a formação do departamento, que, apesar de não ir ao encontro das expectativas iniciais, foi visto como um avanço. O setor tem como finalidade representar os interesses da população indígena, viabilizando o acesso dos povos indígenas de Coari a benefícios sociais.

Foi criada uma expectativa que, na verdade, o objetivo seria uma secretaria. Fizemos duas assembleias, foi feito toda a documentação, todos os trâmites, mas não saiu. E um dia a gente conversou, eu convidei cinco caciques e uma tia para nós termos uma conversa com o pessoal do governo. Nós discutíamos questão política partidária, e lá foi nos ofertado o departamento (A.C.O-Membro da etnia Tikuna, conversa informal 31/10/2024).

É importante destacar que a presença indígena, atuante em espaços governamentais no município, é resultado de lutas que aconteceram impulsionadas pelo protagonismo e resistência desses povos originários. Em Coari, esses elementos intrínsecos aos povos indígenas, protagonismo e resistência, foram aprimorados a partir de um processo de ressignificação (Souza, 2013), que possibilitaram a esses povos compreenderem os processos de organização ocidental a fim de adaptar-se a realidades que outrora não entendiam, mas que, devido a uma reinterpretação, conseguem dar respostas a mudanças sociais e políticas que enfrentam.

Essa adaptação é vista por uma óptica otimista que entende que os indígenas não deveriam sofrer pressões externas, mas que imersos a uma realidade que foi e é bem oposta, eles conseguem ressignificar as suas práticas, aceitando entrelaçar-se junto ao pensamento ocidental com a finalidade de superar a marginalização que sofrem e assegurar a sobrevivência do seu povo. Essa mudança de mentalidade e comportamento diante do não indígena está intimamente ligado ao protagonismo e a

resistência deles, e não a uma ideia de submissão.

Ao discorrer sobre a escravidão indígena, Monteiro (1994, p.107-108) apresenta a adaptação dos povos originários como recurso convencional de sobrevivência, que consistia em adotar diversos caminhos de acordo com a diversidade de concepções dentro da mesma etnia para a superação de um problema, mesmo que isso significasse comprometer o bem-estar da própria comunidade indígena. Em um contexto de século XX, o quadro se mantém bem semelhante, ou seja, o indígena ainda precisa recorrer a adaptação; contudo, atitudes extremas, como conflitos de interesses que podem gerar comprometimento do bem-estar das comunidades, provocadas pela mão ocidental, apresentam-se encobertas, visto que, por possuírem direitos claramente estabelecidos, o plano de marginalização, que ainda existe, precisa seguir meios camuflados e obscurecidos.

Os indígenas coarienses precisaram se ressignificar para adentrar lugares que culturalmente não é do seu domínio, adaptar-se para ganhar espaço e ser visto, possibilitando estratégias mais assertivas na luta por políticas públicas para as comunidades indígenas da cidade. Ainda se configura luta, porque apesar de se ocupar ambiente governamental, as conquistas não acontecem de forma ágil, muitas demandas são difíceis de serem resolvidas, principalmente nas realidades de aldeia (Braz Pereira, Peres, Silva de Abreu, 2024). É necessário ainda exercer resistência, através do que Carneiro Cunha (1992, p. 23) chama de política indígena, que consiste em uma maneira própria das comunidades indígenas atuarem politicamente, mesmo nessa condição um pouco mais favorável em relação ao seu histórico de luta.

Mesmo para os que adotam uma perspectiva questionadora diante da adaptação que os indígenas precisaram fazer para estar num ambiente significativo como um governo municipal, não podem deixar de reconhecer o importante passo que foi para o movimento indígena ocupar essas cadeiras, porque fortalece a autonomia e possibilita outros avanços em lugares representativos, como a candidatura de diversos indígenas nas eleições, principalmente nas eleições de 2024, em que alguns indígenas se candidataram ao cargo de vereador e um indígena se candidatou à prefeitura na condição de vice-prefeito da cidade. Por mais que alguns objetivos não

tenham sido alcançados nessa disputa, elementos importantes para a causa são desenvolvidos, como o aumento da visibilidade, inspiração para outras representatividades políticas, além das alianças partidárias que podem ser construídas ao longo do processo.

3.1.3 Invisibilidade Social

Nem sempre esse destaque indígena foi uma realidade dentro da sociedade coariense. Um membro da etnia Kambeba relata que nasceu no interior da cidade de Coari. Criado por sua avó, viveu na comunidade Nossa Senhora da Saúde, no Porto Araújo, na região do Baixo Solimões. Objetivando dar prosseguimento a seus estudos, migrou para o centro urbano da cidade, concluindo o ensino fundamental e médio (Podcast Coariense, 2024).

Este jovem Kambeba revela que, durante a infância, sua avó evitava se identificar como indígena, pois isso acarretava preconceitos e perseguições, principalmente durante o período militar, e provavelmente ensinava aos seus a fazer o mesmo. Assim como o membro da etnia Tikuna revelou que a sua bisavó escolheu não transmitir a língua materna para a nova geração para dificultar a identificação como indígena, isto é, para protegê-los. Esses fatos podem explicar um fenômeno ocorrido na cidade e narrado por Góes¹⁴ sobre a ausência de povos indígenas na cidade no período de sua infância, na década de 70, ou seja, não era comum encontrar indígenas no centro urbano da cidade onde vivia. Entendia-se que esses indígenas viviam em contexto de miscigenação, tornando-se ribeirinhos no interior do município.

O fenômeno da miscigenação consiste na mistura entre diferentes grupos étnicos ou culturais. A fusão acarreta novos costumes, identidades e até mesmo características genéticas. Esse processo que para os indígenas foi imposto pelas novas condições que se encontravam, acabou gerando para eles prejuízos que resultam em apagamento, como Marcos Carvalho (1996) exemplifica utilizando um contexto de século XIX em que os indígenas no Brasil

¹⁴ Archipo Góes, brasileiro, natural de cidade de Coari-AM, é pesquisador e escritor. Dedicou-se a colaborar com a preservação da cultura e memória de Coari. É autor da obra "Nunca Mais Coari: a fuga dos Jurimáguas" e é responsável pelo site "Cultura Coariense", onde publica suas pesquisas sobre a história e cultura de Coari.

sofreram um processo de invisibilização, não tendo suas nações e línguas identificadas em registros oficiais por falta de interesse das autoridades e devido a miscigenação indígena que acarretou transformação e novas formas de vida para eles.

Em cenário coariense, o processo é semelhante. A não percepção de indígenas no centro urbano de Coari durante a infância do autor Góes, não significa a inexistência deles nesse espaço; da mesma forma que o não registros em documentos oficiais da identidade dos povos indígenas citado por Carvalho no século XIX, não configura a ausência desses sujeitos naquele período. Esses povos existiam, mesmo apagados pelo olhar social.

Mas se você observar, eu sempre conto, quando eu estava viajando para fora da Amazônia: eu nunca tinha visto um indígena mesmo, vamos dizer, puro, até meus 40 anos. Você vê ribeirinhos que viviam aqui já no processo, vindo da miscigenação, é constante (Archipo Góes. Conversa informal 25/10/2024).

Percebe-se pelo relato do indígena Kambeba que a presença indígena na zona urbana da cidade era uma realidade, porém a discriminação e a hostilidade contra as nações indígenas forçavam-nos a ocultar ou negar sua identidade. A fim de minimizar as consequências do preconceito que sofriam, eles se entregavam a uma assimilação que garantia uma adaptação ao sistema do poder dominante, de forma que seus costumes e práticas tradicionais se tornaram invisíveis à sociedade coariense, como podemos ver no relato do autor.

Inclusive, Góes relata que no período da chegada do seu bisavô à cidade, por volta do ano de 1893, existia uma dança indígena denominada “Tribo dos Ajurimauas”¹⁵, que também chegou ser vista por ele na infância, a qual foi substituída por outras manifestações culturais, como a Ciranda e o Boi bumbá, este possui traços indígenas na sua história também, segundo o autor. Essa substituição da expressão cultural, que revela a identidade da cidade por outras expressões culturais, é mais uma evidência do contexto de invisibilidade que os indígenas coarienses viveram ao longo da formação do município.

¹⁵ Segundo Góes, a dança faz referência à etnia fundadora da cidade de Coari. A manifestação artística consiste em encenações, com participantes ordenados com pinturas fortes, penas, segurando tacapes e emitindo gritos e palavras em linguagem indígena.

De acordo com o indígena Kambeba, a valorização dos povos indígenas pela sociedade coariense atualmente ainda é insuficiente. Apesar do cenário ter sofrido uma considerável transformação, devido ao protagonismo desses povos, a invisibilidade ainda é um processo recorrente (Podcast Coariense, 2024).

Góes, em um diálogo casual, entende que isso acontece pela falta de conhecimento que a população de Coari tem da sua própria história. A maioria das pessoas ignoram as contribuições indígenas na formação da cidade, como na economia, na cultura, na história, na origem do município, inclusive na formação do próprio sujeito coariense, que carrega herança indígena, conforme discutido no segundo capítulo. Contudo, ele percebe que esse quadro aos poucos tem mudado. Um grupo de ciranda apresentou no festival cultural da cidade de 2024 a história de Coari baseada na obra do autor, isso demonstra um despertar social de reconhecimento de identidade por parte do povo coariense.

3.1.4 A questão do território e demarcação de terras

Uma das principais pautas do movimento indígena é a demarcação de terras, que é o processo pelo qual o Estado brasileiro reconhece e oficializa territórios tradicionalmente ocupados pelos povos indígenas, garantido sua permanência no território. Essa temática é algo fundamental para o povo indígena, pois atende não só a questões identitárias, mas também cessa a insegurança que a falta de demarcação transmite, uma vez que os coloca em uma situação de vulnerabilidade, quando sujeitos externos invadem terras tradicionalmente indígenas gerando conflito e expondo os indígenas a situação de violência; geram prejuízos ambientais por não fazerem uso dos recursos naturais de forma sustentável e a partir disso provoca-se insegurança alimentar para esses povos, visto que um ambiente comprometido pela invasão altera as suas áreas de cultivo, caça e pesca. Eles reivindicam segurança jurídica para defender justamente suas terras dessas fragilidades (Pereira, Peres, Fernando, 2024).

Observa-se que diversos problemas em cadeias são ocasionados pela falta de demarcação, como citado anteriormente. Devido ao comprometimento

dos recursos naturais do ambiente indígena, por terceiros, e o prejuízo ao sustento dos povos originários, a vida nas aldeias, dentre outros motivos, começa a ficar muito difícil, pois se torna um lugar instável e hostil para se viver. As situações precárias incentivam os membros das comunidades partirem para ambientes que proporcionem melhores condições de vida. Isso cria um desconforto para toda comunidade, principalmente para os mais velhos que se encontram em um eterno conflito de deixarem seus jovens partirem em busca de melhores oportunidades ou incentivá-los a permanecerem na aldeia para não se correr o risco de colocar a identidade indígena dos mais jovens em perigo, em consequência o destino da comunidade também (Braz Pereira, Peres, Silva de Abreu, 2024).

As lideranças entendem que essa dispersão de membros, que é resultado também da degradação do território por invasores, gera uma suspensão das práticas culturais de sua etnia, que denominamos de etnocídio (Baniwa, 2006).

O etnocídio é oriundo de um projeto maior conhecido por etnocentrismo, que consiste em considerar uma cultura soberana em relação às demais. Esse equívoco é acompanhado de imposições de valores e assimilação forçada. Essa forma de pensamento gera frutos chamados genocídio e etnocídio. O genocídio se dedica em eliminar fisicamente um grupo, enquanto o etnocídio se ocupa em destruir a identidade cultural de um grupo, sem necessariamente matá-los fisicamente (Brasão, 2014, p.68).

Essa relação que faz o etnocentrismo alimentar os processos de etnocídio e genocídio é bem percebida na luta por demarcação de terra, pois diante de uma negativa ou atraso legal de delimitação de terras tradicionais aos indígenas, é possível notar um coletivo ditando ordens, ou seja, colocando-se em uma posição superior e por meios de seus ditames promoverem historicamente genocídios, que dizimaram etnias, e até os dias atuais promoverem o etnocídio, que suspende a transmissão da cultura das etnias comprometendo a identidade desses povos.

Em Coari, há doze terras indígenas em processo de demarcação, porém todos os processos ainda se encontram parados na FUNAI. Representantes da UICAM, na oportunidade de estar em Brasília, em contato com a presidente interina da FUNAI, dialogaram sobre a situação desses

territórios ainda em processo de demarcação (Kambeba, 2024a).

Os representantes indígenas, alinhados com a Coordenação das Organizações indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e o movimento indígena nacional, conseguiram, a partir desse encontro, importantes avanços nessa pauta. A promessa feita foi que os processos que estavam parados desde 2018 seriam retomados através de um grupo de trabalho formado pelo Ministério dos Povos Indígenas, Ministério Público Federal e as organizações indígenas (Kambeba, 2024b).

O indígena Tikuna confirmou que, por meio de assembleias, os grupos de trabalho serão desenvolvidos para o andamento do processo. A expectativa é a possibilidade de três terras indígenas serem demarcadas para o ano de 2025 “Nós temos mais promessa. Mais terras para se demarcar no ano que vem... Três áreas: Igapo Grande, Lago de Coari e Copea” (A.C.O-Membro da etnia Tikuna. Conversa informal 31/10/2024).

A disputa territorial não enfrenta só o obstáculo do reconhecimento de posse junto a órgãos oficiais, mas também enfrenta o obstáculo da desconsideração com a causa indígena que se estende a pessoas que se apropriam indevidamente da identidade e da luta dos povos originários como forma de obter benefícios territoriais, o que é prejudicial para o movimento indígena, pois se distancia das genuínas tradições e não corresponde a verdadeira vivência dos povos indígenas, despertando desconfiança social, consequentemente prejudicando suas batalhas.

A única terra indígena homologada na cidade, Cajuhiri Atravessado, e as comunidades indígenas adjacentes ilustram exatamente a segurança e insegurança jurídica que acontece com a população indígena em relação a demarcação de terra. O território Cajuhiri Atravessado sofreu sérias consequências na instalação do gasoduto da Petrobras¹⁶, mas tem a expectativa de receber compensação ambiental para mitigar os danos por eles terem posse da terra, graças à solicitação de ressarcimento dos próprios indígenas em 2019, conforme o participante da etnia Tikuna. Contudo, as

¹⁶ Existe a exploração de gás natural e petróleo na cidade de Coari na região do rio Urucu através do Polo Arara, na Província Petrolífera de Urucu.

aldeias próximas, que ainda estão em processo de demarcação, sofrem danos semelhantes, porém sem nenhum tipo de amparo para diminuir os impactos ambientais, apesar de haver a possibilidade de compensação ambiental para comunidades rurais, que recebem a faixa de duto, se solicitarem, segundo a Transpetro (Coari oficial, 2024).

Em Coari, os povos originários apresentam protagonismo e resistência nessa área vinculando-se ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que é um núcleo ligado à Igreja Católica, dedicado a defesa dos povos originários, inclusive ofertando orientação jurídica.

Nos anos de 2023 e 2024, o CIMI realizou encontros na cidade oferecendo capacitação às comunidades indígenas sobre seus direitos e deveres com apoio político e jurídico para uma revisão de conceitos a fim de adquirir autonomia na busca por seus direitos constitucionais e nos processos de demarcação de terras (Kambebe, 2024c).

Graças ao apoio financeiro do Fundo Casa Socioambiental¹⁷ conquistado pelos indígenas coarienses no ano de 2024, foi possível auxiliar o deslocamento do CIMI à comunidade indígena Vista Alegre do Samabaia, do Povo Mura, realizando formação sobre artigos da Constituição Federal que garantem os direitos indígenas, conhecimento e reflexão sobre o caminho de lutas e conquistas dos povos indígenas no nosso país, bem como esclarecimentos sobre o marco temporal¹⁸ e orientações necessárias sobre o processo de demarcação (Kambebe, 2024d).

Essa ação evidencia protagonismo por parte da organização indígena que de forma proativa, compreendendo a necessidade de auxílio financeiro para o desenvolvimento dos seus trabalhos, estabelece parcerias com instituições de Ensino Superior para elaboração de projetos voltados a editais que fomentam iniciativas socioambientais, e a partir desse incentivo conseguem traçar planos estratégicos em atendimento às comunidades indígenas. Essa é uma tática tradicional dos povos originários, como aponta

¹⁷ O Fundo Casa Socioambiental é uma organização não governamental (ONG) sem fins de lucro que financia iniciativas socioambientais na América do Sul.

¹⁸ Marco temporal é o argumento jurídico que defende a reivindicação de terras por indígenas a partir de um critério, que seria o direito ao território, desde que o estivesse ocupando no período de promulgação da constituição ou que estivesse pelo menos em disputa judicial.

Almeida (2012, p.32), em que historicamente os indígenas precisaram estabelecer alianças com grupos importantes para não perder as suas terras e demais direitos diante de forças que tinham a intenção de ocultá-los até a sua completa extinção.

A consciência dos direitos e embasamento nas argumentações possibilitados pelas formações estimulam ações empoderadas desses indígenas em instâncias legais afirmando seu protagonismo, como o fato do membro da etnia Mura acompanhado de líderes da UICAM procurarem a 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coari para denunciar violações contra os direitos da comunidade indígena São Francisco da Boca do Apaura e exigirem ações que cumpram o que é estabelecido por lei (Kambeba, 2023).

Na oportunidade de estarem na capital, os indígenas de Coari também realizam visitas institucionais na sede do CIMI a fim de discutir parcerias e possíveis projetos para melhorar a realidade das comunidades na região. A relação com a instituição é alimentada constantemente com diálogos para firmar a estabelecer um vínculo duradouro como uma das táticas para o avanço de agenda (Kambeba, 2024e).

3.1.5 Associação dos Povos Indígenas como resistência

A resistência indígena de Coari se estabelece também em associações. Essa consciência de autonomia e defesa de direitos remete ao final da década de 1990, em que os povos indígenas de Coari compreenderam que era necessário organizar todas as movimentações políticas que já eram informalmente realizadas por eles na realidade do seu cotidiano, por isso a UPICMS (União dos Povos Indígenas de Coari e Médio Solimões) é criada pela iniciativa dos povos Miranha, Tikuna, Arara, Katauwixi, Mura e kambeba. “Devido a necessidade de fortalecimento de reivindicações por demarcação dessa terra indígena, o povo Miranha se uniu aos povos Tikuna, Arara, Katauwixi, Mura e kambeba para criar a organização UPICMS” (E.S.C – Presidente da UICAM. Conversa informal 05/11/2024).

Em maio de 2003, o movimento consegue a regulamentação da UPICMS com registro do seu estatuto e da ata de eleição. A organização tinha a finalidade de unificar os povos indígenas da cidade de Coari para buscar

juntos reconhecimento e garantia de seus direitos. Os pontos altos das muitas reivindicações defendidas por eles era a luta por demarcação de terras, o direito por atendimento diferenciado na saúde e educação para povos originários, e a consolidação da autonomia das comunidades, segundo os participantes indígenas Arara e Tikuna, em diálogo casual.

As etnias Miranha e Arara ocuparam as posições de liderança da UPICMS e outras etnias, como Tikuna, Mura e Kambeba também se faziam presentes na organização, na função de membros, representando todas as etnias indígenas pertencente à cidade.

Uma das maiores vitórias da associação UPICMS foi a conquista pela demarcação do território indígena Cajuhiri Atravessado, homologado pela FUNAI através do decreto s.n. - 18/12/2015, que garantiu às etnias que ali vivem todos os direitos inerentes da posse de uma terra legal. Além desse importante feito, outras pautas igualmente pertinentes tiveram êxito, após um período de luta, como ações que promoviam a capacitação de lideranças e a promoção dos professores na busca por uma pedagogia intercultural através do projeto Pyraiwara, bem como a conquista do espaço dentro da Secretaria Municipal de Educação de Coari com a criação da Coordenação de Educação Escolar Indígena. Na saúde, o progresso das pautas também foi evidente com o recebimento da Coordenação de Saúde Indígena na cidade que garantiu atendimento básico essencial às comunidades indígenas que estavam privadas desse direito.

A UPICMS contribuiu de forma significativa com a demarcação e a homologação da terra indígenas Cajuhiri Atravessado com os trabalhos de identificação, reivindicações e delimitação de terras indígenas. Curso do Pyraiwara, curso graduação de pedagogia interculturalidade; Coordenação de educação Escolar Indígena; Coordenação de saúde indígenas. Além de levar a participação dos caciques junto aos órgãos federais de representação dos povos indígenas (F.B.S- Membro da etnia Arara. Conversa informal 15/08/2024).

Percebe-se que formalizar o movimento indígena de Coari por meio de organização foi necessário para a busca por notoriedade, pois avanços relevantes foram feitos devido a elevação dos diálogos que chegaram a órgãos federais ampliando as vozes dos povos originários de Coari dentro de um contexto sociopolítico nacional.

Organizar as comunidades tradicionais nos moldes ocidentais para alterar uma realidade desfavorável é um ato de resistência, que Monteiro (1994, p.115- 117) apresenta na sua obra de forma semelhante à situação de plena dominação de indígenas que utilizaram estratégias ilegais, por vezes revoltas organizadas, mas também meios legais para ter acesso a direitos, sobretudo de liberdade. Tinham acesso à justiça colonial e faziam uso de conhecimentos fundamentados da legislação da época, no início do século XVIII.

Colhendo ainda os frutos oriundos do período de luta do movimento, a associação foi contemplada por uma importante iniciativa promovida pela Petrobras chamada Ajurir Social, em 2008, que visava a um desenvolvimento social e sustentável de comunidades. Devido à importância dos recursos recebidos para a transformação de realidades por meio do projeto, interesses não muito engajados ao grupo foram atraídos e o movimento passou a ser influenciado por forças externas que desconcentraram a organização da sua prioridade.

A partir disso, um problema foi atraindo outro, ganhando proporções crescentes, como relata o membro da etnia Arara. Essa falta de foco gerou um aproveitamento equivocado dos recursos, acarretando problemas na prestação de contas e manchando a reputação do movimento. Então após uma significativa trajetória de progresso, a UPICMS entra em declínio que desestabiliza o movimento político indígena da cidade com um processo de falência.

Em 2010, auxiliados pela FEPI (Fundação Estadual dos Povos Indígenas) com a oferta de assessoria, o movimento indígena, compreendendo que não existia uma solução identificável em relação à UPICMS, decide pela criação de uma nova associação denominada União dos Povos Indígenas de Coari – Amazonas (UICAM) por meio de uma assembleia com a presença de aproximadamente duzentos indígenas.

Segundo o indígena Tikuna, a UICAM sofreu uma breve modificação do nome por um período, sendo denominada de Conselho dos Povos Indígenas de Coari (CONSPIC), em que ele atuou como vice-presidente. Isso ocorreu devido a perda de documentos, contudo, como a recuperação desses papéis, a associação retomou o nome de registro.

Teve período também que foi CONSPIC, Conselho dos Povos Indígenas de Coari, no qual eu fui vice-presidente...Porque teve um período aí que tinham perdido a documentação toda. E teve uma estabilizada o movimento, né. Precisaram retomar de novo e a gente retomou como conselho, conselho dos Povos Indígenas. Depois apareceu o documento de novo (A.C.O-Membro da etnia Tikuna. Conversa informal 31/10/2024).

Atualmente a UICAM é a principal associação indígena na cidade de Coari. Possui como associados mais de seiscentos indígenas e vinte quatro aldeias, desenvolvendo diversas ações, como apoio aos indígenas da cidade na formulação e andamento de documentos necessários ao acesso a direitos; atua através de projetos que visem a melhoria de realidade das comunidades tradicionais; auxilia os indígenas associados no curso de processos a respeito da autodeclaração indígena e da declaração de pertencimento étnico; oferece suporte no preenchimento de fichas cadastrais e inscrições em processos seletivos; colabora na luta por reivindicação de terras; estabelece parceria com as lideranças indígenas; intermedeia junto ao poder público os atendimentos a educação e saúde destinados aos povos originários, bem como outras interesses assistenciais; realiza visitas às comunidades com a finalidade de desenvolver projetos próprios ou em parceria; promove e apoia eventos culturais e esportivos.

O trabalho da associação se torna fundamental para a comunidade indígena, inclusive para os não associados, visto que não há um posto da FUNAI na cidade. Imerso a situação de invisibilidade pelo Governo Federal, os próprios indígenas precisam exercer seu protagonismo e resistência na mudança de contexto.

A cidade de Coari já possuiu uma Coordenação Técnica Local (CTL) da FUNAI que foi extinta pela portaria nº 1257/ Pres, de 27 de setembro de 2018 no boletim de serviço em 18/10/2018. Segundo o seu documento de informação técnica nº 14/2024/ DIT- CR-MAO- FUNAI, a desativação do departamento aconteceu para que se tornasse viável a criação do CTL do município de Autazes-AM, baseando-se nas necessidades relatadas pela Coordenação Regional de Manaus.

Os povos originários da cidade reivindicam ao governo federal, através do documento protocolado supracitado, na Coordenação Regional da FUNAI

de Manaus, a volta do TCL para um melhor atendimento às populações indígenas. Lideranças fazem uso do seu protagonismo por meio da representatividade para expor suas demandas num processo contínuo de luta para exigir o que é de direito.

Nota-se que diante das adversidades indígena em Coari que está em constante alteração, a única opção de via segura para alinhar os objetivos e consolidar as ações se deu através da organização da coletividade por meio de Associações.

Percebe-se que esse agrupamento organizado despertou um empoderamento do movimento para enfrentar adversidades que perpassam o histórico de luta do movimento e que trouxeram significativas conquistas, que refletiram em posições em setores municipais, bem como na saúde, educação, nas organizações, sobretudo na homologação do território Cajuhiri Atravessado.

Organizar as referidas práticas foi um meio que proporcionou um norte para as inquietações que precisavam se ordenar, inclusive para iniciativas que necessitavam estar além de terras coarienses, como é retratado no empenho do movimento na luta por mais demarcação de terras, em Brasília. Essa sistematização também somou na busca por visibilidade que esses povos precisavam frente a uma realidade de apagamento na sociedade coariense.

3.2 Mudando de cenários: parcerias e atuações em espaços de poder

Nesta seção, as parcerias estabelecidas pelo movimento indígena com instituições de ensino superior e governo, a fim de fazerem suas pautas avançarem, ganham destaque. A seção também se dedica em abordar como é a oferta da saúde e educação aos povos indígenas de Coari, assim como o protagonismo e a resistência desses povos em frente ao governo para o acesso a esses serviços básicos com qualidade e de forma diferenciada.

Esse segmento ainda evidencia a busca por um protagonismo indígena ao estabelecer participação ativa e engajada em espaços que promovem discussão sobre meio ambiente e cultura, e a partir do fortalecimento desse protagonismo por meio de formações, promover resistência.

3.2.1 O campo da educação

Sem a presença da FUNAI, o movimento indígena precisa caminhar na busca por transformação de cenário e uma das estratégias é a abertura a parcerias. A UICAM tem como alvo estabelecer alianças com instituições de ensino superior: Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Estadual do Amazonas (UEA). Essa cooperação possibilita diálogos que além de elevar os conhecimentos tradicionais, também apontam soluções para problemas pontuais (Pereira, Peres, Fernando, 2024).

A UICAM possui uma relação bem próxima com o IFAM -*campus* Coari através do núcleo NEABI, em que se estabelece espaços de acolhimento, nas duas instituições, realizando trocas de saberes, criação e desenvolvimento de projetos que visam dar visibilidade aos povos originários de Coari e assessoria em assuntos fundamentais que são base para a busca por redefinição de realidade, que envolve assistência aos povos indígenas, autonomia e desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades.

Os povos indígenas enxergam a educação como um dos fatores que contribuem para a reconfiguração de realidade que eles almejam. Por isso as parcerias com as Instituições de Ensino Superior também os auxiliam nessa finalidade. No primeiro semestre de 2024, o IFAM anunciou a oferta de licenciatura em Pedagogia na modalidade EAD (Educação a Distância), em parceria com a UAB (Universidade Aberta do Brasil), para duas turmas com sessenta alunos exclusivamente destinadas a indígenas da cidade de Coari (IFAM, 2024). Isso foi resultado de um trabalho sensível do núcleo NEABI-*campus* Coari de ouvir as comunidades em suas principais necessidades.

Através de alguns projetos, como a pesquisa “Indígenas da etnia Apurinã contam suas histórias”, identificou-se a inquietação das comunidades indígenas de Coari, principalmente as localizadas nas zonas rurais, sobre o desenvolvimento acadêmico de seus membros. A maioria dos jovens terminam o ensino médio tecnológico oferecido pelo estado em suas comunidades, porém não tem perspectiva de dar prosseguimento a seus estudos por não verem oportunidades palpáveis (Braz Pereira, Peres, Silva

de Abreu, 2024).

A vida dos indígenas nas aldeias é desafiadora, inclusive em relação ao acesso à internet. As notícias sobre oportunidades sempre chegam atrasadas nesses locais devido à dificuldade no acesso a informações, por isso eles se veem em uma disputa desigual na busca por vagas no ensino superior. Uma vez conseguido a vaga, a principal dificuldade desses indígenas é o deslocamento frequente à cidade ou até mesmo a permanência deles no núcleo urbano, pois não possuem recursos financeiros suficientes para isso, tornando o processo bem mais difícil (Braz Pereira, Peres, Silva de Abreu, 2024).

Nesse mesmo sentido, Rocha e Silva (2023) apresentam um caso semelhante na aldeia Açaizal do povo indígena Munduruku, no estado do Pará. Dentre muitas lutas parecidas com as dos povos indígenas coarienses, sobretudo os que vivem em contexto de zona rural, a questão da permanência no território ganha destaque, pois também lá, optar em permanecer em suas terras é estar sentenciado a não ter dignidade, já que ter acesso à assistência básica é um desafio.

O povo Munduruku também sofre um processo lento de apagamento todas as vezes que entrega um dos seus membros ao mundo ocidental na busca por melhores condições de vida, visto que a perda da identidade cultural e a marginalização social nessa situação é iminente. Percebe-se que o poder hegemônico aplica o mesmo planejamento de opressão sobre os povos indígenas em diferentes espaços da nação.

Diante desse quadro coariense, as instituições de Ensino Superior tentam mitigar os obstáculos que impedem a promoção acadêmica e profissional desses indígenas. Os povos originários expõem suas sugestões para superação do problema e as instituições acadêmicas propõe o que é possível.

Como resultado de ações de protagonismo indígena na cidade de Coari em relação à educação, também foi anunciado no ano de 2024 a oferta de 140 vagas, na modalidade primeira licenciatura para o curso de pedagogia intercultural, direcionadas exclusivamente para indígenas em três municípios, incluindo Coari. A instituição responsável é a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) através do Programa de Formação de Professores

Indígenas do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (Parfor Equidade) (PROEG-UFAM, 2024).

Com a formação acadêmica, o indígena tem a possibilidade de expandir seu conhecimento e compreensão de mundo. Essa formação oportuniza condições desse indígena negociar com o sistema ocidental na luta por direitos, além de promover o desenvolvimento da sua coletividade, como pode ser visto no relato de um pedagogo indígena que após a sua formação, atuou na Educação de Jovens e Adultos (EJA) da sua comunidade contribuindo na promoção de seu povo. (Braz Pereira, Peres, Silva de Abreu, 2024).

De acordo com o ponto de vista de Almeida (2012, p. 23), o ambiente acadêmico tem um importante papel na nova leitura que se faz da história do Brasil a partir da concepção indígena, principalmente a história e a antropologia, que gera mudança de realidade e conquistas para esses povos. Contudo os movimentos dos povos originários idealizados e liderados pelos próprios indígenas tem o papel principal nesse avanço, porém são robustecidos por essa nova abordagem teórico-metodológica, proporcionada pela academia, que impulsiona as agendas.

A estratégia de utilizar a educação como instrumento de resistência indígena também é encontrada na educação básica do município que, como já citado, conta com uma gerência própria para indígenas dentro da Secretaria Municipal de Educação de Coari.

Segundo a Gerência de Educação Indígena da Secretaria de Educação de Coari, através dos projetos “Quem são, Onde Estão e Como Vivem os Indígenas de Coari- AM?” e “Da memória à história: nas tessituras da etnia indígena Arara/Coari-AM”, as escolas indígenas ainda não possuem um currículo específico, como a elas é garantido, sendo atendidas por um currículo destinado à educação do campo. Essa pendência já está sendo discutida e a equipe já estuda um planejamento para um currículo adequado aos povos indígenas de Coari.

Conduzir uma educação indígena é uma tarefa complexa, pois a gerência necessita enfrentar desafios para garantir a função de resistência que ela precisa ter. Uma das dificuldades que a gerência precisa administrar é tentar garantir o cumprimento dos dias letivos, visto que problemas, como a falta de

combustível, alimentação e a ausência frequente de professores lotados nessas escolas geram prejuízos na efetivação dessas aulas, causando desajustes no calendário escolar.

Desafios na questão administrativa relacionado ao cumprimento dos dias letivos estipulados no calendário escolar anual, desafios no fazer pedagógico nas escolas... Não se pode deixar de evidenciar as dificuldades com abastecimentos de combustíveis para o transporte escolar, a alimentação escolar é um outro desafio a ser superado (A.S.D- Gerente de Educação Escolar Indígena. Conversa informal 05/11/2024).

A falta de formação conforme as Diretrizes curriculares para educação escolar indígena por parte dos docentes se torna um outro desafio preocupante, pois é nesse formato que se assegurará que os povos originários terão a chance de desenvolver uma educação que se dedique os saberes tradicionais e não sofra interferências dos saberes ocidentais que não respeitam suas especificidades. O fato de não conseguir contar com um quadro de docentes integralmente indígena por não ter membros suficientes formados em áreas específicas reforça essa inquietação e a responsabilidade em planos de ação.

Por isso, a equipe técnica promove encontro com os professores indígenas para formações que consiste em socialização dos conhecimentos, elaboração de planejamentos e apoio das instituições de ensino superior na oferta de graduação aos povos originários, bem como auxílio aos aldeados no acesso a esses cursos. Esse método de atuação, que é visto como um plano de resistência, é algo possível de ser feito na tentativa de superar os conflitos de paradigmas que uma escola indígena que não possui um currículo adequado estar suscetível a passar por estar imersa em uma dualidade.

Outro problema na condução da gerência se encontra no número reduzido de técnicos que prejudica tanto o atendimento das necessidades mensais dos professores, como dificulta o acompanhamento pedagógico nas escolas.

Para somar na construção de uma educação indígena contextualizada com a realidade das comunidades, a Secretaria Estadual de Educação também oferta educação indígena na cidade, porém diferente do município, possui uma matriz curricular intercultural de referência para as escolas estaduais atendendo jovens no ensino médio presencial indígena de sete

comunidades em salas anexas à Escola Estadual Nossa Senhora do Perpetuo Socorro em cenário urbano. Entende-se que muito ainda precisa ser avançado nesse atendimento, contudo já é um exemplo de modelo de educação indígena mais próximo do ideal.

A população indígena do município está atenta ao andamento da educação dos povos indígenas por meio de suas lideranças e mantém um diálogo constante com a gerência sobre os problemas e expectativas de cada realidade.

O participante da etnia Kambeba vê com urgência a efetivação das políticas públicas destinadas a educação indígena na cidade de Coari a fim de atender as necessidades específicas desses povos em suas escolas, principalmente as que estão localizadas no interior, pois são as que mais necessitam de recursos para o seu pleno andamento (Podcast Coariense, 2024).

O discurso do membro da etnia Tikuna completa a sondagem com a impressão de insatisfação com a educação indígena na cidade, no que tange ao formato que a organização escolar é ofertada para os povos originários, nos moldes de seriação de turmas. A gerência informou, em um projeto desenvolvido pelo NEABI, com o povo Arara, em processo de publicação¹⁹, que o número reduzido de alunos em sala de aula na zona rural não possibilita que a prefeitura mantenha uma oferta regular do ensino, dificultando enviar professores para todos os anos de escolaridade e disciplinas, tendo como única opção o multisseriação de turmas para garantir o trabalho.

Como um dos atos de resistência na educação, a população indígena já contou com o Movimento dos Estudantes Indígenas do Município de Coari composto por acadêmicos indígenas das instituições de ensino superior: UFAM, UEA, UAB e IFAM. O grupo foi idealizado no sentido de dialogar sobre políticas afirmativas de assistência estudantil próprias para povos originários, discutir sobre os desafios da vida acadêmica para o indígena e refletir sobre como a sociedade ainda enxerga o indígena na atualidade. Contudo o Movimento precisou ser interrompido por ausência de apoio.

¹⁹ Artigo produzido por Cristiane Braz Pereira, Claudio Afonso Peres e Ademar dos Santos Lima, e enviado para publicação no ano de 2024.

Ações que promovem melhorias na educação indígena em Coari são buscadas constantemente por seus membros. Estando em Brasília em 2024, os integrantes da UICAM se fizeram presentes no Ministério da Educação (MEC) e, em diálogo com o Coordenador Geral de Políticas Educacionais para as Juventudes e com o responsável pelas Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, trataram sobre a qualidade na oferta de educação especificamente para os povos indígenas, refletindo sobre estratégias diante dos desafios expostos e compartilhando expectativas de mudanças (TV Coari, 2024).

Conforme o indígena Kambeba, na reunião, foram abordadas a regularização das vinte e nove escolas indígenas que há no município e a previsão de criação de mais três, além da regulamentação de oito escolas do ensino fundamental para a categoria de escola indígena, que ainda precisa passar pela apreciação da câmara dos vereadores.

3.2.2 Meio ambiente e Cultura

Os povos indígenas em Coari conseguem alcançar outros horizontes na busca por novas possibilidades. A sua atuação bem ativa pode ser vista para além de terras coarienses. Há um engajamento deles em discussões ambientais e em questões culturais. Isso é indispensável para o movimento, porque a promoção de debates sobre temas essenciais dentro do município contribui para uma mudança de mentalidade.

Ocupar ambientes institucionais que promovem discussão sobre políticas culturais e sociais para cooperar com as tomadas de decisões é uma das movimentações feitas por eles. Na segunda Conferência Municipal de Cultura da cidade, em que houve a reativação do conselho Municipal de Cultura do município, duas personalidades indígenas passaram a fazer parte do conselho, um representando a sociedade civil e o outro representando a entidade governamental. Em 2024, eles participaram da Conferência Estadual de Cultura e tiveram um representante indígena, membro da etnia Kambeba, eleito como delegado representacional para ser um dos porta-vozes do Amazonas na 4ª Conferência Nacional de Cultura em Brasília (Podcast

Coariense, 2024), além de terem o mesmo representante no Programa Nacional dos Comitês de Cultura (PNCC)²⁰ como Agente Territorial de Cultura.

A comunidade indígena coariense também tem uma presença efetiva nas discussões sobre meio ambiente. O participante da etnia Kambeba, que é um ativista socioambiental, participa constantemente de conferências, cursos, palestras e demais diálogos dentro e fora do território coariense a fim de expor os impactos que as mudanças climáticas e a destruição do ambiente provocam na região amazônica, em terras de povos originários; e contribui na formulação de políticas ambientais. “E a nossa luta é a pauta ambiental. Que nós, quanto juventude, possamos ter voz dentro das políticas públicas voltadas à questão ambiental. Muitas vezes são tomadas decisões lá em cima” (E.R.C- Podcast Coariense 2024).

Esse tipo de engajamento, que configura protagonismo, garante aos povos indígenas de Coari a oportunidade de serem vistos nacionalmente pelo governo, pelas organizações de sociedade civil e pela mídia. Nesses espaços, eles têm a oportunidade de se apresentarem como parte ativa da sociedade, não dependendo de outrem para mediações, mas assumindo suas próprias narrativas nessas discussões (Pereira, Cunha, Brito, 2024).

Isso demonstra resistência, pelo simples fato de estarem em eventos tão relevantes e por essas ações significativas ajudarem a romper com a cultura de silenciamento dos povos indígenas, tirando-os da condição de invisibilidade e assim dando a oportunidade de continuar existindo. Tendo a chance de contribuir, colocando as necessidades dos indígenas amazonenses, sobretudo os coarienses, em pautas que tratam do desenvolvimento de diretrizes públicas culturais e ambientais no Brasil. Almeida (2012) corrobora com esse entendimento quando nos faz inferir que na contramão dos séculos anteriores, nos tempos atuais, os indígenas estão migrando, mesmo que lentamente, de uma posição de apagamento para um lugar de visibilidade que evidencia todo o seu protagonismo histórico e atual, refletindo no aspecto social, político, econômico, cultural e ambiental.

²⁰ O programa é uma iniciativa do Ministério da Cultura em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), que tem a finalidade de promover a valorização e preservação das culturas locais por meio de agentes comprometidos com suas comunidades.

3.2.3 Campo da saúde

Em relação à saúde, os indígenas coarienses recebem o subsistema de atenção à saúde indígena do Sistema Único de Saúde (SUS) chamado de Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI). A problemática desse sistema se encontra no atendimento e no baixo efetivo.

Segundo o participante da etnia Tikuna, em conversa casual, das comunidades indígenas presentes em Coari, somente 10 recebem atendimento do DSEI. Isso revela uma grave insuficiência no atendimento a esses indígenas, além de apontar uma desproteção a doenças intensificando ainda mais a desigualdade em comunidades que se concentram na área rural da cidade.

A deficiência no atendimento permanece quando a equipe de saúde precisa se deslocar até as comunidades indígenas. Por causa do quadro limitado de funcionários, é preciso que o posto do núcleo fique fechado, porque toda a equipe precisa se deslocar para o atendimento na zona rural, deixando os indígenas do centro urbano desassistidos. Existe uma pressão para que esses indígenas da área urbana utilizem as unidades básicas de saúde (UBS), que para o indígena Tikuna é uma atitude equivocada, visto que os povos originários têm direito à saúde diferenciada e todas as suas especificidades.

Conforme a presidente do conselho local do polo base de saúde indígena de Coari, o DSEI é destinado somente para indígenas concentrados na zona rural da cidade, os de zona urbana precisam fazer uso dos serviços de saúde que a cidade oferece, como foi anteriormente mencionado. Há uma expectativa de ampliação de comunidades indígenas a serem atendidas pelo DSEI em 2025, de dez aldeias o núcleo passará a atender vinte quatro “Temos 24 aldeias em processo de entrada na saúde em 2025” (I.S.G - Presidente Local da Saúde Indígena. Conversa informal 07/11/2024). Isso reflete o respeito que essas comunidades precisam receber no que diz respeito a efetivação das políticas públicas, que ainda não atende ao objetivo por não incluir todas, mas caminha para que isso aconteça. A presidente reconhece que o número de colaboradores é insuficiente para realizar um trabalho satisfatório com as

comunidades indígenas, necessitando de um aumento do quadro de funcionários, visto que há uma previsão de expansão do atendimento.

Esse desinteresse e descompromisso com a saúde indígena por parte do governo recebeu resposta do movimento indígena através de sua presença em Brasília em espaços estratégicos. Na oportunidade, o DMPO reivindicou a abrangência do atendimento à saúde para todas as comunidades indígenas, implicando na ampliação da equipe de saúde, bem como também cobraram a reabertura do CTL da FUNAI no município.

Fomos a Brasília já, já tive a oportunidade duas vezes, e fizemos uma demanda. Nós queremos uma CTL do município... E nós fomos com essas duas agendas: com a CTL e para as outras aldeias serem inseridas no atendimento (do DSEI), que já está sendo. Nós estamos pela justiça (A.C.O-Membro da etnia Tikuna. Conversa informal 31/10/2024).

3.2.4 Empreendedorismo

Conforme Silva e Gomes (2022), empreender significa enxergar necessidades e oportunidades para criar situações que gerem emprego e colabore para o crescimento econômico e social. Para isso, é necessário possuir um espírito empreendedor que é alimentado por experiências, hábitos ou comportamentos que o possibilita alcançar o sucesso.

Os autores continuam afirmando que é possível que uma cultura funcione como uma força que influencia o empreendedorismo, sendo utilizado como estratégia para a perpetuação de uma tradição ao mesmo que tempo que gera renda, colaborando com o desenvolvimento de uma região. Essa linha de entendimento é compreendida pelas comunidades indígenas de Coari, que querem o progresso das suas aldeias e veem o empreendedorismo como um meio possível para isso.

É perceptível evidências de empreendedorismo em comunidades indígenas no município, através da produção local que garante a subsistência de seus integrantes. O membro da etnia Tikuna revela que há um projeto da sua aldeia em fazer produção e comércio de farinha, contudo sem o incentivo do governo para aprimorar a produção e auxiliar o processo de venda para o consumo do próprio povo coariense torna o processo muito difícil de ser implementado.

As comunidades locais e o governo desenvolvem desde 1999 a Gestão de Base comunitária (GBC), também conhecida por manejo comunitário do pirarucu, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. O manejo é uma prática sustentável de pesca. O objetivo dessa iniciativa é dar mais autonomia às comunidades e reduzir a pesca ilegal, recuperando as populações de pirarucu, além de promover o aumento da renda familiar dos grupos que vivem nesse contexto.

Segundo o coordenador de recursos pesqueiros do IFAM - *campus* Coari, em conversa informa, os projetos financiados “Manejo Comunitário do Pirarucu (*Arapaima gigas*): bases para inovação e desenvolvimento socioeconômico” e “Manejo Comunitário do Pirarucu (*Arapaima gigas*): bases para desenvolvimento econômico e conservação ambiental na Região do Médio Solimões, Amazonas, Brasil” possibilitam que as instituições em parceria, como Núcleo de Formação Humana e Pesquisa Aplicada à Pesca e Aquicultura (NUPA) - IFAM *campus* Coari, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e o governo, através das Secretarias de Meio Ambiente e Produção Rural, deem prosseguimento ao manejo do pirarucu sustentável iniciado na década de 1990 com novas abordagens que envolvem capacitação e novas tecnologias.

O manejo assume uma dinâmica planejada, com cada função definida, que se inicia com treinamentos para estabelecer regras para a prática que vão desde a utilização dos equipamentos permitidos até a organização de venda dos peixes.

Os manejadores participam de capacitações técnicas (reuniões, palestras, oficinas e cursos), estabelecem regras de uso (apetrechos utilizados, quantidade capturada e zoneamento de áreas), realizam estimativas de abundância (contagem), protegem os corpos d'água (vigilância), pescam e comercializam a produção (planejamento mercadológico). Sendo considerada uma atividade baseada na divisão dos trabalhos. (J.F.S.A- Coordenador de Recurso Pesqueiro- IFAM. Conversa informal 12/11/2024).

Atualmente três associações com presença indígena realizam o manejo do pirarucu no município, porém somente duas participam da iniciativa: Associação Comunitária Unidos Venceremos (ACUV) e Associação União das Comunidades Indígenas e Não Indígenas do Rio Copeá (AUCINIRC).

A associação ACUV foi implementada no ano de 2002 e compreende as comunidades Vila Fernandes, Liberdade e Boa Fé. A associação AUCINIRC foi constituída em 2016 sendo composta pelas comunidades São José da Fortaleza, São João do Campina, São Carlos e Novo Acordo.

Conforme o coordenador de recursos pesqueiros do IFAM, em conversa informal, o desempenho econômico das duas associações foi bem expressivo na análise feita de 2019 a 2022. A ACUV apresentou um crescimento de 246,70% na atividade, fechando o último ano de análise com uma receita anual bruta de 108.225,00. A produção da AUCINIRC teve um desempenho superior revelando um crescimento de aproximadamente 200,89%, no caso dela se considerou o ano de 2018 também, com uma receita anual bruta de 264.420,00 no ano de 2022. Após o desconto dos custos, o valor é dividido de forma igualitária entre os trabalhadores.

O manejo do pirarucu é uma forma de empreendedorismo que as comunidades indígenas e não indígenas têm para proteger a espécie enquanto geram renda. São mais de duzentos pescadores beneficiados, favorecendo indiretamente cerca de seiscentas pessoas. Somado com as práticas de agricultura e extrativismo, o manejo atende as necessidades de sustento das comunidades e estreita os laços culturais, pois o ensinamento do exercício é passado de pai para filho, e de dependência dos ativos naturais.

Um estudo sobre os projetos supracitados, que ainda estão em processo de publicação, aponta que a criação das associações possibilitou uma cooperação entre as comunidades na atividade de pesca reduzindo os conflitos entre eles e fomentando uma prática da cultura local mais harmoniosa, além de auxiliar num aumento significativo da renda das famílias.

Capacitação e uso das tecnologias são meios que os projetos já mencionados enfatizam no trabalho do manejo sustentável. Com a devida preparação, os envolvidos conseguem desenvolver com competência os processos de pesca, conservação e comercialização de forma consciente e com propriedade, pois são moradores que conhecem bem a região e conseguem agir de forma assertiva diante de desafios locais e no aperfeiçoamento da produção. “Por fim, as atividades de capacitação e transferência de tecnologia desempenham um papel fundamental na capacitação dos comunitários, na educação ambiental e na promoção da

sustentabilidade do uso dos recursos pesqueiros” (J.F.S.A- Coordenador de Recurso Pesqueiro- IFAM. Conversa informal 12/11/2024).

Desempenhando o seu papel de ator principal, a UICAM se fez presente na Secretaria de Estado de Produção Rural (SEPROR) no ano de 2024 para dialogar a respeito do desenvolvimento da agricultura indígena na cidade de Coari (SEPROR, 2024).

Com a presença do secretário executivo-adjunto de Políticas Agrícolas, Pecuária e Florestal da SEPROR e o diretor geral da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Coari, foram discutidas iniciativas para a implementação de uma agricultura familiar indígena oficialmente reconhecida, visto que as comunidades já desenvolvem, bem como também foi tratado sobre o escoamento dessa produção. Incentivos de obtenção de elementos agrícolas a partir do alcance de políticas públicas também foram colocados em pauta.

Essa atitude demonstra ações concretas na busca por melhorias nas aldeias, como o manejo do pirarucu, e reflete diretamente na economia local, evidenciando mais uma vez a cooperação indígena no desenvolvimento da cidade.

Esses casos exemplificam bem as realidades de sustentabilidade comunitária realizadas nas comunidades indígenas que fazem uso dos recursos naturais para servir a comunidade, além de obter uma sustentabilidade econômica e ambiental. Por isso ter a posse da terra é fundamental, porque juntamente com todo o significado que o território tem no contexto da identidade indígena, há a importância de fazer um manejo dos recursos naturais de forma equilibrada para a preservação do meio ambiente, evitando assim a exploração predatória do patrimônio natural por terceiros.

Em um estudo recente, em processo de publicação²¹, a etnia Arara denuncia as frequentes invasões de suas terras para atividades de pesca e caça ilegais, cujos produtos oriundos dessas práticas são vendidos na área urbana do município. Essas ações também comprometem o sustento da

²¹ Artigo produzido por Cristiane Braz Pereira, Claudio Afonso Peres e Ademar dos Santos Lima, e enviado para publicação no ano de 2024.

comunidade esgotando os elementos naturais da região.

Os invasores estão invadindo de todo jeito né. Hoje nós não tem mais o estrala-dente, não tem mais o quebra-coco, não tem mais o espirrador né, não tem o tapiú. Nós não temos mais o caricaui pra nós pegar no rio, né. Não tem mais o tambaqui, não tem mais o pirarucu, não tem mais o boi d'água... (Membro da etnia Arara. Conversa informal 02/09/2023)

3.2.5 Comunicação e divulgação de ações

Na busca por visibilidade, os indígenas coarienses sentem a necessidade de dar publicidade as atividades realizadas. Para isso, eles têm a iniciativa de criar suas próprias redes sociais e outras mídias, onde divulgam ações importantes que fazem caminhar o movimento indígena.

A cidade possui um canal digital criado pelo participante da etnia Kambeba. Fazendo uso do etnomídia (Silva, 2024), ele coloca em ação o protagonismo e a resistência do seu movimento, não necessitando de interlocutores na abordagem dos acontecimentos e na reflexão das questões sociais, principalmente em temáticas que envolvem povos originários.

Em parceria com o IFAM, através do NEABI, a UICAM criou o seu site pela necessidade de automatização da gestão da associação, visto que o processo de trabalho ainda era manual.

Segundo o NEABI, o sistema de modelo de gestão de dados manuais foi instalado nos aparelhos da associação e por meio de um link os membros podem fazer manuseios para alteração dos dados que serão arquivados no sistema *web*.

O sistema Web para a UICAM foi elaborado a partir de um modelo de gestão de dados manuais, sendo o sistema instalado nos computadores da organização para seu manuseio de modificações através de um link para ser utilizado pelos usuários que irão inserir as informações, que serão armazenadas no sistema na Web. (C.A.P- Membro do NEABI. Conversa informal 08/11/2024).

A criação do sistema *Web*, acompanhada de uma capacitação, possibilita que o montante de informações cadastrais da associação possa ser armazenado e consultado facilmente com um banco de dados eficiente. O trabalho da UICAM consegue ser potencializado com esse sistema que também organiza informações relevantes, auxiliando no arquivamento deles

como fontes confiáveis para futuras pesquisas e para implementar projetos e políticas públicas necessárias para os indígenas do município. A estruturação e a uniformização dos dados possibilitam que eles sejam acessados de forma rápida, otimizando o tempo de trabalho, além de evitar que haja perda das informações.

A parceria das duas instituições para a criação desse sistema indica uma preocupação com o progresso do atendimento aos povos indígenas em questões locais, mantendo consonância com questões globais. Valendo-se da influência que a mídia possui em relação às pessoas, Pereira, Cunha e Brito (2024) afirmam que é possível utilizar desse poder para fomentar novas narrativas que promovam os povos indígenas, indo na contramão do que era feito, muitas vezes nem feito, mas omitido. O estímulo das instituições para que os povos originários assumam o controle da informação no que tange a sua cultura, realidade de vida e dificuldades é auxiliar no desenvolvimento do seu protagonismo que produz resistência.

Para que as mudanças se ampliassem e se tornassem algumas vezes tangíveis foi necessário aprimorar estratégias, que se constituem em estabelecer parcerias e realizar atos assertivos. Estabelecer alianças para mudar a realidade de aldeados que se viam desassistidos academicamente diante de uma disputa desigual, em relação aos que residem em áreas urbanas, de vagas no ensino superior, foi uma rota perspicaz que encurtou o caminho para ascensão indígena profissional, e que possibilitará muitos frutos, principalmente para os que vivem em aldeia.

A promoção da economia das comunidades também encontra direção confiável através do empreendedorismo que foi possível pela cooperação do governo e universidades, fornecendo conhecimentos técnicos para o desenvolvimento sustentável das comunidades dos povos originários. Assim como a comunicação indígena também enxerga uma realidade mais ampla, aperfeiçoando a sua etnomídia e por meio de colaborações com instituições que podem fornecer capacitação técnica para potencializar o que já é feito.

É importante destacar que está em ambientes propícios para discussões específicas buscando o diálogo com pessoas pontuais se tornou uma das estratégias que confere ao movimento indígena mudanças em muitas realidades.

Observa-se que o indígena coariense entendeu que não basta só se agrupar e lutar, mas compreender que essa luta, cheia de desafios, até mesmo infiltrada por intenções externas, precisa dar passos corretos, com atitudes racionais, estabelecendo parcerias importantes para que os objetivos do movimento sejam alcançados ou se aproxime ao máximo do almejado.

3.3 Práticas de protagonismo e resistência indígena em Coari: reflexões necessárias

Esta terceira seção se dedica a fazer uma análise das práticas indígenas em Coari e suas mudanças à luz de teóricos que tratam do protagonismo e resistência indígena, a fim de compreender como se aplicam muitos desdobramentos desse protagonismo e resistência na realidade do indígena coariense na atualidade. O texto também se dedica a compreender o perfil do protagonismo e da resistência indígena que se configura em Coari.

A presença indígena sempre foi uma realidade em nosso país, nunca desapareceram, mesmo quando incluídos em um contexto colonial e assimilacionista, contrariando discursos contrários que foram criados durante a história como um dos esforços de tentativa de apagamento da identidade indígena que esse país possui, como afirma Carneiro Cunha (1992).

A narrativa de desaparecimento indígena em terras brasileiras, adotada principalmente por políticos e intelectuais no século XIX, era fomentada por causa do fenômeno de civilização e mestiçagem, ou seja, eles acreditavam que esses processos envolveriam os indígenas pouco a pouco numa realidade ocidental ao ponto de não existirem mais. Na investigação sobre a contribuição indígena na formação do povo coariense, foi possível perceber sutilmente um raciocínio semelhante, principalmente no que se refere a mestiçagem em que, nas obras, os feitos dos mestiços confundiam-se com os dos povos originários.

Com uma mudança de perspectiva, percebeu-se que esses povos originários sobreviveram e resistiram através da defesa de suas origens e tradições dentro das condições que conseguiam, demonstrando uma clara distinção dos mestiços.

A ideia de desaparecimento foi enfrentada por esses povos através de suas organizações que possibilitaram estratégias adequadas de resistência desconstruindo narrativas oficiais, como, no contexto de Coari, a criação da associação União dos Povos Indígenas de Coari do Médio Solimões (UPICMS) e, posteriormente, a União dos Povos Indígenas de Coari – Amazonas (UICAM), que os tirou do estado de presença silenciosa para uma presença notada, já que antes disso viviam às sombras, porque declarar-se indígena, em séculos anteriores, para eles era uma atitude arriscada.

Da mesma forma que os indígenas do século XVIII fizeram uso do sistema legal como instrumento para resistência (Monteiro, 1994), os indígenas coarienses inseridos em um ambiente local, um pouco mais propício para reivindicações, também utilizaram do mesmo instrumento com a criação da associação, demonstrando resistência cultural e autonomia, pois conseguiram desafiar o poder ocidental cumprindo suas exigências como uma manobra tática para busca de seus direitos.

A questão territorial é um dos fatores usados pelo poder ocidental para essa tentativa de apagamento. A apropriação das terras indígenas por terceiros gera grandes prejuízos identitários, porque a dispersão provocada interrompe a transmissão da língua materna e outros aspectos da cultura para as novas gerações culminando no desaparecimento gradual de uma etnia.

O projeto de desaparecimento dos povos indígenas iniciou nos primeiros séculos de invasão, em que eles foram obrigados a abandonar suas terras para não serem escravizados e mortos; perpassando pelo século XVIII como Marquês de Pombal com seu decreto assimilacionista; culminado nos séculos seguintes com planos de homogeneização do povo brasileiro que não cabia a adversidade étnica das populações indígenas (Almeida, 2012).

Em pesquisas desenvolvidas pelo NEABI- *campus* Coari/ IFAM com os indígenas coarienses em parceria com a FUNAI, é percebido as marcar profundas que todo esse processo de incorporação dos povos originários à sociedade dominante causou em nome de uma “civilização”, que na verdade tinha o único interesse de dominar e controlar os povos indígenas a fim de usurpar suas terras e recursos naturais, assim como nos séculos anteriores. Prejuízos significativos que mostram o tamanho da dívida histórica que o Brasil tem com esses povos (Pereira, Peres, Fernando, 2024).

Observa-se nos indígenas coarienses aquilo que Almeida (2012) chama de desmonte, porque, de fato, muitas concepções sobre os indígenas que outrora eram sustentadas na história dão espaço a novas visões que tiram os indígenas de um quadro de total invisibilidade para um novo cenário de progressiva visibilidade, ou seja, discursos equivocados são aos poucos desmontados por novas perspectivas.

Ao longo da história de Coari é necessário um esforço e sensibilidade para enxergar as contribuições indígenas no desenvolvimento da cidade, é como se fosse uma busca daquilo que está subentendido. Essa dificuldade fica instalada por muito tempo devido ao apagamento proposital que o poder dominante sustentou por muito tempo por interesses próprios. Contudo na atualidade, apesar desses povos ainda sofrerem com a invisibilidade que afeta diretamente a sua qualidade de vida, percebemos que em meio ao sofrimento eles sabem fazer o devido uso ativo do seu protagonismo, que Almeida (2012) considera conquistado e restituído, através de movimentos políticos e intelectuais.

Enquanto no passado, a participação indígena é ofuscada, na atualidade é possível encontrar indígenas ocupando cadeiras de liderança em departamentos dentro da prefeitura para defender causas indígenas como é o caso do Departamento Municipal dos Povos Originários (DMPO) e a Gerência de Educação Indígena. Esse êxito dos povos originários coarienses mostra que eles conseguiram ocupar, no cenário político, o seu protagonismo que foi conquistado com organização e estratégia para disputar posições.

O entendimento de estabelecer parcerias com Instituições de ensino superior e outras instituições para desenvolver ações seguras na tentativa de reformulação da realidade, da mesma forma se fazer presente na comunicação, nas discussões ambientais, na cultura e espaços intelectuais, mostra que os indígenas coarienses deixaram de ser objetos na história, que foram vistos de forma distorcida, para ocupar a posição de sujeitos que lideram suas próprias pautas e recontam suas próprias histórias fazendo uso de seu protagonismo e resistência.

Através de uma abordagem interdisciplinar, as ciências compreendem a relação dos indígenas com os não indígenas, mas a partir de um ponto de vista dos povos originários, isto é, agora procura-se entender a interpretação

que os povos originários fazem dessa relação e os objetivos deles em estabelecer interações com ocidentais (Almeida, 2017).

O indígena coariense lida com o poder ocidental compreendendo que seus povos foram e são alvos de um plano de eliminação feito por esse poder. Por isso precisam fazer uso da sua inteligência estratégica, que é fruto da sua resistência, utilizando da organização coletiva para pleitear seus direitos, mas que tem o desafio de superar intenções invisíveis do inimigo, o poder dominante, que os acolhe com objetivos ocultos.

A abordagem interdisciplinar anteriormente citada contribui para o novo olhar que vem mudando a percepção social sobre os indígenas por meio das novas abordagens conceituais e práticas desenvolvidas pela História e a Antropologia combinadas com a atuação indígena (Almeida, 2012).

As dinâmicas sociais e políticas lideradas pelos povos indígenas passaram a ganhar força a partir do século XX e começaram a ser vistas pela academia. A história e a Antropologia se encarregaram de questionar a narrativa tradicional e dar vez aos povos originários tanto na sua história, quando traços de protagonismo e resistência ganharam destaque e percebe-se que muitos acontecimentos históricos dependeram da intervenção indígena (Monteiro, 1994), quanto na sua atuação na atualidade em que continuam alterando o rumo dos acontecimentos nacionais na luta para serem notados e considerados nas decisões.

A relação que os povos originários de Coari estabelecem com o Estado, ONGs e empresas revela múltiplos interesses por parte deles tendo em vista suas próprias necessidades, que é assegurar seus direitos e fortalecer suas comunidades. Por isso eles estabelecem negociações, resistem a pressões e conseguem fazer adaptações (Almeida, 2017).

Pelo processo de etnogênese (Almeida, 2012), que é a reconstrução da identidade étnica, nota-se que em Coari os indígenas estão se reconfigurando, sem renunciar a suas raízes históricas e culturais, para sair do cenário de invisibilidade e marginalidade fazendo uso de instrumentos possíveis. Essa reconfiguração não é única, estática; mas frequente, possui movimento. Porque além de articularem-se na tentativa para achar meios para resolver problemas antigos, como o atendimento completo e eficiente na saúde, eles precisam enfrentar novos desafios que influenciam nos

comportamentos, nos propósitos e nos relacionamentos dentro do movimento, tornando o processo e o perfil indígena em Coari mutável.

Monteiro (1994) revela que assim como o indígena, desde um contexto de América portuguesa, exercia seu protagonismo com atos que desafiavam a estrutura escravagista que estavam expostos, os povos originários de Coari carregam a mesma habilidade no sentido de, ao longo de sua história, realizar ações, mesmo com recursos por vezes limitados, a fim de diminuir o estado de submissão que forçadamente são colocados. Essas atitudes que são evidenciadas na economia e nas reivindicações por direitos junto a órgãos competentes também desafiam normas impostas, desenvolvendo contra estratégias para ter autonomia em suas práticas e assim garantir sobrevivência.

O autor ainda revela que os colonizadores necessitavam sofisticar as técnicas de opressão, mas como medida de resistência, os indígenas utilizavam a adaptação. Em Coari, constantemente os povos originários precisam recorrer também a adaptação, como já foi citado, pois apesar de inúmeras conquistas alcançadas, nenhuma delas atingiu o que é o ideal. Por isso, diferente de um conformismo que aceita os acontecimentos sem questionar, eles conseguem se ajustar as novas condições estando flexíveis para se alinhar a situações não esperadas.

O objetivo do movimento indígena coariense era uma secretaria na prefeitura municipal, porém foi-lhes concedido um departamento. Diante da quebra de expectativa, foi necessário adequar-se a fim de que novos caminhos fossem encontrados para que o alvo, um dia, seja alcançado.

Monteiro (1994) ainda auxilia na reflexão inferindo que a opressão dos povos indígenas gera neles uma insistência de autonomia para mudar realidades insatisfatórias, permeada de adaptação como uma das estratégias para continuar caminhando e concretizada num protagonismo cotidiano.

O protagonismo e a resistência dos povos indígenas do município se efetivam nas pequenas atividades diárias. Estar presente em Brasília, por exemplo, em meio a grupos influentes é necessário; contudo, é no chão das comunidades que as ações maiores ganham sentido, pois elas se concretizam.

A busca por atenção dentro de ambientes acadêmicos na luta por apoio

para a formação dos seus, materializa-se nas comunidades, quando essas vozes são ouvidas e um formato de oferta de formação acadêmica, seja na disponibilização de vagas exclusivas ou um modelo mais específico pensado para povos originários, acontece.

Em sua obra, Monteiro (1994) traz outra abordagem muito interessante que coincide com as práticas empreendedoras das aldeias em Coari. Ele informa que através de um comércio informal, os indígenas, num cenário de colonização, viram uma maneira de tornar as restrições econômicas impostas pelo colonizador em situações mais favoráveis.

Algo semelhante é percebido nos povos originários de Coari que investem no empreendedorismo em suas aldeias como forma de desenvolver sua autonomia econômica através de seus recursos naturais, diminuindo a dependência de recursos externos. Isso possibilita uma preservação de suas práticas culturais, pois essas ações realizadas são herança de suas tradições que através de uma economia sustentável tem a possibilidade de se transmitir às novas gerações, preservando sua identidade.

As restrições impostas a esses povos, no contexto coariense, é a burocracia na regularização de suas terras por parte do governo que negligencia por anos a análise dos processos de demarcação tornando, conseqüentemente, esses povos vulneráveis à ação de intrusos que invadem suas terras e esgotam os recursos naturais necessários para sua subsistência.

Mesmo diante de toda dificuldade colocada pelo sistema ocidental, os indígenas coarienses insistem em manter suas práticas sustentáveis forçando as autoridades, através de discussões em espaços pertinentes sobre a posse do território, relatos em espaços acadêmicos e tentativa de formalização de suas práticas junto ao governo, a olhar sua realidade, que resiste também em moldes de economia local, de acordo com suas necessidades e interesses.

Como foi visto, o protagonismo e a resistência indígena podem ser percebidos em diversas áreas da sociedade coariense, contudo é importante salientar que esses mecanismos essenciais que fazem o movimento indígena coariense não parar é dinâmico, sobretudo o protagonismo.

A dinamicidade citada se refere à relação com o ocidental que pode deixar esse protagonismo sujeito a outros interesses. A política de inclusão por parte do governo municipal ainda carece de ajustes para atender de fato as

demandas das comunidades indígenas locais a fim de que tenham uma plena autonomia. Apesar da iniciativa de se criar núcleos que tratam exclusivamente de interesses dos povos originários ser um grande passo, provando que são vistos pelo poder municipal, é necessário que esses espaços ocupados por assuntos indígenas tenham efetivamente liberdade de se colocarem para que seus interesses sejam considerados com a mesma relevância que outros interesses institucionais.

A dinamicidade presente no protagonismo também enfrenta o desafio de alinhar os propósitos das lideranças indígenas, consequentemente de suas comunidades. A diversidade de perspectivas é um fenômeno natural que existe dentro das complexidades sociais, entre as relações indígenas coarienses não é diferente, por isso o movimento procura constantemente caminhos para adequação de pautas na busca por entendimentos para uma reorganização de cenário positiva que beneficie a todos.

O que se compreende é que o protagonismo indígena de Coari está em constante evolução, por isso é dinâmico, sendo assim está passível a potenciais que podem fortalecê-lo, enfraquecê-lo ou até mesmo ressignificá-lo. Entende-se que somente as tradições e cultura não ditam o formato de protagonismo que exercem, mas diversos fatores infiltram esse mecanismo, que interfere consequentemente a categoria de resistência, por estar intrinsicamente ligada ao protagonismo, e alteram o rumo dos acontecimentos e realidades, influenciando significativamente nas mudanças almejadas.

Essas interferências são comandadas por interesses maiores que podem ser entendidos através de um método de interpretação da realidade conhecido como materialismo histórico-dialético, que considera o meio de produção do capital, ou seja, as formas que a sociedade produz bens e riquezas uma maneira de influenciar toda a organização social. Sendo assim, faz- nos compreender a interferência do poder dominante no movimento indígena e de forma velada impor a sua lógica e interesse capitalista sobre o indígena, atrasando o seu acesso a direitos.

A compreensão desse funcionamento nos permite perceber como a dominação se manifesta de diferentes formas, inclusive nas políticas públicas, e como o contexto de luta que os povos indígenas traçam, que é cheio de conquistas e revezes, tem o mecanismo do capitalismo como pano de fundo.

Mesmo nesse cenário de constante relação com um poder que apresenta distintas faces, os indígenas coarienses assumem seu protagonismo e resistência na construção de alternativas para mudança de realidade.

Isso explica o fato de serem vistos no tempo atual, mas invisíveis para aquilo que realmente importa para essas comunidades.

A abordagem se dedicou, inicialmente, a examinar o planejamento ocidental de apagamento que os indígenas foram e são submetidos, e que tem como ação principal desapropriá-los de suas terras, contudo observa-se que mesmo imersos a situação desvantajosa historicamente, eles sobrevivem utilizando do seu protagonismo e resistência e fazendo até mesmo uso das ferramentas ocidentais para isso.

O texto traçou paralelos que ilustram as práticas indígenas que demonstram o protagonismo e a resistência dos povos originários de Coari, e que apesar de sofrerem influências, tornam-se essenciais, porque funcionam como um motor que movimenta o processo através de atuações significativas. Em virtude disso alcançam conquistas, mesmo que demoradas ou não totalmente alinhadas ao esperado.

Por isso, o protagonismo e a resistência do movimento indígena de Coari se apresentam construído por muitas mãos, indígenas e não-indígenas, talvez isso explique o paradoxo apontado na introdução do capítulo, de que apesar de tantas atos relevantes, que geram mudanças importantes, esses indígenas ainda se encontram num quadro de progressiva visibilidade, que precisa lidar ainda com desigualdade de espaço, políticas públicas ineficientes e conflitos de interesses, promovidos justamente por algumas dessas mãos que ajudam a formar o protagonismo e a resistência indígena coariense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do objeto dessa pesquisa apresentou uma descoberta inesperada que provocou um confronto com a hipótese inicial levantada, mas que, a partir de uma reflexão, entende-se que não deveria ser inesperada, visto que, apesar de se tratar de povos originários, são seres humanos, seres sociais. O interessante é que essas descobertas que revelam a articulação desses indígenas por um esforço pela equidade tem um caráter individual, que mesmo assumindo algumas práticas muito semelhantes com outras realidades, como a criação de uma associação, assegura individualidade, pois a forma de conduzir suas demandas, seus problemas e suas frustrações enfrentados, e a coragem de recomeçar são únicas, só deles.

O principal objetivo desta dissertação foi alcançar os feitos de protagonismo e resistência dos povos indígenas na formação da cidade de Coari e conseqüentemente as mudanças ocorridas a partir dessas práticas, mesmo em um contexto de invisibilidade sociopolítica, visto que o cenário de apagamento da sua presença na cidade é histórico, gerando a partir disso inúmeros prejuízos.

O trabalho, no seu primeiro capítulo, teve a finalidade de analisar o papel dos povos indígenas na história de Coari, investigando a influência da expansão marítima e da política colonial na dinâmica da formação originária da cidade.

Esta seção se dedicou a uma análise da gênese da história de Coari que remete inicialmente ao período pré-colonial que focou em tratar da presença das sociedades indígenas em terras americanas antes da invasão europeia e a motivação dos colonizadores em avançar na busca pelo Novo Mundo; perpassando pelo período colonial em que se abordou a atuação dos colonizadores em terras brasileiras que estava subjulgada a um interesse mercantil e a um fervor religioso, contando com o auxílio jesuíta nas duas intenções; culmina explorando o cenário indígena, num contexto de colonização, apresentando os Omágua e o seu modo de vida e, num contexto de pós- colonização, século XXI, o empoderamento desses indígenas por

meio de organizações que estruturam, legitimam e dão força às suas demandas.

Evidenciou-se ao longo do capítulo a superação do estereótipo do indígena reduzido a uma posição de passividade na história. Mesmo havendo um esforço contrário do poder dominante, o protagonismo e a resistência indígena sempre tiveram presentes na trajetória dos povos originários ao longo de toda a sua história assegurando a sua adaptação a fim de se reinventar face a cada desafio; resistir, ainda que de forma sutil e simples; e organizar-se para luta de direitos e autonomia, em período mais propício.

O segundo objetivo da dissertação foi alcançado com o segundo capítulo que investigou as interações entre o protagonismo /resistência indígena e o movimento na metamorfose de Coari, entendendo de que maneira a contribuição dos povos originários desempenhou um papel significativo no desenvolvimento do município.

Constatou-se que apesar da contribuição de outros povos na formação da cidade e da sociedade coariense, é correto afirmar que a essência da cidade de Coari é indígena e isso é provado ao longo da sua história que se confirma na fundação da cidade que foi promovida por indígenas, no nome que carrega a mesma herança, bem como na economia, na cultura e no território.

Da mesma forma que essa influência é forte e evidente na formação da cidade, também foi visível a tentativa de invisibilizar essa contribuição que ajuda a compor a identidade de Coari. Isso é provado na omissão sobre os verdadeiros fundadores do município até os tempos atuais pela literatura; na iniciativa da troca do nome Coari para Alvelos; a miscigenação que colaborou com um certo apagamento, diluindo a figura indígena em meio aos não indígenas; e todo o obscurecimento a respeito das diversas colaborações para a cidade, principalmente na economia, e que não é registrada.

O apagamento desses povos é histórico, por isso é preciso superar o que já é feito, não bastando somente citar a presença indígena no local para dizer que possuem visibilidade, mas entendendo que a partir dessa presença outros elementos precisam ser considerados para que se afirme de fato que a visibilidade existe, como a representação cultural, a participação política, o espaço no discurso público, a autorrepresentação e o reconhecimento legal.

Nota-se que, em uma realidade até o início do século XX, os indígenas de Coari não possuíam essa abertura, por isso se afirma que não tinham notabilidade. Embora socialmente não apresentassem relevância para a sociedade coariense, sempre estiveram presentes com ferramentas que transcenderam uma mera presença, isto é, com seu protagonismo e resistência que garantiram a manutenção de sua existência contribuindo com a formação da cidade até os tempos atuais.

Isso só foi possível perceber com uma mudança de perspectiva que possibilitou a leitura dos registros sob uma nova óptica mais sensível enxergando o protagonismo e a resistência indígena na história da cidade mesmo em obras produzidas sob um ponto de vista hegemônico.

O terceiro objetivo foi atingido com o terceiro capítulo que caracterizou os processos e atividades realizadas pelas comunidades tradicionais em Coari para promover o protagonismo e a resistência, apontando os impactos dessas práticas mesmo numa situação de exclusão social e invisibilidade.

Em um cenário de meados do século XX e ao longo do século XXI, os indígenas de Coari conseguem reconfigurar a sua história realizando uma mudança de realidade, alcançando uma visibilidade que pode ainda não ser o ideal, mas que demonstra um avanço significativo comparado aos séculos anteriores.

A representação cultural, a participação política, o espaço no discurso público, a autorrepresentação e o reconhecimento legal citados anteriormente e que não eram visíveis na história, hoje podem ser vistos com clareza através de ações dos povos originários de Coari dentro das áreas de educação, saúde, política, economia e cultura que demonstram o seu protagonismo e resistência na luta por direitos e a relevância da sua contribuição no desenvolvimento da cidade na atualidade. Apesar disso, pode-se afirmar que a notabilidade ainda não é total, mas parcial, pois o reflexo das iniciativas é progressivo.

O movimento indígena da cidade percebeu que o acesso a políticas públicas seria mais fácil a partir da coletividade que fortalece as ações e a resistência, bem como facilita a visibilidade. Mesmo diante de um quadro mais favorável, eles ainda enfrentam o fantasma do apagamento ocasionado pelo poder dominante, um antigo adversário, pois os efeitos gerados por práticas

de protagonismo e resistência, como já dito, não tem um resultado imediato, são paulatinos, porque conflita com interesses externos, mas é contínuo e adaptável para manter-se vivo. Algumas pautas ainda são muito difíceis de avançar, mas com persistência e constância, o movimento continua a caminhar fazendo uso das ferramentas que os tornam atores principais que resistem.

Esse protagonismo e resistência das comunidades indígenas de Coari são formados por vários elementos que são puramente indígenas, como a sua identidade e tradição, mas que também tem muito do universo ocidental que se infiltra no contexto indígena positivamente ou negativamente, conforme os interesses. É uma influência que altera mentalidades, objetivos e comportamentos desses indígenas e que pode ser visto como um problema dependendo do ponto de vista, mas que com certeza não tem como não fazer parte do processo num perspectiva de relação social, e a descoberta inesperada está justamente neste ponto.

Os resultados obtidos respondem o problema norteador da pesquisa no momento em que mostram esses indígenas atuando de forma sutil na criação e desenvolvimento da cidade ao longo da história; quando conquistam posições em espaços governamentais dedicados a assuntos indígenas; quando se mobilizam para reivindicar em outros territórios apropriados melhoria na oferta da saúde, da educação, da economia e da cultura ; quando fazem uma análise crítica da sua situação e buscam meios para ultrapassar obstáculos proporcionando benefício a suas comunidades; e quando fazem uso das mídias e produzem seus próprios conteúdos a fim de gerar promoção do próprio movimento, demonstrando autonomia, até mesmo na busca por visibilidade.

Essas práticas refletem o protagonismo e resistência dos povos originários de Coari na formação da cidade desde a sua fundação e tem promovido, no século XXI, impactos importantes no cenário sociopolítico mesmo ainda imersos na invisibilidade que promove a marginalidade das comunidades indígenas, sobretudo as localizadas nas zona rural do município.

O entendimento do paradoxo de ver alguns frutos após anos de plantio de lutas, mas ao mesmo tempo perceber que a mudança de realidade não

acompanha, caminha em passos lentos, principalmente na realidade das comunidades, pode ser explicada pelo fato do protagonismo e a resistência indígena na cidade de Coari ser um fenômeno complexo que não pode ser simplificado num conceito, pois é composto por diversas peças. Como já mencionado, ele é composto por muitas mãos indígenas e não indígenas, que, em relação ao ocidental, podem ser mãos auxiliaadoras ou oportunistas.

Os indígenas coarienses almejam visibilidade de suas comunidades. No âmbito das contribuições, essa pesquisa colabora para essa notoriedade, pois reflete a realidade desses indígenas que buscam ser percebidos na luta que assumiram por efetivação de políticas públicas e reconhecimento histórico.

A exposição da sua existência de forma completa e real oferece importantes avanços teóricos, fomenta outras iniciativas interessadas sobre o tema, além de ampliar e aumentar a pressão sobre os governantes e a sociedade na implementação de políticas públicas em uma realidade bem aparente. A pesquisa possibilita a sociedade coariense uma revisitação da sua história numa perspectiva dos povos originários, entendendo o papel indígena na formação da sua identidade.

A visibilidade desses povos também proporciona o fortalecimento de suas lutas, pois possibilita articulações com instituições e outros movimentos sociais. Quanto mais destaque e reconhecimento, mais autonomia e protagonismo esses povos apresentam e conseqüentemente mais resistência oferecem.

Portanto, nessa trajetória de continuidade na construção da sua história, o movimento indígena de Coari continua fazendo uso do seu protagonismo e resistência que se afirmam e se completam de acordo com a metamorfose de sua existência.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, Cristóbal de. **Novo descobrimento do grande rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, nº 75, 2017.p 17-38.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os índios na História do Brasil no século XIX:da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, nº 2, 2012, p. 21-39.

AMAZONAS. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. **Coari- Estudos Sociais- 3ª série**. Manaus: Núcleo de Recursos Tecnológicos. 1990.

BANIWA, Gersem. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, LACED/Museu Nacional, 2006.

BESSA FREIRE, José. **Da Fala Boa ao português na Amazônia Brasileira**. Ameríndia, Paris, v. 8, 1983, p. 39- 83.

BETTINI, Rita Filomena Andrade Januário. **A Companhia de Jesus, das Origens ao Ocaso**: uma Proposta de Análise Historiográfica. Campinas, n.22, jun. 2006, p.13 –25.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)**. 2010. 468 f. Tese, Universidade de Brasília- Instituto de Ciências Humanas Departamento de História, Brasília, 2010.

BLACK, Jeremy. **Mapas e História**: Construindo imagens do passado. São Paulo: Edusc, 2005.

BORGES, Luiz C. **As Línguas Gerais e a Companhia de Jesus**: Política e Milenarismo. Campinas, v.46, n. 2, jul./Dez. 2004, p.171-194.

BOXER, Charles R. **O Império marítimo português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRASÃO, Heber Junio Pereira. Etnocentrismo como um elemento constitutivo da cultura ocidental. **Cadernos da Fucamp**, v.13, n.19, 2014, p. 62-72.

BRAZ PEREIRA, C.; PERES, C.; SILVA DE ABREU, J. F. Educação e História do Povo Apurinã de Coari: Indígenas do Rio Copeá relatam seus

dilemas. **Nexus - Revista de Extensão do IFAM**, Amazonas, v. 9, n. 13, 2023, p. 165–173.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. Tradução: Marcos Macionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução a uma história indígena. In: _____. (Ed.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CARVALHO, Marcos. Os índios de Pernambuco no ciclo das insurreições liberais, 1817/1848: ideologias e resistência. **Revista da SBPH**, n. 11, 1996, p. 51-69.

CARVAJAL, Gaspar; ROJAS, Alonso; ACUÑA, Cristóbal de. **Descobrimento do rio da Amazonas**. Traduzido e anotado por C. de Melo Leitão. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1941.

CASTILHO, Mariana Wiecko V. de; RESENDE, Ana Catarina Zema de. **Perspectivas de Descolonização em Aimé Césaire e María Lugones**. Revista Relicário. Uberlândia, v. 10, n. 19, jan/ jun 2023. P 19-37.

COARI OFICIAL. Compensação ambiental. Disponível em:

<

<https://www.instagram.com/p/CcOLEioOTqp/?igsh=eTQ3MGRmd25zM2>
96 >. Acesso em: 18out/ 2024.

COSTA, Célio Juvenal; MENEZES, Sezinando Luiz. A Educação no Brasil Colonial (1549-1759). In: ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima Maria (Org.). **Fundamentos Históricos da Educação no Brasil**. 2º ed. Maringá: EDUEM, 2009.

CRUZ, Teresa Almeida. Os processos de lutas e resistências dos povos indígenas do Brasil. **Revista SURES**, n. 9, fev 2017, p. 145-163.

DEWES, J O. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling**: uma descrição dos métodos. 2013. 53f. Monografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DURKHEIM, Émile & MAUSS, Marcel. **Algumas formas primitivas de classificação**. Contribuição para o estudo das representações coletivas. In: Marcel Mauss. Ensaio de Sociologia. São Paulo: Perspectiva, 1981.

FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In Brandão, C. R (Org), **Pesquisa participante**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FARIAS, Gilson da Conceição Vitor. **Safra, Retratos da Vida e do Homem Amazônico na Produção de Castanha**. 2 96 f. Dissertação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

GAMBINI, R. **Espelho de índio**: a formação da alma brasileira. 2. ed. São Paulo: Axis Mundi/Terceiro Mundo Nome, 2000.

GÓES, Archipo. Coari no Século XIX: um ensaio sobre a formação do povo coariense. Publicação: 21/06/2020. Disponível em: <<https://www.coari.net/coari-no-seculo/>>. Acesso em: 04jun. 2024.

GÓES, Archipo. **Crônicas de Coari**. ° ed. Coari-AM: edição do autor, 2024.

GÓES, Archipo. Do Ouro Vermelho ao Ouro Negro: o crescimento econômico de Coary – Parte 01. Publicação: 12/09/2023. Disponível em: <<https://www.coari.net/economico-coari/>>. Acesso em: 21jul. 2024.

GÓES, Archipo. Minhas Memórias da Festa da Banana – 1989 a 1991. Publicação: 03/04/2022. Disponível em: <<https://www.coari.net/festadabanana/>>. Acesso em: 30out. 2024.

GÓES, Archipo. **Nunca mais Coari: a fuga dos Jurimáguas**. 2º ed. Coari-AM: Coari.com editora, 2022.

GÓES, Archipo. O Brasão de Coari. Publicação: 28/02/2018. Disponível em: <<https://www.coari.net/o-brasao-de-coari/>>. Acesso em: 15out. 2024.

GOLDENBERG, Miriam. **A Arte de Pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8 edição. Rio de Janeiro: editora Record, 2004.

GUIMARÃES, G. **Dados Descritivos do Município de Coari**. Manaus: Imprensa Oficial. 1900.

HAGUETTE, M. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 4º edição. Petrópolis: Vozes, 1983.

HERVÁS, Lorenzo. Catalogo de las Lenguas de las Naciones Conocidas. Disponível em: <<https://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmchh6k3>>. Acesso em: 25mar. 2024.

HILL, Jonathan. (Org.) **History, Power and Identity**: ethnogenesis in the Americas, 1942-1992. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.

IFAM. IFAM realizou o primeiro CONEaD Norte. Disponível em: <<https://ead2.ifam.edu.br/news/ifam-realiza-primeiro-conead-norte>>. Acesso em : 26out/ 2024.

JOBIM. Anísio. **Panorama Amazonicos-Coary**. Manaus: Imprensa Pública, 1933.

KAMBEBA, Edson. Avanços da Demarcação de Terras Indígenas em Coari Amazonas. Publicação: 18/ 03/ 2024. Disponível em: <

https://www.instagram.com/p/C4qP_1ouual/?igsh=eHlxaXJoN2NpYW9k
>.

Acesso em: 08out/ 2024a.

KAMBEBA, Edson. CIME oferece capacitação e apoio jurídico para fortalecer a luta pelos direitos dos povos indígenas. Disponível em: <
<https://www.instagram.com/reel/Crrxxg8rZAY/?igsh=MXZuNnBpbnE5dT>
Nncg==>. Acesso em: 18out/ 2024c.

KAMBEBA, Edson. 9º Formação Jurídica e política do Conselho Missionário Indigenista (CIMI). Publicação: 06/ 07/ 2024. Disponível em: <
<https://www.instagram.com/p/C9F7B6PPbtJ/?igsh=bGxtbWoybnAzZW9>
h >. Acesso em: 18out/ 2024d.

KAMBEBA, Edson. Lideranças Indígenas da UICAM Fortalecem Pautas em Reunião. Publicação: 26/ 03/ 2024. Disponível em: <
<https://www.instagram.com/p/C4lo9zuVQD/?igsh=dmprcXZwOGRvb3E=>
>. Acesso em: 08out/ 2024b.

KAMBEBA, Edson. Povo Mura e UICAM em Reunião na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coari. Publicação: 14/ 06/ 2023. Disponível em: <
<https://www.instagram.com/p/Ctek1aMuG0R/?igsh=ejVraGExMHR3YXF>
m >. Acesso em: 18out/ 2024.

KAMBEBA, Edson. UICAM e CIMI Fortalecem Laços em Visita Institucional em Manaus. Publicação: 10/ 03/ 2024. Disponível em: <
<https://www.instagram.com/p/C4WbeDqOM0I/?igsh=MWM3b2Fuc2FqM2>
VyZA== >. Acesso em: 18out/ 2024e.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013, 202p.

LARANJA, Manoel; PESSOA, Jacimara. Identidade e memória do povo Omágua/Kambeba médio Amazonas: um estudo de caso da aldeia Cajuhiri atravessado no município de Coari no Amazonas. In: RODRIGUES, sílvia. **Novas tendências e perspectivas da Educação: métodos e práticas**. Ponta Grossa: Aya, 2022. P. 403-419.

LEDEZMA, Domingo; MILLONES FIGUEROA, Luis. Introducción: los jesuitas y el conocimiento de la naturaleza americana. In: **El saber de los jesuitas, historias naturales y el Nuevo Mundo, Madrid, Iberoamericana**, p. 9-26, 2005.

LEITE, P. Contribuições do materialismo histórico-dialético para as pesquisas em Mestrados Profissionais na área de ensino de humanidades. **Investigação Qualitativa em Educação**, V. 1, 2017.

LIMA, Araujo. **Amazônia- a terra e o homem**. 2º ed. Companhia Editora Nacional. São Paulo- Rio de Janeiro- Recife. 1937.

LIMA. A. S.; LIMA. A. S.; PERES. C. A.; BELÉM. J. R. S.; FARIAS. S. C. **A situação sociolinguística das comunidades indígenas do Lago de Coari e Rio Copeá, médio solimões, Coari – Amazonas**. Cuadernos de Educación y desarrollo, v.16. n.4, abr. 2024, p.01-34.

LOPES, Luiz Roberto. **História da América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1986.

MACIEL, Benedito. Kambeba. Disponível em: < <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kambeba>>. Acesso em: 13nov. 2023.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5º ed. Edições Loyola. São Paulo, 2005.

MONTEIRO, John. O escravo índio, esse desconhecido. In.: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **Índios no Brasil**. 2ª edição. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.p. 105-121.

MULTIRIO. As sociedades indígenas brasileiras no século XVI. Disponível em: < [1https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/america-portuguesa/8723-sociedadesind%C3%ADgenas-brasileiras-no-s%C3%A9culo-xvi](https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/america-portuguesa/8723-sociedadesind%C3%ADgenas-brasileiras-no-s%C3%A9culo-xvi) >. Acesso em: 10ago. 2024.

NETO. L.F. **A Doutrina do Uti Possidetis na Tradição Ibérica: A Política Externa Expansionista do Marquês de Pombal**. 2019. 89f. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília - UnB Instituto de Relações Internacionais – IREL, Brasília, 2019.

NOGUEIRA, Max Deulen Baraúna. Parintins: palco de guerras tribais. **ScientiaTec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS**, v.5, n.1, Jan./Jun. 2018, p: 157-167.

NOVO, Viviane da Silva Costa. **A Avaliação das Potencialidades Sócio-econômicas do Programa Gasoduto Coari- Manaus na Terra Indígena Sahu-Apé**. 2008. 161 f. Dissertação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

PEREIRA, Cristiane Braz; PERES, Cláudio Afonso; FERNANDO, Adelson da Costa. Entre desafios e esperanças: um olhar sobre a realidade indígena em coari-AM. In: **Anais do III Simposio Processos Civilizadores na Pan-Amazônia: Modus Vivendi e Tecnização na Amazônia**. Anais...Manaus(AM) UFAM, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/iii-simposio-processos-civilizadores-na-panamazonia-422058/830345>. Acesso em: 08/10/2024

PEREIRA, C.B. CUNHA, D.O. BRITO, V.B. Reescrevendo o Brasil da colônia à contemporaneidade: estudos de caso do protagonismo indígena na história, jornalismo e teologia. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v.16, n.13, dez, 2024, p. 01-36.

PIERO, Iria Aparecida Storer Di. **Ratio Studiorum, Educação e Ciência nos séculos XVI e XVII: matemática nos colégios e na vida**. 2008. 133 f. Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de Piracicaba- Faculdade de Ciências Humanas, Piracicaba, 2008.

PINHEIRO, Joely Aparecida Ungaretti et al. Conflitos entre colonos e jesuítas na América portuguesa. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica. **Anais/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica**. Belo Horizonte: ABPHE. 2003.

PINTO, Renan Freitas (Org). **O Diário do Padre Samuel Fritiz** / Renan Freitas Pinto. Organizador. Manaus: editora da Universidade Federal do Amazonas / Faculdade Salesiana Dom Bosco. 2006

PINTO, Tales dos Santos. Guerras de Reconquista da Península Ibérica; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/guerras/guerras- reconquista-peninsula-iberica.htm>. Acesso em 17 jan. 2024.

PODCAST COARIENSE. Acompanhe o Ep.11 do Podcast Coariense com a participação de Edson Kambeba. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=v8vTGc-0KhQ> >. Acesso em: 10out/ 2024.

POMER, Leon. **O surgimento das nações**. 7. ed. São Paulo: Atual, 1994.

PONTES FILHO. **Estudos de história do Amazonas**. Manaus: Valer, 2000.

PORRO, Antônio. **As Crônicas do Rio Amazonas**: notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1992.

PORRO, Antônio. **O Povo das Águas**: ensaios de etno-história amazônica. Petrópolis: Vozes, 1995.

PORRO, Antônio. Os povos indígenas da Amazônia e a chegada dos europeus. In: **O povo das águas**: Ensaios de etno-história da Amazônia. Petrópolis: Vozes, São Paulo, 2003.

PRADO, M. L. C.; CAPELATO, M. H. R. **A borracha na economia brasileira da Primeira República**. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977. v. III.

PROEG-UFAM. Edital de Seleção e Matrícula para curso Formação de Professores Indígenas/Parfor. Disponível em: < <https://proeg.ufam.edu.br/ultimas-noticias/1522-edital-de-matricula-para-curso- de-formacao-de-professores-indigenasparfor.html> >. Acesso em : 26out/ 2024.

RODRIGUES, Clayton Emanuel; SANTANA, Cleildes Marques de. Reprodução **colonial capitalista e resistências indígenas**: estudo comparativo entre Brasil e México. *Configurações*, vol. 25, jun. 2020, p.112-127.

ROCHA, Regina Martins. EMIDIO-SILVA, Claudio. **Povos indígenas e suas lutas por direito a educação de qualidade e meio ambiente saudável: o caso da aldeia açaiçal, região do Planalto Santareno, Pará-Brasil**. *Das Amazônias*, v.6, n. 1, jan-jun 2023. p. 99–121.

SANTOS, Denilson. Programa de Educação Escolar Indígena em Coari. Publicação: 08/09/21. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/97703014/programa-de-educacao-escolarindigena?q=PROGRAMA%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20IND%20GENA%20EM%20COARI&tipo=1>>. Acesso em: 07Out/2024. <

SANTOS, Luiz Fernando de Souza. **Entre o Mágico e o Cruel: a Amazônia no Pensamento Marxista Brasileiro**. 2018. 331f. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

SANTOS. S.P. **Tempo e Espaço na Amazônia Colonial: da Vila de Ega à Cidade de Tefé Séculos XVIII e XIX**. 2016. 114f. Dissertação, Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, 2016.

SANTOS, Yonara. **Fonética e Fonologia preliminar da Língua Omágua/kambeba**. 2015. 77 f. Dissertação Mestrado, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

SCHWARTZ, Stuart B., LOCKART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEABRA, Vlamir do Nascimento. **A Indústria Petrolífera em Coari - AM e suas Implicações nas Transformações Territoriais**. 2022. 196 f. Tese, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul, 2022.

SEPROR. Sepror recebe a União dos Povos Indígenas de Coari. Publicação: 22/10/2024. Disponível em: <https://www.sepror.am.gov.br/sepror-recebe-a-uniao-dos-povos-indigenas-de-coari/> >. Acesso em: 14nov. 2024. <

SILVA, Gisele Veríssimo. **(Des)construindo narrativas. Etnomídia indígena nas redes sociais**. Rio de Janeiro, n.12, jul/dez 2024.

SILVA, Márcia Vieira da. **Reterritorialização e identidade do povo AmáguaKambeba na aldeia Tururucari- Uka**. 2012. 175 f. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

SILVA, Marilene Corrêa. **O paiz do Amazonas**. Manaus: editora da Universidade do Amazonas, 1996.

SILVA, Midia Naama Conceição da. GOMES, Francisco Edson. **Empreendedorismo indígena: uma revisão de literatura**. Rev. Empreendedorismo, negócios e inovação. S. B. do Campo, v.07, n. 01, janeiro – junho, 2022.

SILVA.U. **Corpo e Fronteira: O Diário de Samuel Fritz e a conquista do espaço amazônico**. 2007.119. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SOUZA, A. C. de. **A ressignificação das tradições indígenas da comunidade Sateré-Gavião, no contexto do turismo na cidade de Manaus (Amazonas, Brasil)**. Curitiba, v. 6, n. 4, out. 2013, p. 741-765

THE BLOGGER. Coari: Ex-Terra da Banana. Publicação: 2008. Disponível em: < <https://www.emdestaque.blog.br/2009/01/coari-ex-terra-da-banana.html> >. Acesso em: 30out. 2024.

TV COARI. Encontro no MEC visa aprimoramento da Educação Indígena em Coari. Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/C4axABLO-SE/?igsh=dGI4b3ZsazFudmc0a> >. Acesso em: 06nov/ 2024.

VASCONCELOS, Francisco. **Coari-Um Retorno às Origens**. Da Anta Casa Editora. Brasília, 2002.

WALSH, C. **Interculturalidad crítica y educación intercultural**. La Paz, Bolívia. Convenio Andrés Bello, 2010.

WIKIPÉDIA. Guerra dos Cem Anos. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_dos_Cem_Anos > Acesso em: jan. 2024.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. 2. ed. Annablume. SãoPaulo, 2010.

XIMENES, Lenir Gomes. **O Protagonismo Indígena na História dos Terena**. 2010.